

Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 3 - Maio de 1995

GREVE

Quadro das ADs tem poucas alterações

O quadro nacional da greve unificada dos servidores públicos federais e das estaduais permaneceu, nos últimos oito dias, praticamente inalterado. Entre os docentes das universidades federais, o número de ADs em greve passou de nove para doze, enquanto nas demais categorias os percentuais de adesão quase não sofreram modificações.

Em nossa base, a Diretoria segue encaminhando as deliberações da última assembléia e a Comissão de Mobilização já está funcionando em ritmo acelerado. Várias reuniões por centros já foram realizadas e os contatos com a sociedade civil estão sendo intensificados, seguindo as sugestões do Comando de Greve.

Na última semana, assistimos a um endurecimento do Governo Federal contra as categorias de maior peso estratégico no movimento com os petroleiros, com os eletricitários e com os ferroviários. As demissões dos grevistas da Petrobrás aumentaram a pressão con-

tra a greve e forçou o Comando Unificado a pedir ao presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva, que fizesse um apelo a FHC para a abertura de negociações.

No último fax do Comando Nacional de Greve da ANDES, a avaliação é que o movimento está mais forte entre os trabalhadores das estaduais, já que os ferroviários atingiram 85% de adesão e os telefônicos indicam paralisação para zero hora de hoje, em dez Estados.

Um dos fatos que animou o movimento foi a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições de Ensino Superior ter-se declarado a não cortar o ponto de funcionários e professores em greve, mesmo com o Decreto 1480 em vigor. Na última reunião da entidade, o Comando Nacional de Greve disse aos reitores que a ANDES não admite repressão ao movimento por causa da autonomia universitária, além do fato de que eles foram eleitos pela comunidade acadêmica

O MOVIMENTO NO PAÍS

- ADSSIND EM GREVE (10) : ADURN (AG em 15/05 manteve continuidade da greve), ADUFMAT (aprovou em 16/05 com indicativo de saída para 22/05), ADUFSC, ADUFU, APUFPR, ADUFS, SEDUFSM, ADUC, ADUR-RJ, ADUA.
- AD SSIND EM GREVE POR TEMPO DETERMINADO (02): ADUFF (AG em 15/05 manteve posição com nova AG em 18/05), APUB (15 e 17/05).
- AD SSIND COM INDICATIVO DE GREVE COM DATA (05): ADFCAP, ASPUV, ADUFPA e ADUFAC.
- AD SSIND COM INDICATIVO DE GREVE SEM DATA (06): APES -JF, ADCEFET -RJ; APUBH, ADUFG, ADUFRGS, ADCEFET-MG.
- AD SSIND EM ESTADO DE GREVE (02): ADUFPI (Com paralisação dias 16 e 17/05 e AG em 17/05), APROFURG (com paralisação até 17/05 e AG em 17/05).
- AD SSIND SEM DELIBERAÇÃO (05): ADPM, ADUNB, ADUFAL, ASPESAL, ADUFEPE.
- AD SSIND CONTRÁRIAS A GREVE (09): SINDOCEFET-PR, ADUFSCAR, ADUFERPE, ADUFPB-CG, ADUFPB-JP, ADUFMS, ADUFES, ADUFPI e ASDESAM.
- AD SSIND COM PLEBISCITO A SER REALIZADO: ADUFC (16 e 17/05).
- AD SSIND COM PARALISAÇÃO POR 24 HORAS NO DIA 17/05 : ADUFUNREI (Com realização de AG para avaliar o movimento em 17/05) e ADUFRJ (com AG para dia 23/05).

Regional NE II em Campina

A Seção Sindical da ANDES de Campina Grande sediará amanhã e sábado, o Encontro da Regional Nordeste II. A abertura do evento está programada para às 14h00 de amanhã. Representantes de ADs de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas estarão participando.

A programação prevê, ainda para amanhã, um congaçamento no Bar Estação

Docente, às 18h00. No sábado, as atividades serão reiniciadas às 9h00, com intervalo para o almoço às 12h00 e retorno às 14h00. O encerramento do encontro acontecerá às 17h30.

A Seção Sindical do Campus II da UFPE enviou a ADUFPB-JP um fax com indicação de hotéis na Cidade e a programação. Para alguns estabelecimentos é necessária a reserva antecipada.

Pressão contra projeto de LDB Darcy/Mec

As mobilizações de todas as seções sindicais devem continuar priorizando as ações que pressionem o Senado Federal para rejeitar este substitutivo do Senador Darcy Ribeiro para a LDB. Entre os encaminhamentos do Comando Nacional de Greve para viabilizar este objetivo, estão a realização de atos públicos em frente as Delegacias do Ministério da Educação, a coleta de assinaturas e os pedágios para panfletagens. O Comando também sugere a realização de audiências públicas nas assembleias legislativa e câmara municipais. Outra opção é a instalação de stands em locais movimentados de cada cidade para a realização de panfletagens. A pressão aos senadores deve ser concentrada nas suas bases eleitorais.

Encontrei Vânia Sanguinete

Sandro Meira Wanderley

Encontrei Vânia Sanguinete, numa manhã de sábado, o sábado seguinte à sexta em que eu quase torrei meu saco, participando de duas reuniões no Auditório de Biologia, com as duas chapas. Vânia é uma das pessoas que provam que na universidade, algum dia, existiu vida inteligente - não falta! - e coerência, coisa que nos parece cada dia estar mais em falta nas praças de nosso mercado docente, político e sindical.

Vânia não é uma sindicalista. E vai aí a mágoa que dela reservo. Vai passar. Vai passar no dia em que ela assinar uma matéria nesse informativo ou em que ela comparecer a uma dessas assembleias a que falta quorum.

Vânia é uma das pessoas que, ao final dos anos setenta, não conseguimos levar ou trazer para a ADUFPB-JP. Trouxemos quase todos os que podíamos dos Departamentos de Letras, graças à ajuda de minha querida Mariargentina e da minha querida Gláucia.

Silvio Frank Allem me disse certa vez que do grupo fundador somente eu e Tim- Sebastião Martins - tínhamos condições de penetrar nos redutos conservadores. Paulo Ramos Coelho Filho - o Paulinho - talvez ainda reserve alguma memória sobre isto. Paulão - Paulo Inácio - e Tereza Campelo eram os mentores.

Sabiam que era o dia e hora de fundarmos e consolidarmos a Associação.

Vânia, conforme sabíamos naqueles tempos bicudos, exercia forte influência sobre o lado bom - a esquerda - no Departamento de Letras Estrangeiras. Mas o nosso trabalho, meu e de Tim, foi muito bom. Tão bom que nossos nomes foram ventilados para a Presidência. Nenhum de nós queríamos. Conversamos os três, acompanhado de séquito ao gosto de Silvio; que seria o presidente. Não havia o que discutir. Houve, é verdade, uma discussão entre Paulinho e Sandro - e muito depois. Paulinho chamou - com razão - Silvio de pavão que queria brilhar no Eixo Rio-São Paulo. Mas, graças a Deus, a ADUFPB-J já estava consolidada.

Voltemos a Vânia: ela sempre atou nos bastidores. Mulher um pouco mais nova do que eu, aposentou-se cedo, depois de muito trabalho. Vânia tem defeitos. Eu não os conheço. Tenho por ela admiração quase mística, guardados dos tempos "heróicos" - tempo de Silvio, um grande irmão, com o qual sempre vivi brigando. Ela é uma líder que nunca foi militante do nosso atual Sindicato.

Pedi às duas chapas espaço para o aposentado docente e uma campanha para ampliar o quadro de associados. Uma grande campanha.

Uma imensa campanha.

De Vânia tenho apenas aquela mágoa confessada acima. Mas, da Universidade tenho algumas mais. E mais ainda as tenho do nosso Sindicato. Dela espero alguma forma de reconciliação. De mim estou tentando. Mas da Universidade e do Sindicato eu quero coerência com o discurso.

Neroaldo e Vera têm feito o que podem. É muito difícil mudar as plantas que já têm muitos anos de seu habitat.

Já me disseram que eu tenho muito carisma. Eu sei também que minha competência - malgrado meu desejo - é muito maior para, por exemplo, destruir uma candidatura, do que para apoiar outra ou para eu próprio ser eleito.

É por isso que - à distância - eu amo Vânia. Nunca a vi, pessoalmente, a reconheci-la. Encontrei-a, sabendo quem é, somente neste sábado fatídico. Fatídico, porque eu tenho o empenho difícil de levá-la para os quadros do Sindicato. Ela sabe das coisas que eu não sei. Apenas uma certeza: guarda, agora aposentada, mágoas. No tempo em que fui psicólogo, entendi de pessoas. Hoje eu entendo somente de mim mesmo, de minha condição de pai e educador. O mais é apenas o mais.

Quero trazer Vânia para o Sindicato. E quero todo empenho da nova diretoria. Vânia, há que ser um símbolo, uma das pessoas competentes deste campus, a qual, em quinze anos, não conseguimos trazer. Se não o for para ninguém, para mim e para muitos amigos docentes aposentados ela será.

A única ameaça, politicamente correta, em concordância com tudo aquilo em que acredito e que eu posso fazer é esta: ou a diretoria integra Vânia em seu quadros ou eu volto. Sou também - e sempre serei - homem de teatro. Minha língua é de fogo. Um cangaceiro da palavra, um corisco de Lampião.

30º CONAD será em São Luís-MA

O trigésimo Conselho Nacional de Associações Docentes realizará entre os próximos dias 2 e 4 de junho, em São Luís - MA -, uma avaliação e uma atualização do Plano de Lutas e Questões Organizacionais e Financeiras da entidade. A convocação do CONAD aconteceu no dia 8, pela secretaria geral do ANDES.

A realização do CONAD em São Luís segue deliberações do último encontro, ocorrido em dezembro do ano passado, em Niterói-RJ. Segundo o estatuto da ANDES, cada seção sindical tem o direito de enviar um delegado escolhido em assembleia geral. Também tem o direito de participar um delegado representativo de cada uma das vice-presidências regionais, escolhidos em assembleia. O presidente da entidade tem direito a voz e voto em todas as sessões.

Os CONADs acontecem ordinariamente a cada 6 meses e possuem entre as suas atribuições as de deliberar sobre qualquer matéria que por determinação do Congresso da ANDES, lhes seja atribuída. Eles também devem examinar e aprovar os relatórios financeiros, as prestações de contas e as previsões orçamentárias apresentadas pela Diretoria. O quorum mínimo para o funcionamento de suas plenárias é de maioria absoluta de seções sindicais.

CONVITE

19/05/95 (SEXTA-FEIRA) ÀS 19:30h
Auditório da OAB

EM DEFESA DA PETROBRÁS

Deputado MIRO TEIXEIRA

(Líder do PDT na Câmara Federal)

Promoção:
ADUFPB-JP/OAB-PB
Fórum de Debates Contra a
Desnacionalização da Economia Brasileira

INFORMA

Órgão Informativo da ADUFPB-JP/SSind

ANO 16 Nº 01

30 de janeiro de 1995

NOTA AO PÚBLICO

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind manifesta de público a sua profunda indignação pelo tratamento injusto dado pelo Governo Federal aos servidores públicos da União, em particular aos professores das instituições de ensino superior.

As autoridades da área econômica do Governo, argumentando a necessidade de conter despesas e promover cortes no orçamento de 1995, para obter o equilíbrio fiscal e salvar o Plano Real, desfecham iniciativas, todas em prejuízo dos assalariados e dos servidores públicos federais. Primeiro, aventam a possibilidade de parcelar o pagamento da reposição de perdas acumuladas durante o Plano Real, que somam 25,94% (faz-se abstração de perdas anteriores, que somam mais de 200%), em circunstâncias em que a lei determina a obrigatoriedade do pagamento integral dessa reposição. Advertido para a ilegalidade do ato, o Governo, inopinadamente, opta pela alteração do calendário de pagamento, do dia vinte para o quinto dia útil do mês subsequente.

Sempre apoiado na mesma falácia, o Governo desonra compromissos, solenemente assumidos em negociações com os servidores, e arquiva o projeto de isonomia salarial, que objetiva corrigir desníveis de remuneração entre os poderes da República.

Por outro lado, a tímida iniciativa parlamentar de aumentar o salário-mínimo de R\$ 70,00 para R\$ 100,00 - o que significa apenas a sétima parte do mínimo necessário para que um trabalhador e sua família hoje sobrevivam dignamente - é vetada pelo Presidente da República, ainda a pretexto de salvar o Plano Real.

Paradoxalmente, os apelos à contenção de despesas são negligenciados e cinicamente negados, quando o Congresso Nacional aprova, em regime de urgência, um aumento de cerca de 120% na remuneração dos escalões superiores dos três poderes. Isto é inaceitável, posto que incoerente com os sacrifícios exigidos dos demais cidadãos, civis e militares. Os professores da UFPB repudiam tamanha injustiça e o mau exemplo dado pelas autoridades superiores de nosso País.

"Então é honesto, a cada crise, deixar morrer de fome os trabalhadores para salvar os dividendos dos acionistas?" (Émile Zola)
Diretoria Executiva

ASSEMBLÉIA GERAL

1º fevereiro 1995

Aud. da Reitoria - 9h.

Pauta:

- 1) Informes; 2) Encaminhamentos;
- 3) Escolha de delegados ao XIV Congresso da ANDES-SN (a realizar-se em Brasília, de 14 a 18-2-95).

ADUFPB-JP/SSind
CONVOCA

SOBRE APOSENTADORIAS

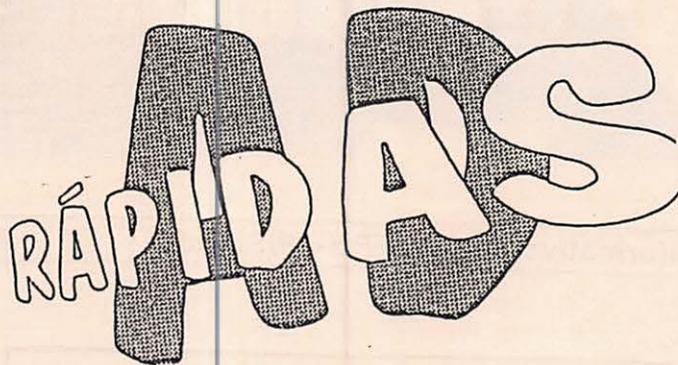
Recebemos da Reitoria fax do Ofício Circular nº 06/95 do MEC comunicando que o projeto de reforma constitucional encaminhado ao Congresso Nacional não toca nos direitos adquiridos dos servidores federais da administração direta ou indireta ou fundacional.

É bom saber, mas não se deve baixar a guarda. Tal como São Tomé, esperar e ver para crer

ENCONTRO NO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Sexta-feira (20-1-95), um dia antes da plenária nacional dos SPF (Servidores Públicos Federais), em Brasília, uma comissão de sindicatos dos funcionários públicos (estando a ADUFPB-JP representada pela Diretora de Política Sindical, Profª Wilma Mendonça) teve um encontro informal com a Secretária-Executiva do Ministério da Administração e Reforma do Estado (antiga Secretaria da Administração Federal - SAF). As propostas colocadas pelo novo governo são, no nosso entendimento, estereotipadas e merecem a atenção e a reflexão da categoria docente. Ei-las:

1. **Aposentadorias.** - O novo ministério pretende o fim da aposentadoria especial para a maioria dos servidores públicos, exceto as chamadas carreiras especiais (diplomatas, militares, juízes e polícia federal).
2. **Estabilidade.** - A proposta do Ministro Bresser Pereira é a de acabar com a estabilidade no serviço público, exceto para as chamadas carreiras especiais.
3. **Isonomia.** - O processo de isonomia iniciado no Governo Itamar Franco será reformulado. Para as IFES a isonomia se dará nos moldes do setor privado.
4. **Autonomia universitária.** - O governo propõe a mudança na Constituição, reduzindo a autonomia universitária para as IFES que tiverem aporte de recursos privados, o que dificilmente acontecerá em regiões periféricas, como o Nordeste, especificamente a Paraíba.
5. **Administração universitária.** - O Governo pretende transpor para as IFES métodos de gerenciamento típicos da iniciativa privada, inclusive o treinamento dos dirigentes universitários será efetuado pelo setor privado.



CONSELHO DE REPRESENTANTES

Ocorreu no dia 20-1-95 a primeira reunião ordinária do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP, convocada pela Diretoria Executiva, para escolher o coordenador e o secretário desse importante órgão da nossa entidade. Em votação secreta foram eleitos, respectivamente, os professores JOSIMAR VIANA (CCEN) e MARIO TOSCANO (CCS). A próxima reunião ordinária, convocada pelo coordenador, será no dia 31-1-95, às 16:30h, na sede da ADUFPB-JP.

SEMINÁRIO ABERTO

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP promoveu, entre os dias 18 e 19 de janeiro do corrente, um seminário aberto de discussão, preparatório para o XIV Congresso da ANDES. Como resultado do seminário, editar-se-á brevemente um caderno de textos intitulado *Universidade e Movimento Docente*, consolidando-se as contribuições dos expositores e participantes do aludido evento.

POLÍTICA EDUCACIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A ADUFPB-JP estará promovendo, na segunda semana de fevereiro deste ano, um seminário aberto para discutir a questão da educação, da ciência e de tecnologia, com a finalidade de formar grupos de trabalho para elaborar diretrizes políticas, a serem encaminhadas como propostas para o XIV Congresso da ANDES. Esclarecemos, ainda, que se encontra à disposição dos docentes, na Diretoria da ADUFPB-JP, o acordo do GATT, a LDB, entre outros documentos.

PRESIDENTE DA ADUFPB-JP VIAJA A BRASÍLIA

O professor Iedo Leite Fontes encontra-se em Brasília onde foi estabelecer contatos com parlamentares paraibanos e juristas que atuam na área trabalhista, com o objetivo de dar um melhor encaminhamento ao processo dos 84,32%, ora no TST.

PLANO DE SAÚDE

O professor Mário Toscano, Coordenador da Comissão do Plano de Saúde, deverá viajar a Salvador e, em seguida, a Florianópolis, na primeira semana de fevereiro, a fim de conhecer "in loco" a estrutura e o funcionamento dos planos, já implantados por iniciativa das ADs naquelas instituições.



PLANO HABITACIONAL

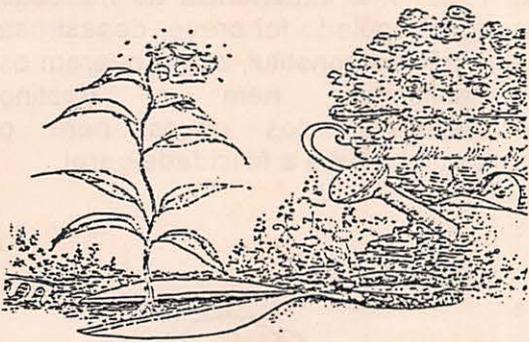
A Diretoria Executiva criou Comissão do Plano Habitacional, a qual deverá estudar a viabilidade da implantação deste plano no Campus I.

ESTACIONAMENTO, SEGURANÇA E ILUMINAÇÃO

A Presidência da ADUFPB encaminhou expediente ao Reitor, prof. Neroaldo Pontes, solicitando providências no sentido de instruir a Prefeitura do Campus Universitário para que solucione questões relativas ao estacionamento para veículos de docente e servidores e iluminação nas áreas de circulação e pátios de estacionamento.

SEDE SÓCIO-CULTURAL

A Diretoria Executiva da ADUFPB proporá, na Assembléia Geral do dia 1-2-95, a aquisição de uma granja para instalação de sua sede sócio-cultural. Haverá farta documentação do imóvel proposto no saguão da Reitoria no dia da AG, e na sede da ADUFPB-JP/SSind.



CENTRAL DE REPROGRAFIA

Já a partir do semestre 95.1, pensamos instalar, em colaboração com a administração universitária as centrais de reprografia nos Centros do Campus. Os professores poderão reproduzir textos, a preços módicos e de boa qualidade, suprindo a enorme deficiência bibliográfica da instituição.

BATIDA NO DETRAN

Foi enviado expediente à Superintendência do DETRAN, atendendo reclamação de numerosos professores, acerca da ineficiência, morosidade e, até, truculência no atendimento ao usuário naquela instituição. Solicitamos providências.

MICRO-COMPUTADORES DE ROSCA

O presidente da ADUFPB-JP encaminhou expediente ao Diretor da FUNAPE, professor Fernando Monte, solicitando informação a respeito dos micro-computadores adquiridos por docentes através daquela Fundação.

Vários sindicalizados têm exigido a intervenção da ADUFPB-JP junto à FUNAPE, ante a demora na entrega dos equipamentos adquiridos.

SEQÜESTRO DE BENS DA UNIVERSIDADE

O Presidente do TRT do Piauí determinou o seqüestro de valores em todos os Centros da Fundação Universidade Federal do Piauí, bem como todos os recursos repassados à mesma, até atingir a importância de R\$ 11.557.501,95, que serão depositados na conta do TRT-PI.

O despacho judicial objetiva fazer cumprir o débito trabalhista que a UFPI tem com os seus professores, por conta do Plano Verão.

PROFESSOR FAZ PALESTRA

A convite do Chefe da Casa Civil do Governador do Estado, Ronald Queiroz, o professor Leonardo Guimarães Neto, do Departamento de Economia do CCSA/UFPB, pronunciará palestra no dia 03-2-95, sobre o tema "Setor público e políticas de emprego e renda", no salão de reuniões do Palácio da Redenção. O público-meta será o Chefe do Executivo, Secretários de Estado e auxiliares imediatos..

ATENÇÃO PAIS DE ALUNOS

A ADUFPB-JP/SSind assinará convênio com a Livraria João Pontes para possibilitar as compras de material didático ainda este mês. Maiores informações com a Profª Héliida Valério, tesoureira da ADUFPB-JP/SSind.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA

A partir de 1º de fevereiro do corrente, a ADUFPB-JP/SSind contará com uma assessoria profissional de comunicação e imprensa.

PARABÉNS E VIDA LONGA

ANIVERSARIANTES!

♊ 22/12 a 20/01
♋ 21/01 a 19/02
♌ 20/02 a 20/03
♍ 21/03 a 19/04
♎ 20/04 a 19/05
♏ 20/05 a 18/06
♐ 19/06 a 18/07
♑ 18/07 a 16/08
♒ 16/08 a 14/09
♓ 14/09 a 13/10

o que pensa...

SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA DO PATRIMÔNIO

"A concepção de segurança nacional, nos países vulnerabilizados pelo subdesenvolvimento e excessiva dependência externa, adquire um caráter marcadamente sócio-econômico, voltado para a proteção patrimonial, dos recursos humanos e naturais, para a integração nacional e o combate contra a miséria e o atraso científico e tecnológico".

Sérgio Xavier Ferolla
 Tenente-Brigadeiro-do-ar
 Comandante da Escola Superior de Guerra.

MODERNIDADE E RENDA

"...a pressão dos custos de reprodução de formas de consumo cada vez mais sofisticados e as exigências do capital de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra reforçam os fatores estruturais que operam no sentido de concentrar a renda"

Celso Furtado

PINÓQUIO E O

Não obstante as condições políticas extremamente favoráveis - a crise e a bancarrota dos países socialistas, os fracassos das propostas heterodoxas e a crise fiscal e financeira de Estados nacionais, sobretudo no Terceiro Mundo - que abriram caminho para que divulgassem suas idéias e ganhassem, em todo mundo, um grande contingente de adeptos, os neoliberais começam a perder terreno principalmente em razão da forma radical com a qual pretendem justificar seus pontos de vista ideológicos. Estes últimos aspectos têm, seguidamente, anulado alguns impactos decorrentes das primeiras vantagens.

De fato, suas justificativas históricas e os modelos ou paradigmas dos quais se valem não são confirmados pelos fatos e se desfazem no ar, ao contato com as experiências concretas.

Uma primeira justificativa neoliberal, que constitui o pressuposto básico de sua ideologia, é a de que o mercado auto-regulado (ou o livre jogo das forças de mercado) não somente conduz automaticamente a sociedade ao bem-estar, como à constituição desse tipo de mercado e a um processo espontâneo de toda sociedade. Este processo natural teria sido interrompido artificialmente pelas forças retrógradas que, embora impedissem temporariamente a sua evolução, não poderiam jamais interromper sua consolidação futura.

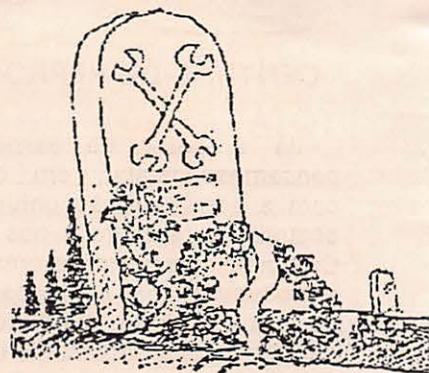
Além dessa visão histórica mais geral, os neoliberais fazem freqüentes apelos a exemplos históricos específicos, que variam de acordo com a natureza da proposta que pretendem introduzir na sociedade. Assim, apelam para experiências dos Tigres Asiáticos,

quando pretendem mostrar as excelências da proposta neoliberal (a ausência do Estado e abertura da economia) para o êxito do processo de industrialização desses países, notadamente a Coréia. Do mesmo modo, quando pretendem ressaltar o papel da ortodoxia e do liberalismo econômico no combate ao processo inflacionário e no sucesso da retomada do crescimento, fazem apelo à experiência chilena: baixa taxa de inflação, crescimento acelerado e ausência do Estado.

Esses e outros mitos se dissolvem quando se passa das generalizações fáceis, saídas das cabeças neoliberais, para o estudo da história econômica e social recente. Ou seja, quando se muda do terreno pantanoso da ideologia para o terreno firme da ciência e da história.

A respeito da presença do mercado auto-regulado, do seu papel no bem-estar das sociedades e do destino dos povos de terem nesse tipo de mercado a sua forma preferida de sociabilidade, nada é confirmado pela história. O professor da Universidade de Londres e Oxford, Karl Polanyi, no seu estudo clássico "A Grande Transformação", mostra de modo extremamente bem documentado o alto custo social que teve o curtíssimo período de experiência de mercado auto-regulado (segunda metade do século XIX e três primeiras décadas do século atual), sobretudo no que se refere ao mercado de trabalho e do dinheiro, cujo desenvolvimento nas formas liberais não só ampliou significativamente a miséria como ameaçou a própria sobrevivência do capitalismo como regime, a partir das profundas crises econômicas do final do século passado e primeiras décadas do século atual. Por tais razões, a criação de

instituições reguladoras - os bancos centrais e instrumentos básicos de defesa da sociedade frente aos desvarios e alucinações dos liberais do século XIX, pais e avós dos neoliberais dessa nova safra. Em resumo, a experiência do mercado auto-regulado foi breve, desastrosa e não se constitui, como querem os neoliberais, nem o destino inexorável dos povos nem o caminho para a felicidade geral.



O que dizer das experiências específicas, freqüentemente lembradas pelos neoliberais? Será que no varejo eles não têm razão quando mostram o quanto têm sido nociva a presença do estado, a sua interferência nos mercados e os esforços dos segmentos sociais "retrógrados" visando a sua regulamentação? No caso dos Tigres Asiáticos, em particular da Coréia, a explicação do seu sucesso está longe da proposta do receituário neoliberal. A industrialização e o desenvolvimento coreano - como mostra Fernando Fajnzilber, um dos maiores estudiosos das experiências de industrialização recente - é resultante de uma forte interferência do Estado, associado à burguesia nacional, que juntos definem e põem em prática uma estratégia visando a montagem de

S NEOLIBERAIS

Leonardo Guimarães Neto*

importantes segmentos industriais e um sistema educacional e de ciência e tecnologia que permitissem avanços substanciais nesse processo e garantissem, em fase posterior, uma internacionalização, com sucesso, da economia nacional. Longe de ser uma experiência liberal, foi uma prática estatizante. Longe de estar baseada na proposta de ZPEs, tem

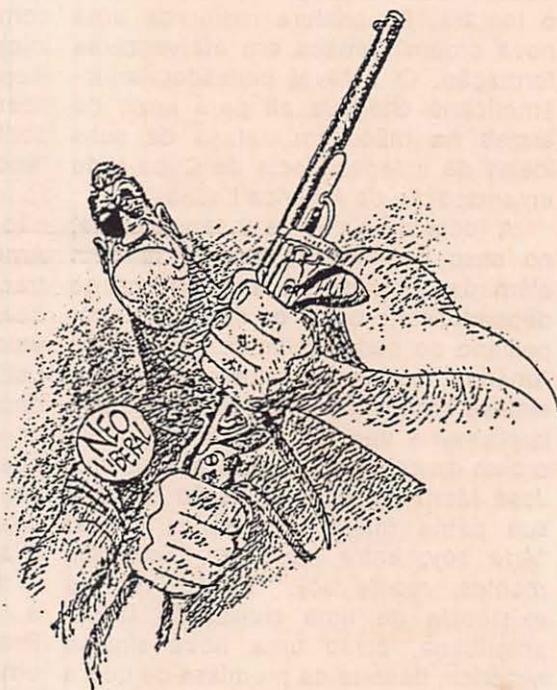


sua base na montagem de uma complexa estrutura industrial que, uma vez moderna e eficiente, ganha o mercado internacional.

No que se refere à experiência chilena, trabalhos recente de Maria da Conceição Tavares, da CEPAL e de estudiosos latino-americanos, muito bem documentados, não deixam dúvida quando a diferença entre o que assinalam, de um lado, os neoliberais, a mídia mundial e, em particular, o jornalismo econômico nacional, e, de outro lado, história recente desse país vizinho. Nesse caso, tratando da experiência de estabilização e de retomada da economia, o que os fatos mostram é o seguinte: (i) os ajustes macroeconômicos neoliberais de 1974-79 e de 1980-84 levaram a economia chilena à

beira do desastre; (ii) inicialmente a política de sobrevalorização do câmbio reduziu a inflação mas foi a responsável pelos desequilíbrios externos e financeiros que provocaram o agravamento da crise da dívida externa; (iii) foi, por isto, necessária uma intervenção muito forte do Estado no sistema financeiro e no câmbio, com o apoio estratégico de entrada de recursos oficiais externos, sem os quais não teria atravessado a crise de 1982-84. *"Depois de 1985, as políticas macroeconômicas e de reconversão industrial não tiveram nada de liberais e, em todo caso, supuseram uma participação efetiva e um grau de intervenção do Estado, tanto quantitativa como qualitativamente, muito superiores às demais experiências de ajuste latino-americanos"* (Conceição Tavares). O instrumento estratégico da experiência foi a grande massa de recursos, em dólares, apropriada pelo Estado através da exportação de cobre efetuada pela empresa estatal (que jamais foi privatizada), e pela tributação sobre essas exportações que deu lugar a importantes recursos fiscais que permitiram o equilíbrio das contas e a adoção de políticas públicas. Agregue-se a isto, dois pontos freqüentemente esquecidos nas interpretações convencionais da experiência chilena: (i) que somente após fortes investimentos públicos é que os investimentos privados, nacionais e estrangeiros, começaram a marcar presença na retomada da economia: (ii) na reconversão da agricultura para produtos não-convencionais e voltados para as exportações, a pequena propriedade de que serviu de base para a modernização agrícola teve sua origem na ação transformadora do Estado através da reforma agrária promovida pelos governos democráticos.

Se os neoliberais continuarem com as mesmas interpretações sobre as experiências recentes para justificar suas políticas e se a história de Pinóquio repetir-se nos dias atuais, deverá ficar cada vez mais fácil identificar os neoliberais pelo tamanho desmesurado do nariz, além, evidentemente, da sua alergia pela história econômica recente.



Notas Bibliográficas

FAJNZILBER, Fernando. Industrialización Trunca de América Latina. Nueva Imagem. México. 1983.

POLANY, Karl. La Gran Transformación. - Las Orígenes Políticas y Económicas de Nuestro Tiempo. FCE. México. 1992.

TAVARES, Maria da Conceição. As Políticas de Ajuste no Brasil: Os Limites da Resistência. IESP. São Paulo. 1993.

* Prof. Deptº Economia/CCSA/UFPB

A AMÉRICA LATINA SEM JOSÉ MARTI: CEM ANOS DEPOIS

Waldomiro Cavalcanti*

Após fatigante viagem, sob um sol tropical caribenho escaldante, chegava a Dois Rios, localidade situada na parte Oriental de Cuba, onde estava instalado o Estado Maior do Comando Militar Revolucionário pela independência de Cuba, José Martí, cuja trajetória de vida o tornara, já, criatura maior de uma nova ordem humana em efervescente formação. O notável pensador latino-americano chegava ali para lutar, de armas na mão, em defesa de suas idéias de independência de Cuba e de emancipação da América Latina.

A idéia martiana de independência, no caso da América Latina, ia bem além da simples ruptura dos laços de dependência, com o centro metropolitano do poder colonial. Para ele, a América Latina gestara uma nova síntese histórica, cujo conteúdo humano implicava a necessidade de uma nova ordem de coisas. Em Versos Sensillos, José Martí fez essa profissão de fé a sua pátria maior, a América Latina: "*Arte soy, entre las artes. Entre los montes, monte soy.*" Essa visão da existência de uma civilização latino-americana, como uma nova síntese histórica, decorre da premissa de que a América Latina surgiu como uma antítese da civilização ocidental, hoje irremediavelmente decadente, incluindo-se o modo de produção capitalista como sua forma de sustentação derradeira. O inexorável ocaso da Civilização Ocidental, hoje, a olhos vistos, e a vitalidade exuberante da cultura latino-americana confirmam a necessidade histórica de sua teoria revolucionária, como prática política revolucionária.

A primeira questão martiana, que serve de fundamento para a luta política, é a negação da república representativa - produto do pensamento clássico ocidental representado, a *posteriori*, por suas variantes positivistas - tida e havida, pelos nossos

"pensadores hodiernos" como uma "verdade absoluta", como uma mística. As bases estruturais desse modo de pensar tiveram suas origens na Grécia escravocrata, atingindo o seu ponto culminante com a forma capitalista de produção. Se é verdade que o pensamento ocidental, que culminou com o modo positivista de pensar, iniciado no século XVIII, produziu a República Representativa, fundada no liberalismo econômico e no liberalismo político, onde "sociedade civil" e "sociedade política" se constituíram em forma de unidade antimônica, o mesmo não se pode dizer com relação à América Latina, onde esse modelo fracassou, absolutamente, ao longo de quase dois séculos. Com base nos seus valores sócio-culturais reais, a América Latina tem de erigir as suas identidades nacionais - em toda plenitude de sua universalidade - seguindo os espaços abertos por uma República Democrática Delegativa cuja base é a coletividade nacional estruturada nos pilares do poder popular.

Um século depois da morte de Martí, a América Latina continua presa, como Prometeu, às monstruosas cadeias de um liberalismo hediondo - tanto na esfera econômica como na esfera política -, cuja rejeição popular se manifesta através de seu ódio fígadal, inconsciente, ao político, em geral, e ao parlamentar, em particular. Esse repúdio que as massas latino-americanas devotam à forma republicana parlamentar representativa - na qual os direitos civis inexistem para si - e que ela sabe, por experiência própria, ser um caminho inatingível termina, pelo desconhecimento dessa alternativa teórica, por abrir espaço para formas mais violentas de opressão colonialista, induzidas pelas elites dominantes, como as ditaduras militares ou civis que abundam na América Latina, surgindo, sempre, movidas pelo desejo da comunidade nacional que ocorram

mudanças positivas no padrão de vida e no bem estar coletivo.

Vive-se, hoje, um momento extremamente crítico. A forma republicana representativa, que se funda nos pressupostos liberais, atingiu um nível de apodrecimento tão acentuado que já não serve mais - como instrumento inteiramente eficaz para a satisfação dos interesses - as elites latino-americanas. Fala-se, já, no desmonte do Estado, o que não é verdade. O que se pretende é uma reordenação do sistema de poder, a qual transfira para as corporações industriais, financeiras, bancárias, mídia e produtores rurais exportadores, assim como as empreiteiras e demais pilares do capitalismo monopolista, o poder de decidir sobre os destinos da vida nacional, se possível garroteando-a. O Neo-Liberalismo - essa ideologia neocolonialista - repousa numa prática econômica liberal, em favor dos monopólios, que aponta para um quadro demográfico de natureza malthusiana no qual a eliminação física de grandes massas, consideradas socialmente inúteis, e da própria nação, se explica e se justifica como uma "nova ordem" que já indica "o fim da história".

Recebido com muita surpresa pelo General Maximo Gomes e pelo General Antônio Maceo, que lhe perguntaram o que viera fazer ali, respondeu: "*vim lutar*". E quando lhe disseram que a sua luta era no campo das idéias, ele respondeu: "*idéias que não podem ser defendidas por quem as fez não tem valor efetivo.*" Perguntaram-lhe, então: "*E se você morrer?*" Ele respondeu: "*Se sobreviver, terei provado que sou capaz de defender aquilo que penso e se morrer serei um exemplo.*" No dia seguinte, José Martí morria em Dois Rios, em pleno campo de batalha, defendendo suas idéias, hoje patrimônio inalienável das massas latino-americanas, na sua árdua luta pela sua independência e pela sua emancipação. José Martí, genuíno pensador latino-americano, tornou-se, com o seu sacrifício extremo, o nosso glorioso e imortal exemplo.

* Prof. do Deptº de História/UFPB

BALANÇO PATRIMONIAL DA ADUFPB-JP/SSind

31 DE DEZEMBRO DE 1994

ATIVO	VALORES EXPRESSOS REAIS
CIRCULANTE	426.909,97
DISPONÍVEL	426.904,59
CAIXA	3,88
BANCOS C/MOVIMENTO	21,47
BANCOS C/APLICAÇÃO	426.879,24
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	5,38
DESPESAS A RECUPERAR	5,38
IPMF A RECUPERAR	5,38
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,44
DEPÓSITO VINCULADO	0,44
PERMANENTE	35.993,84
INVESTIMENTOS	140,92
PARTICIPAÇÃO TELEBRÁS	140,92
IMOBILIZADO	35.852,92
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.575,97
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	34.276,95
TOTAL ATIVO	462.904,25

PASSIVO	VALORES EXPRESSOS REAIS
CIRCULANTE	4.864,95
CREDORES DIVERSOS	4.864,95
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	3.374,59
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	197,40
CHEQUES A COMPENSAR	1.292,96
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	458.039,30
PATRIMÔNIO SÓCIAL	458.039,30
TOTAL PASSIVO	462.904,25

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS	720.205,45
CONTRIBUIÇÃO SÓCIO	375.810,53
RENDAS APLICAÇÃO FINANCEIRA	335.540,54
IPMP. SINDICAL/DESCT. ASSISTENCIAL	148,90
RENDAS MÁQUINA COPIADORA	2.941,88
OUTRAS RENDAS	5.763,60
DESPESAS	285.406,40
ADMINISTRATIVAS	206.793,82
C/PESSOAL	74.001,46
C/EVENTOS	2.459,43
FINANCEIRAS	2.148,15
TRIBUTÁRIAS	3,54
RESULTADO DO EXERCÍCIO	434.799,05

João Pessoa, 31 de dezembro de 1994.

RELATÓRIO DOS PROCESSOS AJUIZADOS PELA ADUFPB



**COLUNA
JURÍDICA**

PROCESSO Nº 1155/91 - 4ª J.C.J (84,32%)

Em fase de execução. A UFPB interpôs agravo de petição contra a decisão que apreciou os embargos à execução. O processo encontra-se no TRT - 13ª Região, devendo retornar à 4ª J.C.J, com a finalidade de prosseguir a execução. Os cálculos já foram apresentados em 10-6-94. O andamento da execução dependerá do julgamento do agravo regimental ou da ação rescisória. Caso obtenhamos sucesso no agravo regimental, a execução do processo principal correrá normalmente. Caso contrário, teremos que aguardar o julgamento do recurso interposto na ação rescisória (ROAR - 105570/94.0). Este processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho e seu julgamento definirá o rumo da ação principal. Até a presente data, o processo se encontra no gabinete do Ministro Relator.

PROCESSO Nº 974/91 - 1ª J.C.J. (PLANO BRESSER - 26,06%)

Em fase de execução. Foi enviado o devido precatório através do TRT, para o recebimento dos valores da condenação, no corrente ano.

PROCESSO Nº 2630/91 - 1ª J.C.J. (URP-abril e maio/88 - 16,19%)

Em fase de execução, através de carta de sentença. Os autos do agravo de instrumento que se encontra pendente, já retornaram à 1ª Junta. Estamos aguardando o envio do precatório até o mês de junho deste ano, para recebimento, no ano de 1996.

PROCESSO Nº 355/92 - 4ª J.C.J. (PLANO VERÃO - 26,05%)

Em fase de execução. Não foi possível ser enviado o precatório em virtude de não ter sido julgado o agravo de instrumento que visa a destrancar recurso de revista da UFPB. Estamos aguardando o retorno dos autos do agravo, para que se possa enviar o precatório.

PROCESSO Nº 843/93 - 4ª J.C.J. (PLANO COLLOR REMANESCENTES)

Em fase de recurso. A 4ª J.C.J. de João Pessoa julgou a ação improcedente. Foi interposto recurso ordinário em 23-1-94, para o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Foi negado provimento ao recurso ordinário interposto. Foram interpostos embargos de declaração em 24-10-94. Estamos aguardando resultado dos embargos para tomarmos a providência jurídica cabível.

PROCESSO Nº MS 9313709-3 (PLANO COLLOR - ISONOMIA - REMANESCENTES)

Ajuizado perante a 1ª Vara da Justiça Federal, visando a isonomia com os docentes que tiveram incorporados em seus vencimentos os 84,32% (Plano Collor). O processo foi extinto sem apreciação de mérito, por entender a Juíza de 1º Grau que havia defeito de representação. Interpusemos a apelação cabível. Processo foi remetido ao Tribunal Regional Federal, que apreciará a apelação.

PROCESSO Nº 94.00555-5 (ISONOMIA MILITARES- 28,87%)

Ação ordinária ajuizada perante a 2ª Vara da Justiça Federal visando a incorporação do percentual de 28,87, concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação e seus reflexos. Processo foi contestado. Em seguida, nos foi concedido prazo para impugnar a contestação. Feita a impugnação, estamos com prazo até 27-01-95 para especificar as provas que porventura quisermos produzir.

PROCESSO Nº 94.0006223-0 (PLANO COLLOR - ISONOMIA - REMANESCENTES)

Ajuizado perante a 1ª Vara da Justiça Federal, visando a isonomia com os docentes que tiveram incorporados em seus vencimentos os 84,32% (Plano Collor). Os autos estão conclusos desde 24-08-94 para julgamento final em 1ª Instância. Até a presente data sem solução.

PROCESSO Nº 94.0006193-5 (ISONOMIA MILITARES- 28,87%)

Ação ordinária ajuizada perante a 2ª Vara da Justiça Federal visando a incorporação do percentual de 28,87, concedido aos militares a partir de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação. Aguardando despacho do Juiz para proceder a citação da UFPB, desde 04.11.94.

José Mário Porto Júnior e Paulo Guedes Pereira
Assessores Jurídicos da ADUFPB-JP/SSind

PRESTAÇÃO DE CONTAS - GESTÃO 1994

Conforme compromisso assumido com a comunidade docente, apresentamos abaixo o demonstrativo financeiro analítico do exercício referente à gestão anterior da ADUFPB-JP/SSind.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO = ANALÍTICO = DEZEMBRO 1994	DESP. TOT.	RELAÇÃO DESPESAS X	
		REC. TOT.	CONT. SOCIO
RECEITAS	720.205,45		
CONTRIBUIÇÃO SÓCIO	375.810,53		
RENDAS APLICAÇÃO FINANCEIRA	335.540,54		
IMP. SINDICAL/DESCT. ASSISTENCIAL	148,90		
RENDAS MAQUINA COPIADORA	2.941,88		
OUTRAS RENDAS	5.763,60		
DESPESAS	285.406,40	100,0000%	39,6285% 75,9442%
C/ PESSOAL	74.001,46	25,9285%	10,2750% 19,6912%
- Salarios	35.427,00	12,4128%	4,9190% 9,4268%
- Abonos/Gratificações	1.085,85	0,3805%	0,1508% 0,2889%
- Ferias	3.326,44	9,3896%	0,4619% 0,8851%
- Horas Extras	137,34	0,0481%	0,0119% 0,0365%
- Insalubridade	20,91	0,0073%	0,0029% 0,0056%
- Seguridade Social	24.644,57	8,6349%	3,4219% 6,5577%
- Fgts	3.545,80	1,2424%	0,4923% 0,9435%
- Pis	366,98	0,1286%	0,0510% 0,0976%
- Vales Transporte	834,73	0,2925%	0,1159% 0,2221%
- Decimo Terceiro	4.611,84	1,6159%	0,6404% 1,2272%
ADMINISTRATIVAS	206.793,82	72,4559%	28,7132% 55,0261%
- Impressos e Mat. Expediente	14.883,14	5,2147%	2,0665% 3,9603%
- Servicos Terceiros PF	6.760,16	2,3686%	0,9386% 1,7988%
- Serviços de Terceiros PJ	6.332,33	2,2187%	0,8792% 1,6850%
- Viagens/Aj. Custo/Diarias	25.158,87	8,8151%	3,4933% 6,6946%
- Contribuições e doações	77.027,01	26,9885%	10,6951% 20,4962%
- Despesas de Conservação	210,36	0,0737%	0,0292% 0,0560%
- Copias/Reproduções/Encadernações	88,93	0,0312%	0,0123% 0,0237%
- Serviços Contábeis	5.178,84	1,8145%	0,7191% 1,3780%
- Ass. Jornais, Periodico Etc.	2.119,79	0,7427%	0,2943% 0,5641%
- Publicações de Notas	10.135,52	3,5513%	1,4073% 2,6970%
- Despesas de Comunicações	807,50	0,2829%	0,1121% 0,2149%
- Despesas de Cartorio e Judicial	646,87	0,2266%	0,0898% 0,1721%
- Despesas de Cantina	1.222,13	0,4282%	0,1697% 0,3252%
- Combustiveis	52,22	0,0183%	0,0073% 0,0139%
- Mat. Maq. Copiadora	7.474,33	2,6188%	1,0378% 1,9889%
- Mat. Fotografico	79,27	0,0278%	0,0110% 0,0211%
- Refeições e Lanches	1.442,45	0,5054%	0,2003% 0,3838%
- Gastos C/ Reforma da Sede	15.265,21	5,3486%	2,1196% 4,0619%
- Condução e Transporte	402,00	0,1409%	0,0558% 0,1070%
- Correios	2.448,10	0,8578%	0,3399% 0,6514%

continua...

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
- ANALÍTICO - DEZEMBRO 1994

RELAÇÃO DESPESAS X
DESP. TOT. REC. TOT. CONT. SOCIO

		DESP. TOT.	REC. TOT.	CONT. SOCIO
- Mensalidade Diocese	495,07	0,1735%	0,0687%	0,1317%
- Contribuição Estatutária CUT	8.433,42	2,9549%	1,1710%	2,2441%
- Outras Despesas	1.966,12	0,6889%	0,2730%	0,5232%
- Despesas c/ Greves	3.161,00	1,1075%	0,4389%	0,8411%
- Compras de Livros e Revistas	5.748,98	2,0143%	0,7982%	1,5298%
- Honorários	3.685,27	1,2912%	0,5117%	0,9806%
- Mat. de Consumo	891,48	0,3124%	0,1238%	0,2372%
- Manut. Maq. Equipamentos	2.595,61	0,9094%	0,3604%	0,6907%
- Telefone	1.820,68	0,6379%	0,2528%	0,4845%
- Peças e Acessórios de Reposição	261,16	0,0915%	0,0363%	0,0695%
C/ EVENTOS	2.459,43	0,8617%	0,3415%	0,6544%
- Congressos, Seminários e Palestras	2.392,84	0,8384%	0,3322%	0,6367%
- Estágios e Treinamentos	66,59	0,0233%	0,0092%	0,0177%
FINANCEIRAS	2.148,15	0,7527%	0,2383%	0,5716%
- Despesas Bancárias	1.185,96	0,4155%	0,1647%	0,3156%
- Juros Multas e correções	962,19	0,3371%	0,1366%	0,2560%
TRIBUTARIAS	3,54	0,0012%	0,0005%	0,0009%
- Impostos e Taxas	3,54	0,0012%	0,0005%	0,0009%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	434.799,05	152,3438%	60,3715%	115,6963%

OBS. Desp. Tot. = Despesas Total - Rec. Tot. = Receita Total - Cont. sócio = Contribuição Sócio
JOÃO PESSOA(PB), 31 DE DEZEMBRO DE 1994

M & M Contadores Associados
Av. Epitácio Pessoa, 1490 - Sl 16
Expedicionários - CRC RJ 3.101
FONE: 244-1583

Boletim ADUFPPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPPB-JP/SSind. da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 0 - Abril de 1995

Docentes param contra reformas constitucionais

Hoje e amanhã serão dias de protesto e paralisação contra as propostas de reformas constitucionais do Governo Fernando Henrique Cardoso, em todo país. No Campus de João Pessoa, a mobilização começa com uma grande assembleia geral, às 09h00, no Auditório da Reitoria.

A paralisação acontece em todas as universidades públicas federais do país, já que a ANDES está empenhada na organização do movimento. Também haverá paralisação nos demais órgãos públicos e em muitos setores da iniciativa privada. O protesto serve para obrigar o Governo Federal a desistir das reformas que ameaçam direitos dos trabalhadores.

No setor das universidades públicas, as ameaças de privatização são muito grandes e o Governo Federal já tem planos para o seu desmantelamento. Numa entrevista à imprensa

carioca, o Ministro da Administração, Bresser Pereira, revelou que o existem estudos para transformar as universidades em "entidades públicas não estatais". Elas seriam geridas por sociedades privadas e só receberiam dinheiro do Estado com autorização do legislativo. Apenas 30% de suas vagas seriam gratuitas.

No Campus de João Pessoa, a paralisação será total, mas terá uma repercussão maior se os docentes se mantiverem mobilizados. Uma das atividades fundamentais para isto é a assembleia geral. Sua pauta inclui informes, um ponto sobre a crise da Universidade e as perspectivas do movimento docente e a escolha de delegados à plenária dos Servidores Públicos Federais, em Brasília, no dia 30 deste. Por último, serão deliberados os encaminhamentos.

LEIS DAS PATENTES

Suassuna cede a pressões e altera parecer de Mariz

O Senador Ney Suassuna (PMDB) cedeu às pressões do Governo Federal e alterou negativamente o parecer do ex-Senador, Antonio Mariz (PMDB), para a Lei das Patentes e pediu sua aplicação imediata. Segundo o Fórum em Defesa da Constituição, um jantar na casa do Vice-Presidente, Marco Maciel, foi decisivo para a atitude de Suassuna.

O jantar na residência de Maciel serviu para convencer o Senador a modificar o parecer do atual Governador do Estado, Antonio Mariz, quando ele ocupava sua vaga no Senado. O parecer de Mariz era que a Lei de Patentes só entrasse em vigor em cinco anos. Suassuna reduziu o prazo para um ano. Isto representa um desastre para os cientistas e pesquisadores brasileiros, que correm o risco de ver suas idéias e inventos serem patenteados por grupos estrangeiros.

Para os brasileiros, uma patente internacional requer de quatro a cinco anos, enquanto no exterior este tempo é bem menor. O prazo considerado ideal pela ANDES é de, no mínimo, dez anos. O Senador Roberto Requião (PMDB-PR) está apresentando um substitutivo ao parecer de Suassuna, onde o prazo será de nove anos e seis meses.

GREVE

Indicativo é antecipado para o dia 3

CURTAS - CURTAS - CURTAS - CURTAS

CESTA DE IDÉIAS. - Um excelente programa para manter a mobilização na paralisação de hoje e amanhã é o Projeto Cesta de Idéias, promovido pelo Centro de Educação. O programa prevê para hoje uma conferência sobre "Dialética e Educação Popular", às 19h30, no Auditório 212 do CE, com Valéria Rezende. Amanhã, no mesmo horário e local, o tema será "Dialética e Movimentos Sociais", com Alder Júnior.

MINÉRIOS. - O Almirante da Reserva da Marinha do Brasil, Roberto Gama e Silva, fará palestra no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, hoje, às 19h30. Ele é autor do livro "O Entreguismo dos Minérios", denunciando a existência de falsos empresários do setor, apenas para acobertar a invasão de capital estrangeiro e confundir a fiscalização.

IEDO. - Encontra-se em Brasília, desde segunda-feira, o presidente da ADUFPPB-JP, Iedo Leite Fontes. Ele foi acompanhar, no TST, a tramitação de um embargo declaratório, já que o acórdão que anulou a sentença dos 84,32% apresenta muitas falhas e omissões processuais. Caso esta ação também não dê certo, a entidade vai apelar para o Supremo Tribunal Federal, através de um recurso extraordinário.

84,32% - O deputado federal José Aldemir (PMDB) anunciou, em discurso na tribuna da Câmara dos Deputados, apoio irrestrito para a luta dos professores da UFPPB pela reposição das perdas do Plano Collor. Ele alertou que a ansiedade e a insegurança dominam os docentes.

A Central Única dos Trabalhadores e as entidades nacionais dos servidores públicos federais e estatais decidiram-se a antecipar o indicativo de greve por tempo indeterminado do dia nove de maio para o dia três. A avaliação das entidades é que a paralisação de quinta-feira será fundamental para o sucesso do movimento.

Na reunião entre a direção nacional da CUT e os dirigentes das entidades e estatais, também ficou decidida a entrega de uma pauta unificada ao Presidente da República.

Ela contém as seguintes reivindicações: contra as reformas constitucionais do Estado e administrativas neoliberais de FHC, pela defesa da estabilidade do funcionalismo público e contra as privatizações das empresas estatais e flexibilização dos monopólios do petróleo e das telecomunicações. A pauta estava prevista para ser entregue ontem, dentro de um calendário que está sendo divulgado pela CUT. Em Brasília, acontece, hoje, uma reunião da Coordenação Nacional da entidade e, amanhã, o Dia Nacional em Defesa da Previdência Pública.

Para não dizer que não há outras formas de luta

Rolando Lazarte

Mania de professor, achar que está dando aula a toda hora. Mas, também, mania de aprender sempre. Enfim, lições que, como categoria profissional, precisamos lembrar para nós mesmos.

Um sociólogo na Presidência do país, uma antropóloga (velha conhecida dos docentes universitários do Brasil inteiro) novamente no topo das instâncias do poder público no que diz respeito aos funcionários do sistema federal de ensino superior.

Que significa isto tudo? As ciências sociais no poder?

As primeiras medidas do Governo FHC quanto ao ensino público superior, não deixam lugar a dúvidas quanto ao que a nova administração se propõe. Concursos suspensos e salários achatados - e sem perspectiva de recomposição - , apenas sugerem a continuidade da política de Fernando I (o primeiro). Disposição de enfrentar a ineficiência e o clientelismo que permeiam as ações oficiais quanto a educação e ciência no país?. Na linguagem dos mandarins, só pode significar "racionalização" (entenda-se demissões) e privatização, ao sabor de velhas - e sempre recicladas - idéias acerca de "centros de excelência" dos quais não podemos alimentar a esperança de sermos incluídos. A não ser que, como movimento docente, tomemos a dianteira, saindo da omissão suicida frente às mazelas que afetam a nossa própria categoria, o nosso próprio agir na defesa dos nossos interesses salariais - sempre legítimos - e na defesa da UFPB.

Na defesa de uma universidade pública, gratuita, e de boa qualidade

Como defender a universidade pública numa luta que não se esgote na defesa dos salários - motivo digno, digníssimo de luta - , na defesa do nosso próprio emprego?

Como defender a universidade sem mostrar à população o que somos, o que fazemos, em que somos úteis a esse povo que financia nossas atividades?

O artigo 5º do Regimento da ADUFPB, relativo aos objetivos da Associação Docente, reza no seu inciso VIII:

"Divulgar para a sociedade os problemas da educação superior visando obter apoio para sua solução"

Em momentos em que a política educacional do Governo FHC, bem como sua política geral, ameaça enforçar o ensino superior público no Brasil, é preciso acordar antes que seja tarde.

"Na primeira noite eles se aproximam

e colhem uma flor no nosso jardim

e não dizemos nada"

Eduardo Costa, Passagem com Maiakowski,

in ADUFPB-JP, Agenda do Professor 1995

Sair às ruas, ir para as escolas, sindicatos, os partidos, as empresas, os meios de comunicação, as praças, para "Divulgar para a sociedade os problemas da educação superior visando obter apoio para a sua solução"

Recair no grave erro do grevismo imoral e irrepresentativo, é cair na provocação de quem quer acelerar a deterioração da universidade, preparando o caminho de uma privatização que já vem se implantando em países vizinhos como a Argentina - "laboratório" de ensaio do "remédio" neoliberal que nos recitam desde o Norte.

Desvincular o nosso Sindicato de burocracias nacionais que decidem desde de Brasília os rumos do movimento docente, atrelando-o a interesses que não são os da categoria, não são os dos docentes da UFPB.

O futuro desta universidade federal da Paraíba está nas mãos dos que a fazem. Dos que com seu trabalho, acumulado ao longo de anos, e muitas vezes - como o da formiga - insignificante e despercebido, fizeram da UFPB uma das melhores universidades do Brasil, e do Nordeste. O que não é pouca coisa, se levar-

mos em conta o pesado lastro de empreguismo e mediocridade que ainda sobrevive entre nós.

Não basta fazer. É necessário que a população, os interessados diretos, o alvo do nosso trabalho, saibam o que fazemos. É necessário que essa população perceba e valorize um patrimônio que é seu, social, coletivo. Um patrimônio que pode ser destruído a qualquer momento, graças à

força conjugada no corporativismo cego, da burocracia sindical partidária, e da política imperial do novo Fernando, Fernando II como já é chamado o cientista social que já "fizera a cabeça" de tantos sociólogos latinoamericanos nos anos 70, com a sua teoria da dependência, hoje esquecida em algum porão, transformada em "entulho" na perspectiva do Brasil neoliberal que hoje esses socialdemocratas de salão querem construir. E construirão, se não nos aliarmos com os únicos que podem defender a cidadania e os direitos sociais ainda remanescentes neste país de hiatos sociais crônicos e injustiças regionais não menos crônicas.

Sem esse "povo" que se inovam em assembléias frequentemente dirigidas, manipuladas e irrepresentativas, todas a nossa luta e todo o nosso trabalho, poderão ruir no silêncio de uma penada palaciana, que teremos contribuído a tornar eficiente com a nossa omissão.

Rolando Lazarte é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPB - Campus I, e membro da Associação Internacional de Sociologia (ISA/AIS) e do GT "Sociologia e Religiosidade" do Seamplo.

Ao colega ausente e ex-professor Cleobaldo Chianca

João Luiz Fonseca dos Santos

O que é feito dos propósitos perdidos, e dos sonhos impossíveis?

Tu vais fazer falta na nossa comunidade acadêmica. O teu jeito desarrumado e deslocado dos indivíduos perdidos, mas com uma cabeça grandiosa, rica de números e sentimentos, desprovido de convenções e de poses do saber.

De tua imagem em sala de aula tinhas muito do Carlito, sempre trôpego, mas pronto para lutar em favor dos injustiçados e na transmissão dos saberes da vida.

Mestre de uma imensa população de estudantes, passaste com a tua consciência profissional, o conhecimento para várias gerações de alunos, angústia na compreensão do ritual das demonstrações dos teoremas, alegria nas soluções dos problemas e má-

goas para os alunos em guerra com o rigor da linguagem da Matemática.

Creio que para os alunos sedentos do conhecimento formal tu ensinaste a linguagem do Pitágoras com clareza e refinamento, despertando vocações e paixões para os aficionados dos jogos dos números.

Estavas consciente de que o saber conseguiria mudar o mundo e com isso também criar um lugar para idéias e talentos, para os quais no mundo natural, em si, não haveria lugar.

Por outro lado, estávamos cientes de que o ver exige movimento, porque é preciso considerar o assunto de diferentes pontos de vista. Neste particular, acompanhávamos as tuas geometrias, que traçavas com os teus gestos, ora agachado ora quase atrelado ao quadro-negro

como uma pintura surrealista de Salvador Dalí. Ademais, no palco da representação de sala de aula, ficávamos atordoados com as integrais, derivadas, equações, incógnitas, pontos, retas, planos e outros códigos do ritual matemático; tudo isso, com planos involutários de esquecimentos.

Caro colega, deixo um adeus pensando no Auto da Compadecida de Ariano Suassuna, solicitando, como João Grilo, uma permissão a São Pedro para tu em breve, retornares à Terra. Pinço algumas frases de Fernando Pessoa para chorar a angústia de tua partida:

Creio que vivi, estudei e até cri

Fiz de mim o que não soube

E o que podia fazer de mim não o fiz

E a saudade que sinto não é nem no passado nem no futuro.

Deixo escrito neste texto a imagem do designo morto:

Fui, como ervas, e não arrancaram.

João Luiz Fonseca dos Santos é Professor do Departamento de Economia da UFPB - Campus I

- luta pela construção de uma carreira unificada para os setores público e privado.

Com o passar do tempo, muitos dos princípios da ARTICULAÇÃO ANDES/AD passaram a ser bandeiras do movimento docente como um todo. Esta incorporação não deixou de produzir certa confusão entre o que seria o campo da articulação, o campo da ANDES-SN e o campo do movimento docente. Oportunistas, hoje, chegam a pregar, abertamente, que o momento histórico da ARTICULAÇÃO ANDES/AD já passou.

-A ARTICULAÇÃO desenvolveu novas idéias e incorporou novos campos de luta. A evolução destes princípios e destas idéias norteadoras pode ser encontrada nas diversas cartas de princípios e nos programas de ação que balisaram as eleições das diversas diretorias da ANDES-SN.

Para quem estiver ingressando agora na ARTICULAÇÃO ANDES/AD é importante frisar que ela não se confunde com qualquer outra articulação porventura existente em movimentos sindicais e partidos políticos, nem mesmo aquelas que carregam o mesmo nome de "Articulação". A ARTICULAÇÃO ANDES/AD é autônoma.

No movimento docente da UFPB, em João Pessoa, essa ARTICULAÇÃO tem tido participação ativa e sua atuação tem sido marcante em todos os momentos onde decisões importantes do MD, em nível local e nacional, são tomadas.

A ARTICULAÇÃO ANDES/AD tem participado, junto com outros companheiros que não são dos seus quadros, de direções da ADUFPB-JP e disputou as eleições de 1994 com a chapa AMPLIAR E RENOVAR, cuja concepção sindical, diferente da chapa vencedora está contida na sua carta programa.

Monowidica

CARTA À DIRETORIA DA ADUFPB-JP/SSind

Nós abaixo-assinados, sindicalizados nesta seção sindical dirigimo-nos a V.Sa. para expressarmos nossa insatisfação frente ao tratamento que vem sendo dado a algumas questões essenciais, que dizem respeito à atuação de nossa entidade de base e do nosso sindicato nacional. Como poderá ser visto em seguida, consideramos que as referidas questões têm recebido uma abordagem inadequada o que, sob nossa ótica, poderá configurar um prejuízo para a ação política de nossa entidade e, mais grave ainda, um desrespeito à democracia interna do movimento docente organizado na ANDES-SN, um dos nossos mais preciosos patrimônios e instrumentos de luta.

Inicialmente, gostaríamos de mencionar a precariedade do fluxo de informações direção/base. Cartazes com avisos não permitem um esclarecimento completo das questões tratadas. E, em muitos casos, o acesso da categoria às informações sobre as ações da diretoria da ADUFPB-JP/SSind. dá-se através da imprensa regular, comumente imprecisa ao tratar das questões relativas ao movimento sindical. Corre-se assim o risco de permitir que se passe "o dito pelo não dito", o falso pelo verdadeiro, contribuindo-se, desse modo para a desqualificação e a perda de credibilidade de nossa AD/SSind. junto à sua base social e à sociedade de forma mais ampla. Como exemplo do problema aqui apontado, lembramos o fato de que a atual gestão, tendo já três meses de mandato, não divulgou nenhum balancete nem apresentou, em conjunto com os demais integrantes de nossa delegação (vinte participantes entre delegados e

observadores) ao XIV Congresso da ANDES-SN (14/18 fev. em Brasília), o relatório da sua atuação.

Em seguida assinalamos nossa estranheza com relação a não convocação de Assembléia Geral há bastante tempo (última AG 01/02/95). A conjuntura nestes últimos meses exigiu vários encontros do Setor das IFES e plenárias dos SPFs. Há, inclusive, um indicativo de greve sendo debatido nesses eventos, o que até o presente momento não foi apreciado pela base da nossa entidade. Pela natureza regimental, a AG é o órgão máximo deliberativo de nossa entidade. Consideramos que o procedimento adotado acarreta uma sensível deformação nas atribuições da diretoria, cuja função também, regimentalmente estabelecida, é executiva. Desse modo, sem obviamente estarmos defendendo o assembleísmo, consideramos que a convocação de AG's, contemplando em suas pautas as questões advindas da conjuntura, será extremamente benéfica para a integração direção-base propiciando respaldo às ações encaminhadas pela diretoria. Citamos, por exemplo: os encaminhamentos que vêm sendo desenvolvidos com relação à

aquisição da sede social, cujo montante de recursos envolvidos é vultoso frente à disponibilidade de nossa AD/SSind e as ações empreendidas na luta pela isonomia, no caso específico do processo judicial dos 84,32%, em tramitação.

Além disso, vimos também registrar a, para nós, injustificável suspensão das atividades dos grupos de trabalho, tradicionalmente em funcionamento na ADUFPB-JP. Consideramos que este fato, com certeza, tem comprometido a atuação da nossa seção sindical nas lutas desenvolvidas no campo da ANDES/SN e da CUT.

A partir dos pontos levantados, e na certeza de estarmos contribuindo para a ampliação da democracia na nossa AD/SSind, solicitamos que a resposta aos questionamentos por nós expressados seja apresentada por V.Sa. e pela Diretoria de forma pública num dos veículos oficiais de comunicação da nossa entidade.

Sem mais para o momento, receba nossas saudações sindicais e universitárias.

Em tempo. Informamos à V.Sa. que a presente correspondência estará sendo divulgada junto à base social da ADUFPB-JP/SSind



**PELA VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO
PELA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS
PELA IMPLEMENTAÇÃO DA ISONOMIA**

**ARTICULAÇÃO ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA
POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA, DEMOCRÁTICA LAICA E
DE QUALIDADE.**

Boletim da ARTICULAÇÃO ANDES - AD

João Pessoa, Abril/1995

EDITORIAL

Este informativo que chega a você foi produzido por nós que, aqui em João Pessoa, fazemos parte da ARTICULAÇÃO ANDES - AD AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA, e que temos uma concepção e uma prática diferente dos que hoje estão na direção da ADUFPB/JP-SSind.

Ele veio para divulgar o que pensamos acerca do sindicato e do seu papel. Trata-se de um valioso elemento para discutirmos essa concepção e prática, buscando ampliar o número de pessoas que pensam como nós.

Achamos absolutamente normal que existam outras visões sindicais dentro do Movimento Docente e, gostaríamos de discutir, politicamente, suas divergências. Para tal, além do Boletim da AD contamos a partir de agora com este novo boletim. Sabemos que desta forma estamos contribuindo para a continuidade de um sindicato combativo e solidário com destacado papel nas lutas locais e nacionais, as quais tantas conquistas trouxeram para a categoria.

O que nos espera!

O projeto Neo-Liberal capitaneado pelo Professor Fernando Henrique Cardoso em perfeita sintonia com Marcos Maciel *et caterva* é uma ameaça concreta aos trabalhadores. Nós, professores universitários estamos com conquistas trabalhistas seriamente ameaçadas. A revisão constitucional pretendida pelos governantes e dominantes nos atingirá enquanto trabalhadores e enquanto cidadãos. As ameaças ao serviço público e

aos servidores, se concretizadas, nos atingirão de forma contundente. Muitos hoje estão se aposentando para tentar fugir destas ameaças, mas e aqueles que não podem fazê-lo? A UFPB tem hoje, seguramente, 400 professores em início de carreira e que serão regidos pelas mudanças que aí virão! Por outro lado, como fica a qualidade das Universidades Públicas Brasileiras que perdem seus Mestres e Doutores num momento onde o trabalho e conhecimento acumulados por eles é fundamental à produção acadêmica e para a vida universitária? Como se isto não bastasse, a proposta de avaliação do aluno após o término do curso (MP 938) se constitui num flagrante desrespeito ao nosso trabalho docente e à história de luta pelo ensino Público, Gratuito, Laico e de Qualidade que a ANDES/AD defende.

Para nós a avaliação não pode ser irresponsável e descontextualizada. Aplicar uma prova ao aluno que se forma não mede a sua competência nem a qualidade do ensino que lhe foi ministrado, tampouco avalia a Universidade como pretende o presidente.

O que fazer? É preciso passar do discurso e da indignação à prática. Onde estão as ações políticas? Mobilizar, informar, convocar é papel de direção (ver carta à diretoria neste boletim). À base cabe a participação atenta e qualificada. Recentemente, perdemos na UFPB os 84,32%. Alguns professores nunca o tiveram. Nos dois casos, a luta jurídica continua sendo uma forma de tentar reaver esses valores no entanto, precisamos refletir sobre o significado deste fato. Retiraram do nosso salário percentual equivalente a quase metade do mesmo

(por decisão política-governamental/Collor). Da mesma forma outros também o fizeram (26,15%, 16,16%). O atual governo já adotou a mesma política. Hoje lutamos com a CUT por gatilho salarial enquanto o governo nega e a inflação aumenta.

Até quando iremos às ações jurídicas? Precisamos resgatar os espaços políticos e democráticos de mobilização, discussão e deliberação da nossa AD/SSind. No momento, nossa experiência nos aponta para a necessidade de participar, enquanto categoria, das lutas do nosso sindicato nacional ANDES-SN e das lutas com o conjunto dos SPF's. Resistir é preciso.

ARTICULAÇÃO ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA HISTÓRIA E PERSPECTIVAS

A ARTICULAÇÃO ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA - ANDES/AD é a forma política que os docentes encontraram para articular dentro da ANDES-Sindicato Nacional, as forças que defendem princípios e propõem estratégias comuns, visando atingir determinados objetivos.

São idéias comuns desde a fundação da ARTICULAÇÃO ANDES/AD:

- luta intransigente em defesa e pela construção da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica e de qualidade. Este princípio conduziu sempre a lutar contra a orientação privatizante da política educacional;

- construção de um sindicato de professores do ensino superior envolvendo os setores público e privado. Construção de um novo sindicalismo classista, autônomo do patronato e do governo, livre

do peleguismo, do corporativismo e da reprodução incessante dos mesmos dirigentes nos cargos políticos-administrativos dos sindicatos (a oligarquia sindical) e superando as barreiras da unicidade sindical e da contribuição sindical obrigatória;

- construção de um sindicalismo combativo, privilegiando o instrumento da luta direta em vez da simples ocupação de espaços institucionais;

- a perspectiva de que a luta dos docentes está intrinsecamente vinculada à luta dos trabalhadores brasileiros; daí a participação em grandes campanhas públicas como pelo fim do regime militar, pelas diretas-já, pelo impedimento do presidente Collor e a luta pela filiação da ANDES-SN à Central Única dos Trabalhadores; daí, também, a necessidade de ultrapassar a simples rejeição das propostas de nossos oponentes e de formular e defender propostas alternativas elaboradas a partir de uma racionalidade das classes trabalhadoras na perspectiva de sua emancipação.

- autonomia do movimento docente frente a partidos políticos, grupos organizados, interesses do patronato e do governo;

- fortalecimento da democracia interna do movimento através de plena ligação das direções com as bases, mediante as assembleias e as instâncias de deliberação do movimento;

- faz da concepção da ARTICULAÇÃO ANDES/AD que o movimento docente defenda sindicalmente a categoria subordinando, porém, estas lutas à políticas gerais definidas pelo próprio movimento docente para a universidade, para a educação, para a ciência e a tecnologia e a saúde, etc...

- luta pela isonomia dos salários dos docentes;

ADUFPB-JP/SSind

Gestão ADUF Para Todos
ADUFPB-JP/SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN - Filial da CUT

ADUF PB - JP / SSind PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACUMULADO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1995

VALORES EXPRESSOS EM R\$

1 - PATRIMÔNIO SOCIAL	
RESERVAS DE SOBRAS ACUMULADAS.....	458.039,30
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO ATIVO PERMANENTE.....	53.887,20
TOTAL.....	511.926,50
2 - RECEITAS	
CONTRIBUIÇÃO SÓCIO.....	114.517,28
REND.APLIC.FINANCEIRAS.....	39.409,08
REC. MAQUINA COPIADORA.....	2.413,52
RECEITAS DIVERSAS.....	248,27
TOTAL.....	156.588,15
3 - OBRIGAÇÕES	
SOCIAIS.....	1.912,10
TRIBUTARIAS.....	18,81
CHEQUES A COMPENSAR.....	130,00
TOTAL.....	2.060,91
4 - DESPESAS	
ADMINISTRATIVAS.....	67.546,61
C/ PESSOAL.....	25.341,54
C/ EVENTOS.....	3.591,21
FINANCEIRAS.....	343,41
CONTRIBUICOES/DOACOES.....	27.473,48
TOTAL.....	124.296,25
5 - PERMANENTE	
INVESTIMENTOS (AÇÕES TELEBRAS).....	3.400,00
IMOBILIZADO.....	161.728,64
DEPRECIACAO ACUMULADA.....	(42.540,47)
TOTAL.....	122.588,17

SALDO ((1 + 2 + 3) - (4 + 5))..... 423.691,14

DETALHAMENTO DO SALDO:

A - DISPONIBILIDADES

EM CAIXA.....	42,54
EM CONTA CORRENTE.....	51,49
APLIC. MERCADO FINANCEIRO.....	423.591,29
SUBTOTAL.....	423.685,32

B - CONTAS A RECEBER

VALORES A RECUPERAR.....	5,38
DEPOSITO VINCULADO (R.A.L.P.).....	0,44
SUBTOTAL.....	5,82

TOTAL GERAL (A + B)..... 423.691,14

JOÃO PESSOA, 17 DE ABRIL DE 1995

M & M Contadores e Associados
Av. Epitácio Pessoa, 292 - 1º.º - 16
Expediente: 100 - 13.101
Fone: 244-1483

ADUFPB-JP / SSInd PRESTAÇÃO DE CONTAS

**ACUMULADO DE 01 JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1995
RESUMO ANALITICO/ATIVO PERMANENTE E CONTRIBUIÇÕES**

VALORES EXPRESSOS EM R\$

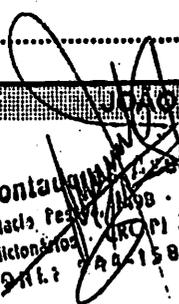
1 - PERMANENTE

INVESTIMENTOS (AÇÕES TELEBRAS).....	3.400,00
IMOBILIZADO.....	161.728,64
SEDE SOCIAL (GRANJA).....	30.000,00
COMPUTADORES E PERIFERICOS.....	26.151,76
MOVEIS E UTENSILIOS.....	28.645,07
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS.....	58.901,87
INSTALAÇÕES.....	9.657,27
PROGRAMAS E SOFTWARES.....	8.372,67
DEPRECIACAO ACUMULADA.....	(42.540,47)
COMPUTADORES E PERIFERICOS.....	19.985,00
MOVEIS E UTENSILIOS.....	8.214,81
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS.....	8.386,75
INSTALAÇÕES.....	2.018,89
PROGRAMAS E SOFTWARES.....	3.935,02
TOTAL.....	122.588,17

CONTRIBUIÇÕES E DOACOES

CONTRIBUIÇÃO C.U.T.....	3.597,44
CONTRIBUIÇÃO ANDES.....	19.759,43
CONTRIBUIÇÃO DCE.....	350,00
CONTRIBUIÇÃO DIEESE.....	357,86
DIVERSAS.....	3.408,95
TOTAL.....	27.473,48

ELABORADO PESSOA 17 DE ABRIL DE 1995


M & M Contadores e Associados
 Av. Epitácio Pessoa, 1498 - 8º 16
 Expediente 1001 (RCP) 3,101
 Fone: 244-1582

**Estas contas estão sendo analisadas pelo
Conselho de Representantes da ADUFPB-JP
(o balancete de verificação analítico foi encaminhado aos Centros e
Departamentos da UFPB, Campus I)**

Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 1 - Maio de 1995

GREVE

Assembléia decide sobre indicativo para o dia 9

Os professores do Campus de João Pessoa, decidirão hoje, numa assembléia geral, às 9h00, no Auditório da Reitoria, se entrarão em greve por tempo indeterminado, contra as propostas de reformas constitucionais e reivindicando uma pauta de melhorias salariais unificada com os demais trabalhadores públicos federais e das estatais.

No último final de semana, a reunião do setor de docentes das Ifes da ANDES(28 e 29 de abril) e a plenária dos servidores públicos federais ratificaram o indicativo de greve por tempo indeterminado. A diferença entre elas é que a primeira aprovou como data o dia 9 e a outra manteve a data de ontem para o início da paralisação.

A reunião dos docentes também aprovou o seguinte calendário: 1º de maio reunião do setor das Ifes. De 2 a 5, rodada nacional de assembléias gerais para deliberar so-

bre indicativo de greve à partir de 9 de maio. 6 e 7, reunião do setor das Ifes, começando às 14h00, do dia 6, em Brasília. No dia 8, seria realizada uma rodada nacional de assembléias gerais para deliberar sobre a deflagração da greve

A plenária dos Servidores federais avaliou que a greve por tempo indeterminado deveria começar ontem, com um processo de ampliação a partir das categorias que já possuem potencial para a greve. Em seguida, entrarão as demais de acordo com suas características.

A pauta de reivindicações unificada foi protocolada no último dia 27 e a CUT solicitou audiência com o Presidente da República. Fernando Henrique não deu resposta e o documento foi entregue pelo presidente da Central, Paulo Vicente da Silva, o Vicentinho, e representantes de entidades de servidores públicos federais e estatais.

84,32% ação no Supremo

TST prejudica

extraordinário no Supremo Tribunal Federal ficou totalmente prejudicado e terá poucas chances de vitória se os consertos não forem realizados.

A solução do problema, segundo os advogados, pode demorar de 24 horas a um ano. Depois de analisar o acórdão, o escritório de Saulo Ramos também desistiu da causa, alegando acúmulo de trabalho e o contexto político negativo no Supremo a reivindicação.

O advogado Luis Carlos Bertior, do escritório de Saulo aconselhou Iedo Fontes procurar o também constitucionalista Marcelo Ribeiro. Ele aceitou a causa dizendo que as chances são poucas. Ribeiro é conhecido em Brasília como profissional que já enfrentou várias decisões dos tribunais superiores e venceu.

PAUTA

Unificada

Vcja na íntegra a pauta de reivindicações unificada dos funcionários públicos federais e das estatais.

1) Pelo controle social das empresas estatais e do serviço público;

1.1 Retirada das propostas de emenda constitucional que flexibilizam os monopólios estatais;

1.2 Revogação da lei que institui o Programa Nacional de Privatização

2) Em defesa da Previdência Pública e da Aposentadoria por tempo de serviço

2.1 Retirada das propostas de emenda constitucional sobre a Previdência Social apresentadas pelo governo;

2.2 Por uma auditoria das contas da Seguridade Social;

3) Por uma política salarial
3.1 Adoção de uma política salarial com reposição mensal dos salários conforme ICV do Dieese;

3.2 Reposição das perdas salariais segundo reivindicações das categorias que subscrevem esta pauta.

3.3 Contra as mudanças das datas de pagamento dos salários dos trabalhadores das empresas estatais e do serviço público, revogando-se imediatamente a MP 965/95;

4) Cumprimento dos acordos e compromissos acertados entre os Ministérios e as empresas estatais e as entidades sindicais que subscrevem esta pauta.

5) Pela rejeição do substitutivo do Senador Darcy Ribeiro para a LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação) e imediata aprovação do PLC 101/93 (Cid Sabóia). Pela revogação da medida provisória 967/95, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Educação e Avaliação Institucional.

6) Reintegração dos demitidos na reforma administrativa do governo Collor e por participação em movimentos reivindicatórios

A última semana de abril representou o crescimento das dificuldades para o retorno dos 84,32% aos contracheques dos professores da UFPB. Os advogados da ADUFPB-JP, em Brasília, deram entrada num embargo declaratório sexta-feira passada, onde pedem que o Tribunal Superior do Trabalho conserte várias omissões e falhas no acórdão com a sentença para a ação que retirou a reposição das perdas do Plano Collor.

O presidente da ADUFPB-JP, Iedo Fontes, esteve em Brasília durante a semana que passou articulando a nova ação no TST. Ele explica que com as omissões e falhas no acórdão, o recurso

Aposentadoria como direito social fundamental e o golpe dos 84,32%

Elisa Bezerra Mineiros

Um amigo, professor Sandro Meira, psicólogo e representante dos professores aposentados da UFPB - Campus I, João Pessoa -, me pediu que escrevesse um artigo a respeito de aposentadoria.

A aposentadoria integral é um direito social, garantido nas leis trabalhistas de todos os países civilizados do mundo. Assim como trabalhador merece a remuneração justa pelo trabalho que executa é justo, quando iniciar a terceira idade ou completar o tempo de serviço integral, conforme a lei garantida na Constituição, receber uma remuneração condigna, igualmente ao que recebe em plena atividade.

O Governo Federal está pretendendo retirar esse direito dos trabalhadores que, futuramente, irão se aposentar. Isto é uma injustiça, porque se trata de uma conquista dos trabalhadores, conseguida a duras penas na Constituição de 1988.

Este governo e seus aliados alegam que, se não se proceder à reforma da Previdência, esta tenderá à falência, caso não seja a aposentadoria desvinculada dela. Este tem sido sempre o discurso do governo atual e daqueles que o antecederam, pois é uma argumentação falaciosa porque, segundo os dados oficiais, a Previdência Social, no ano passado, teve um superavit de não sei quantos milhões.

É sabido que a Previdência Social, desde décadas remotas, foi sempre campo aberto para os corruptos, para as fraudes, enfim, império do fisiologismo e clientelismo dos políticos para com seus apadrinhados. As forças de oposição não devem permitir que esse patrimônio social, constituindo e mantido com o dinheiro dos contribuintes, seja desrespeitado.

O direito da estabilidade é outro que está sob a mira do Sr. Ministro da SAF - o Bresser Pereira, ex-ministro de Sarney e ex-diretor das empresas privadas Pão de Açúcar do Sr. Abílio Diniz. Bresser vive com idéia fixa a fim de convencer o Presidente da República para extinguir este direito que, nos tempos da ditadura, foi tirado pelos generais governantes.

Creio que essas não são reformas da Constituição, as quais deseja a sociedade brasileira. Por que esse governo não falou até agora na Reforma Agrária que apregouo, demogicamente, durante sua campanha para presidente? Seria, pois, o ponto de partida, para começar a arrancar da fome e da miséria milhares ou milhões de brasileiros, considerados não cidadãos - marginalizados e

excluídos... Por que não leva a sério outra reforma - a tributária - a fim de obrigar os detentores das grandes fortunas a pagarem o imposto justo e evitarem a sonegação maléfica aos cofres da Nação? Na verdade, o que os governos das elites têm feito até hoje é extorquir, quando podem, o imposto dos assalariados (trabalhadores e classe média) porque é muito mais fácil mandar tirar das listas dos computadores o índice determinado por eles e até mesmo mandar suspender, nos contracheques dos professores da Universidade Federal da Paraíba - Campus I -, os 84,32% conquistados na Justiça do Trabalho, em virtude das perdas salariais que os professores tiveram, durante o governo Collor. Essa injustiça foi praticada por um dos Poderes da República - o Judiciário: TST (Tribunal Superior do Trabalho), na pessoa do Ministro Relator Armando de Brito. Este, em seu despacho, em Brasília, datado de 7 de dezembro de 1994, deu parecer favorável à medida cautelar interposta pelo Ministério Público do Trabalho da 13ª Região, que ajuíza a medida cautelar inominada incidental, visando a suspensão da execução do julgado que se processa perante a M.M.ª Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de João Pessoa (Processo nº 1.155/91). A mesma se junta o reajuste salarial de 84,32% relativo ao IPC de março de 1990, em decorrência das perdas salariais já mencionadas e sobre a qual foi ajuizada a ação rescisória TRT nº 062/92, julgada improcedente pelo egrégio TRT da 13ª Região. Segundo a leitura que fizemos do parecer, justifica o Sr. Ministro Relator Armando de Brito que contra o V acórdão regional foi interposto recurso ordinário, também pelo Ministério Público do Trabalho, uma vez que a parte diretamente interessada, a UFPB, não impetrou, voluntariamente o recurso ordinário foi remetido à egrégia corte, autuado sob nº 105.570/94.0 e, em seguida, distribuído ao Sr. Ministro citado, para que este fosse o relator do processo.

E o resultado foi que a decisão desse Ministro foi a de mandar suspender o pagamento dos 84,32% nos contracheques dos professores da UFPB, Campus I, a partir de dezembro de 1994, que haviam ganhado a ação judicial, o qual, dizendo que o Ministério Público é o defensor da ordem jurídica e do interesse público, concedeu a medida liminar inaudita, altera parte para a suspensão de execução da sentença rescindenda até o trânsito em julgado da ação rescisória.

Julgamos oportuno informar aos colegas aposentados que, ultimamente, o nosso sindical -

a ADUFPB-JP/SSind, está solicitando aos professores que enviem telegramas aos deputados e senadores da bancada paraibana, no sentido de acompanhamento do recursos extraordinário impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal.

Pergunta-se ao Sr. Ministro Armando de Brito por que a egrégia corte do trabalho, que tanto zela pela ordem jurídica e interesse público, não agiu judicialmente, como agora no caso dos 84,32%, em relação às perdas salariais dos funcionários públicos e professores universitários, nos anos anteriores, referente aos Planos Bresser e Plano Verão, dos governos Sarney e Collor?

Por que a egrégia corte também se omitiu no tocante à discriminação praticada pelo governo Itamar em negar aos funcionários públicos o reajuste salarial de 17% (mês de dez/94) aos funcionários públicos, incluídos os professores universitários, ao mesmo tempo em que pretendia conceder melhor reajuste para os militares? E o que é feito da isonomia que foi tão badalada, inscrita da Constituição e até hoje não foi regulamentada?

Por que, no governo atual, foi negado o reajuste dos assalariados, que nunca foi aprovado pelo Congresso Nacional recentemente de R\$ 70 para R\$ 100 e que, sob pretexto de estourar a Previdência Social, tendo ainda o Presidente da República acusado de demagogos os deputados que votaram pelo aumento do salário mínimo? Se assim o fizeram não foi demagogia, e sim por um dever de justiça, pois o deles foi aumentado de maneira tão escandalosa que chegou a revoltar a opinião pública! No entanto, não se sabe se os srs. Procuradores Gerais e Ministros do TST constatarem essas injustiças e esses desrespeitos às decisões de um outro Poder que é o Congresso.

Indaga-se, ainda, o porquê do aumento absurdo dos salários dos deputados, senadores, Presidente da República, seus ministros. Ultimamente, os próprios juizes das Cortes do Judiciário igualaram seus proventos aos dos outros dois Poderes e Ministros do TST e STF. Não entraram com ações judiciais para, pelo menos, obrigarem a baixar um pouco mais esses valores absurdos, que irão pesar muito nos cofres da Nação. Tudo isso, sem dúvida, quem vai pagar é o povo, através de impostos absurdos. Conclui-se que só existe isonomia para as cúpulas das elites dirigentes do nosso pobre país, em extrema oposição ao salário mínimo - miseravelmente isonômico ...

Entretanto, o que me surpreendeu e me chocou profundamente foi a leitura de um artigo publicado pelo Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Armando de Brito, no Correio Braziliense, de 11-2-95, intitulado "Pressões e Contrapressões". Recomendo aos companheiros aposentados e demais professores, funcionários públicos e sindicalistas que se dirijam à sede da ADUFPB-JP/SSind, para receberem cópias do citado artigo e tomarem conhecimento das graves acusações a segmentos do movimento sindical e funcionários públicos do Brasil, feitas por esse Ministro, que se posiciona de maneira parcial contra os trabalhadores e funcionários públicos.

Elisa Bezerra Mineiros é professora aposentada do Departamento de Serviço Social

CURTAS - CURTAS - CURTAS - CURTAS

REQUIÃO - O Forum Contra a Desnacionalização da Economia trará na próxima sexta-feira, a João Pessoa, o Senador e ex-Governador do Paraná, Roberto Requião. Ela fará a palestra, às 19h30, no mesmo dia, sobre "A defesa da Soberania Naci-

onal", no Auditório da OAB.

OUTUBRO - O Governo Federal reeditou o decreto prorrogando a proibição de realização de concursos públicos e contratações até o dia 09 de outubro. Ele agora atende pelo número 1.368 e agrava o problema de recursos humanos das Ifes e

órgãos públicos.

APOSENTADORIA - Os docentes aposentados de todo país decidiram no último final de semana, no II Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadorias dos Docentes da IFES, lutar pela mobilização contra as reformas da Previdência e garantir espaços em todos os eventos para a discussão sobre aposentadoria da categoria. O encontro aconteceu na UFRN.

GESTÃO - A gestão democrática no Ensino de 1º e 2º graus na rede estadual de ensino será tema de debate promovido pelo Departamento de Habilitações Pedagógicas, do Centro de Educação. Os deputados estaduais Chico Lopes(PT) e Inaldo Leitão(PMDB) serão dos debatedores. O evento acontecerá no Auditório do CE, às 19h30, no próximo dia 10.

Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 2 - Maio de 1995

QUADRO NACIONAL

Apenas 9 de 52 ADs das IFES estão em greve

Apenas 9 das 52 seções sindicais das IFES filiadas a ANDES deflagraram greve por tempo indeterminado, segundo um quadro nacional traçado pela entidade até anteontem. Na Paraíba, poucas categorias aderiram ao movimento, a exemplo dos funcionários da UFPB e professores do Campus de Cajazeiras.

E avaliando este quadro que os professores do Campus de João Pessoa da UFPB, participam hoje, às 9h00, no Auditório da Reitoria, de uma assembléia geral. Sua pauta é a seguinte: 1) informes gerais 2) avaliação do quadro nacional e do quadro local 3) Encaminhamentos 4) Outros Na semana passada, a categoria decidiu pela mobilização e rejeitou as propostas de assumir um indicativo de greve, com ou sem data.

Para aumentar as dificuldades de uma avaliação mais clara e correta da situação, a Central Única dos Trabalhadores passou a apoiar o início de discussões com o Governo Federal sobre as reformas da Constituição. A central divulga que irá apoiar as propostas de reformas de cunho popular, mas a grande massa dos trabalhadores do país não tem conhecimento quais são elas.

Até agora, o Governo não abriu nenhuma brecha para negociar a pauta unificada e a derrota dos petroleiros no Superior Tribunal do Trabalho deu mais forças ao burocratas de FHC para exigir o cumprimento do decreto 1.480, que determina o corte do ponto dos grevistas e o desconto dos dias parados.

Docentes decidem como mobilizar

A reunião dos docentes das IFES após deliberar o início da greve geral por tempo indeterminado na terça-feira (09), relacionou várias propostas de formas de luta, para ampliar e unificar o movimento dos servidores públicos federais.

A primeira é a formação de grupos de mobilização inter-sindicais, com professores participando de atividades de mobilização em outras categorias, como em todas as assembléias e reuniões em andamento.

As manifestações públicas devem seguir a estratégia de conseguir a maior divulgação possível. Uma sugestão é de priorizar eventos menores, mas em maior número e realizados em pontos importan-

tes das cidades. No Rio de Janeiro, por exemplo, as ADs realizaram atividades do tipo "Universidade na Praça".

Outra sugestão da reunião foi a da criação de um grupo forte para atuar na Mídia. Também é proposta a realização de debates com deputados e senadores para pressioná-los, com temas envolvendo as reformas constitucionais, LDB, Lei de Patentes e outros.

Também será importante a realização de sessões especiais nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais sobre a importância da Universidade Pública e do Serviço Público. Um item fundamental será o apoio da sociedade civil para o movimento grevista.

Calendário define ações até 15/05

Com a instalação do Comando Nacional de Greve terça-feira (09/05), a ANDES passou a seguir um calendário de atividades e mobilização, aprovado na reunião dos dias 6 e 7. Do dia 8 ao dia 12, ele prevê mobilização a favor do substitutivo/LDB Cid Sabóia e na defesa do Ensino Público, Gratuito e de Qualidade.

Segunda e terça-feira, deveriam se realizar assembléias gerais. As ADs que convocaram para outras datas devem mantê-las. Elas devem deliberar sobre a deflagração da greve e a definição de instrumentos de mobilização para a LDB, além da ida massiva a imprensa.

No dia 10, o calendário previa debates nas universidades com os três segmentos e no hoje, a realização de corpo-a-corpo nos campi em torno da questão. Amanhã, a definição é de que as ADs promovam atos públicos em defesa do Projeto Cid Sabóia, para esclarecer a sociedade civil.

O último ponto do calendário é o indicativo de reunião do GTPE, em Brasília, no dia 13, para avaliação da situação e montagem da programação seguinte. Para o dia 15, está indicada uma rodada nacional de assembléias gerais.



Veja o resultado das AGs realizadas até o dia 09/05, em todo país

AD - SSind	Nº de presentes na AG	Greve a partir de 09/05		Mantém indicativo de greve	Observações
		Sim	Não		
01 - ADURN	154	X			Próxima AG dia 15/05 para avaliação.
02 - APES-JF				Sem data	AG dia 16/05 para avaliação.
03 - ADUFMAT	328	X			
04 - ADUFU	107	X			
05 - APUFSC	132	X			
06 - APUFPR		X			
07 - SINDOCEFET-PR			X		Aprovado Estado de Greve. Constituída Comissão de Mobilização.
08 - ADUFF	180	X			AG dia 15/05 para avaliação.
09 - ADEPM	22				AG não deliberou. Eventos programados em conjunto com alunos e técnicos-administrativos.
10 - ASPESAL					Não deliberou. Mantém Estado de Mobilização, manifesta total apoio a ANDES-SN. Nova AG na próxima semana.
11 - ADUFSCAR	44		X		Estado de AG permanente, não significando Estado de Greve e sim, Estado de Mobilização.
12 - ADUFPEL				Sem data	Dia 11/05: Paralisação. Dia 12/05: AG.
13 - ADECEFET-MG				Sem data	Em processo de escolha de dirigente (Eleição dia 17/05). Paralisação dias 12, 14 e 16/05. Nova AG 18/05.
14 - ADUFS	130	X			
15 - SEDUFMS	+/- 400	X			Os três segmentos em greve.
16 - APROFURG	212		X		Alunos e técnicos-administrativos em greve. Paralisação até 12/05 com realização de AG até 12/05.
17 - APUBH	97			Sem data	Atividades para intensificar a mobilização. Nova AG em 16/05.
18 - ADUFPA	78		X		Em processo de mobilização. Comissão de Mobilização. Nova AG em 17/05.
19 - ADUC		X			
20 - ASPUV	90			17/05	Nova AG 16/05.
21 - ADUFERPE	+/- 120		X		Nova AG 18/05.

Como está o quadro da greve dos SPFs e estatais

Categoria	Total de Trabalhadores	Parados	%
Petroleros	50.000	47.500	95%
Elétricitários	43.000	35.000	80%
Telefônicos	71.000	10.000	15%
Func. Universidades	103.000	61.000	60%
Previdenciários	230.000	140.000	60%
Ferrovitários	50.000	45.000	90%
Prof. Universidades	50.000		
ASSIBGE	10.000		

Boletim ADUFPPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPPB-JP/SSind. da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 3 - Maio de 1995

GREVE

Quadro das ADs tem poucas alterações

O quadro nacional da greve unificada dos servidores públicos federais e das estatais permaneceu, nos últimos oito dias, praticamente inalterado. Entre os docentes das universidades federais, o número de ADs em greve passou de nove para doze, enquanto nas demais categorias as percentuais de adesão quase não sofreram modificações.

Em nossa base, a Diretoria segue encaminhando as deliberações da última assembléia e a Comissão de Mobilização já está funcionando em ritmo acelerado. Várias reuniões por centros já foram realizadas e os contatos com a sociedade civil estão sendo intensificados, seguindo as sugestões do Comando de Greve.

Na última semana, assistimos a um endurecimento do Governo Federal contra as categorias de maior peso estratégico no movimento com os petroleiros, com os eletricitários e com os ferroviários. As demissões dos grevistas da Petrobrás aumentaram a pressão con-

tra a greve e forçou o Comando Unificado a pedir ao presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva, que fizesse um apelo a FHC para a abertura de negociações.

No último fax do Comando Nacional de Greve da ANDES, a avaliação é que o movimento está mais forte entre os trabalhadores das estatais, já que os ferroviários atingiram 85% de adesão e os telefônicos indicam paralisação para zero hora de hoje, em dez Estados.

Um dos fatos que animou o movimento foi a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições de Ensino Superior ter-se deliberado a não cortar o ponto de funcionários e professores em greve, mesmo com o Decreto 1480 em vigor. Na última reunião da entidade, o Comando Nacional de Greve disse aos reitores que a ANDES não admite repressão ao movimento por causa da autonomia universitária, além do fato de que eles foram eleitos pela comunidade acadêmica

Regional NE II em Campina

A Seção Sindical da ANDES de Campina Grande anunciará amanhã e sábado, o Encontro da Regional Nordeste II. A abertura do evento está programada para às 14h00 de amanhã. Representantes de ADs de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas estarão participando.

A programação prevê, ainda para amanhã, um conagração no Bar Estação

Docente, às 18h00. No sábado, as atividades serão reiniciadas às 9h00, com intervalo para o almoço às 12h00 e retorno às 14h00. O encerramento do encontro acontecerá às 17h30.

A Seção Sindical do Campus II da UFPPB enviou a ADUFPPB-JP um fax com indicação de hotéis na Cidade e a programação. Para alguns estabelecimentos é necessária a reserva antecipada.

O MOVIMENTO NO PAÍS

- ADSSIND EM GREVE (10) : ADURN (AG em 15/05 manteve continuidade da greve), ADUFMAT (aprovou em 16/05 com indicativo de saída para 22/05), ADUFSC, ADUFU, APUFPR, ADUFS, SEDUFSM, ADUC, ADUR-RJ, ADUA.
- AD SSIND EM GREVE POR TEMPO DETERMINADO (02): ADUFF (AG em 15/05 manteve posição com nova AG em 18/05), APUB (15 a 17/05).
- AD SSIND COM INDICATIVO DE GREVE COM DATA (05): ADFCAP, ASPUV, ADUFPA e ADUFAC.
- AD SSIND COM INDICATIVO DE GREVE SEM DATA (06): APES -JF, ADCEFET -RJ, APUBH, ADUFG, ADUFRGS, ADCEFET-MG
- AD SSIND EM ESTADO DE GREVE (02): ADUFFPI (Com paralisação dias 16 e 17/05 e AG em 17/05), APROFURG (com paralisação até 17/05 e AG em 17/05)
- AD SSIND SEM DELIBERAÇÃO (05): ADPM, ADUNB, ADUFAL, ASPESAL, ADUFEPE
- AD SSIND CONTRARIAS À GREVE (09): SINDOCEFET-PR, ADUFSCAR, ADUFERPE, ADUFPPB-CG, ADUFPPB-JP, ADUFMS, ADUFES, ADUFPI e ASDESAM
- AD SSIND COM PLEBISCITO A SER REALIZADO: ADUFC (16 e 17/05)
- AD SSIND COM PARALISAÇÃO POR 24 HORAS NO DIA 17/05 : ADUFUNREI (Com realização de AG para avaliar o movimento em 17/05) e ADUFRJ (com AG para dia 23/05)

Pressão contra projeto de LDB Darcy/Mec

As mobilizações de todas as seções sindicais devem continuar priorizando as ações que pressionem o Senado Federal para rejeitar este substitutivo do Senador Darcy Ribeiro para a LDB. Entre os encaminhamentos do Comando Nacional de Greve para viabilizar este objetivo, estão a realização de atos públicos em frente as Delegacias do Ministério da Educação, a coleta de assinaturas e os pedágios para panfletagens. O Comando também sugere a realização de audiências públicas nas assembleias legislativa e câmara municipais. Outra opção é a instalação de stands em locais movimentados de cada cidade para a realização de panfletagens. A pressão aos senadores deve ser concentrada nas suas bases eleitorais.

Encontrei Vânia Sanguinete

Sandro Meira Wanderley

Encontrei Vânia Sanguinete, numa manhã de sábado, o sábado seguinte à sexta em que eu quase torrei meu saco, participando de duas reuniões no Auditório de Biologia, com as duas chapas: Vânia é uma das pessoas que provam que na universidade, algum dia, existiu vida inteligente - não falta! - e coerência, coisa que nos parece cada dia estar mais em falta nas praieiras do nosso mercado docente, político e sindical.

Vânia não é uma sindicalista. E vai aí a mágoa que dela reservo. Vai passar. Vai passar no dia em que ela assinar uma matéria nesse informativo ou em que ela comparecer a uma dessas assembleias a que falta quorum.

Vânia é uma das pessoas que, ao final dos anos setenta, não conseguimos levar ou trazer para a ADUFPB-JP. Trouxemos quase todos os que podíamos dos Departamentos de Letras, graças à ajuda de minha querida Mariargentina e da minha querida Gláucia.

Sílvio Frank Allem me disse certa vez que do grupo fundador somente eu e Tim- Sebastião Martins - tínhamos condições de penetrar nos redutos conservadores. Paulo Ramos Coelho Filho - o Paulinho - talvez ainda reserve alguma memória sobre isto: Paulão - Paulo Inácio - e Tereza Campelo eram os mentores.

Sabiam que era o dia e hora de fundarmos e consolidarmos a Associação.

Vânia, conforme sabíamos naqueles tempos bicudos, exercia forte influência sobre o lado bom - a esquerda - no Departamento de Letras Estrangeiras. Mas o nosso trabalho, meu e de Tim, foi muito bom. Tão bom que nossos nomes foram ventilados para a Presidência. Nenhum de nós queríamos. Conversamos os três, acompanhado de séquito ao gosto de Sílvio; que seria o presidente. Não havia o que discutir. Houve, é verdade, uma discussão entre Paulinho e Sandro - e muito depois. Paulinho chamou - com razão - Sílvio de pavão que queria brilhar no Eixo Rio-São Paulo. Mas, graças a Deus, a ADUFPB-J já estava consolidada.

Voltemos a Vânia: ela sempre atuou nos bastidores. Mulher um pouco mais nova do que eu, aposentou-se cedo, depois de muito trabalho. Vânia tem defeitos. Eu não os conheço. Tenho por ela admiração quase mística, guardados dos tempos "heróicos" - tempo de Sílvio, um grande irmão, com o qual sempre vivi brigando. Ela é uma líder que nunca foi militante do nosso atual Sindicato.

Pedi às duas chapas espaço para o aposentado docente e uma campanha para ampliar o quadro de associados. Uma grande campanha.

Uma imensa campanha.

De Vânia tenho apenas aquela mágoa confessada acima. Mas, da Universidade tenho algumas mais. E mais ainda as tenho do nosso Sindicato. Dela espero alguma forma de reconciliação. De mim estou tentando. Mas da Universidade e do Sindicato eu quero coerência com o discurso.

Neroaldo e Vera têm feito o que podem. É muito difícil mudar as plantas que já têm muitos anos de seu habitat.

Já me disseram que eu tenho muito carisma. Eu sei também que minha competência - malgrado meu desejo - é muito maior para, por exemplo, destruir uma candidatura, do que para apoiar outra ou para eu próprio ser eleito.

É por isso que - à distância - eu amo Vânia. Nunca a vi, pessoalmente, a reconheci-la. Encontrei-a, sabendo quem é, somente neste sábado fatídico. Fatídico, porque eu tenho o empenho difícil de levá-la para os quadros do Sindicato. Ela sabe das coisas que eu não sei. Apenas uma certeza: guarda, agora aposentada, mágoas. No tempo em que fui psicólogo, entendi de pessoas. Hoje eu entendo somente de mim mesmo, de minha condição de pai e educador. O mais é apenas o mais.

Quero trazer Vânia para o Sindicato. E quero todo empenho da nova diretoria. Vânia, há que ser um símbolo, uma das pessoas competentes deste campus, a qual, em quinze anos, não conseguimos trazer. Se não o for para ninguém, para mim e para muitos amigos docentes aposentados ela será.

A única ameaça, politicamente correta, em concordância com tudo aquilo em que acredito e que eu posso fazer é esta: ou a diretoria integra Vânia em seu quadros ou eu volto. Sou também - e sempre serei - homem de teatro. Minha língua é de fogo. Um ganceiro da palavra, um corisco de Lampião.

30º CONAD será em São Luís-MA

O trigésimo Conselho Nacional de Associações Docentes realizará entre os próximos dias 2 e 4 de junho, em São Luís - MA -, uma avaliação e uma atualização do Plano de Lutas e Questões Organizativas e Financeiras da entidade. A convocação do CONAD aconteceu no dia 8, pela secretaria geral do ANDES.

A realização do CONAD em São Luís segue deliberações do último encontro, ocorrido em dezembro do ano passado, em Niterói-RJ. Segundo o estatuto da ANDES, cada seção sindical tem o direito de enviar um delegado escolhido em assembleia geral. Também tem o direito de participar um delegado representativo de cada uma das vice-presidências regionais, escolhidos em assembleia. O presidente da entidade tem direito a voz e voto em todas as sessões.

Os CONADs acontecem ordinariamente a cada 6 meses e possuem entre as suas atribuições as de deliberar sobre qualquer matéria que por determinação do Congresso da ANDES, lhes seja atribuída. Eles também devem examinar e aprovar os relatórios financeiros, as prestações de contas e as previsões orçamentárias apresentadas pela Diretoria. O quorum mínimo para o funcionamento de suas plenárias é de maioria absoluta de seções sindicais

CONVITE

19/05/95 (SEXTA-FEIRA) ÀS 19:30h
Auditório da OAB

**EM DEFESA DA
PETROBRÁS**

Deputado MIRO TEIXEIRA
(Líder do PDT na Câmara Federal)

Promoção:
ADUFPB-JP/OAB-PB
Fórum de Debates Contra a
Desnacionalização da Economia Brasileira

Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 4 - Maio de 1995

Comando de greve pede fim do movimento

O Comando Nacional de Greve-ANDES está solicitando que as seções sindicais que estão participando do movimento, saiam desta condição e entrem em estado de mobilização. A decisão foi retirada na última reunião, na sexta-feira passada, depois que ficou constatado que, neste momento, não existem condições da paralisação continuar. Uma das consequências é que o CNG transformou-se em Comissão Nacional de Mobilização.

Nas últimas semanas, segundo o CNG, aconteceu uma oscilação constante no movimento, com seções sindicais entrando e saindo da greve. Esta característica também se verifica na paralisação unificada dos trabalhadores em Estatais e no Serviço Público. Uma das consequências diretas foi a

pouca permanência de um número significativo de delegados e observadores no Comando, além das dificuldades de interação com as bases.

Apesar de não ter obtido o sucesso desejado, a greve dos professores da IFES foi considerada oportuna pelo Comando. Ela possibilitou a realização de manifestações, debates, atos públicos e seminários para provocar a reflexão sobre as propostas de reformas constitucionais do Governo FHC.

A orientação que o CNG, agora Comissão Nacional de Mobilização, é de que todas as seções sindicais trabalhem para manter a mobilização, na luta contra as reformas. Ela também servirá para que a categoria apoie as que estão em greve, como petroleiros, eletricitários, ferroviários e outras.

ADUFPB-JP faz ato contra reformas de FHC

Cerca de 400 pessoas participaram do ato público promovido pela Diretoria da ADUFPB-JP/SSIND e o Forum Contra a Desnacionalização da Economia Brasileira, contra as propostas de reformas constitucionais, na última sexta-feira, no Ponto de Cem Réis. O evento também serviu de apoio a greve dos petroleiros e contou com a participação dos trabalhadores da educação do Governo do Estado.

O ato começou por volta das 15h00 e foi encerrado depois das 19h00. Durante o evento, jornais e televisões realizaram cobertura e membros da Diretoria explicaram as razões do protesto. Foram distribuídos panfletos, textos e livretos educativos para os participantes e a população.

A realização do ato coincidiu com uma passeata dos trabalhadores em educação do Estado. Eles tiveram acesso ao sistema de som e, além de divulgarem suas reivindicações, também manifestaram sua oposição contra as propostas de reformas da Constituição. O ato promovido pela ADUFPB-JP/SSIND também serviu para apoiar a greve dos petroleiros e demais categorias das Estatais e do Serviço Público, que estão paralisadas.

Mobilização deve ser mantida

As propostas de encaminhamentos da Comissão Nacional de Mobilização reforçam a luta contra as propostas de reformas constitucionais e aumentam a solidariedade às categorias em greve. Para as seções sindicais, a CNM está recomendando o trabalho nas universidades para ampliar a articulação com os estudantes, técnicos administrativos e outros setores da sociedade civil.

Uma das propostas de ação do Comando é a continuidade das discussões que estão sendo desenvolvidas pelas seções sindicais, especialmente nas áreas da educação e da Previdência. As ADs SSind também devem manter sua atuação junto as bancadas federais de seus Estados, contra as propostas de reformas.

Entre os últimos encaminhamentos do Comando Nacional de Greve, está o de propor ao XXX CONAD a indicação do momento oportuno para avaliação da greve. No plano local, a Comissão de Mobilização da ADUFPB-JP/SSIND mantém sua participação em reuniões de Departamentos e Centros.

Sua atuação tem sido, em parte, prejudicada pelo fato dos Centros ainda não terem indicado seus representantes. Os que estão atuando são os escolhidos em Assembleia Geral, os indicados pela Diretoria e pelo Conselho de Representantes.

Pauta da AG

- Informes
- Avaliação do quadro nacional e local
- Escolha de um delegado para XXX CONAD
- Outros

O "AD" pode informar sem Comissão Editorial

Rogério P. Klüppel

O nosso "AD Informa" tem sido, ao longo dos seus dezesseis anos de existência, um vínculo entre os sindicados e um palanque aberto, onde todos puderam expressar seus pontos de vista sobre as questões sindicais e acadêmicas de uma maneira geral. A atual diretoria da ADUFPB-JP tem demonstrado como valoriza o veículo e suas ações, no sentido de dinamizar, merecem o aplauso de todos.

Causa-nos, porém, apreensão a notícia publicada no "AD" 16, número 03, p.6, da existência de uma recente "Comissão Editorial formada por diretores e pela Assessoria de Comunicação da entidade", destinada a avaliar os artigos para a publicação. Até quando a publicação estará aberta para todos os associados poderem expressar seus pontos de vista, mesmo que esses venham a ser conflitantes com os da Diretoria em exercício? Até quando uma opinião como esta aqui podera ser publicada no "AD" sem que venha sofrer uma filtração ideológica, ou seja, polidamente recusada

"por falta de espaço"?

O querido tio Joseph, (que Deus o tenha num lugar bem quentinho) tinha pós-doutorado em comissões editoriais e deu no que deu... Não queremos aquelas práticas aqui, não é mesmo? Nossa seção sindical, é formada por mais de mil e setecentos intelectuais: é de se esperar um grande número de opiniões conflitantes sobre qualquer ponto polêmico. Não podemos, absolutamente, enquadrar esse fluxo de pensamento nos ditames de uma comissão qualquer. O "AD Informa" deve continuar livre e aberto à expressão de todos os sindicados.

Professor do DTM/CT

Editoria, "Joseph" e má fé

Derval Golzio

O desconhecimento do processo editorial de um jornal (mesmo sendo sindical e de pequena abrangência) tem levado alguns colegas professores a emitirem confusas opiniões sobre artigos que chegam para ser publicados no AD Informa. Compreensível se levarmos em consideração que não temos nem devemos ter "aquela velha opinião formada sobre tudo". Mas, de jornal e jornalismo entendem melhor os profissionais da área.

Senão observemos alguns detalhes que nos passam despercebidos: os artigos dos colegas professores colaboradores aumentaram bastante nesta gestão. Pelo menos, até o momento, não se precisou correr atrás de quaisquer docente para que o boletim ou jornal pudesse sair com mais informação, como acontecia em gestões anteriores.

Em decorrência deste fato, deduz-se que as publicações estão mais interessantes que as das gestões passadas e que o processo de democracia aumenta o desejo desta participação. Citar "o querido tio Joseph" é, no mínimo desconhecer a evolução dos informativos da AD. Isso, ou má fé.

Perceba-se que os critérios jornalísticos de atualidade nem estão sendo colocados em prática. Se assim os fossem, com certeza, muitos dos artigos que chegam

à direção teriam que esperar um bocadinho. Senão vejamos: artigos como os que falam sobre a oportunidade ou não da greve no momento político ou ainda sobre temas mais emergentes estão a esperar, enquanto outros menos atuais e mais dados a literatura romanesca já foram publicados.

Ora, a ordem de chegada dos artigos dos colegas professores colaboradores está sendo posta em prática, inclusive para evitar a má fé de um ou outro oportunista que venha a tentar caracterizar a comissão editorial como censora, castradora de opinião e inimiga da liberdade de expressão. A comissão editorial espera e vê com bom grado a colaboração de todos os que integram a entidade, mesmo contrariando um dos princípios de qualquer informativo, que é a atualidade dos fatos e artigos.

No mais, é, como já dissemos, má fé. E, continuamos a esperar a colaboração dos colegas que queiram emitir opiniões sobre qualquer tema. Como já enfatizamos anteriormente, seria melhor que a atualidade dos temas fosse presente e que nunca ultrapasse 45 linhas de 70 toques. O número de linhas, também não é censura, mas uma forma para deixar fluir outras informações, necessárias, bem como democratizar espaços.

Professor do Depto. de Comunicação



POESIA - POESIA

Lembrando Chianca

José Tavares

A falta que faz Chianca,
É ausência do inconsciente,
É a falta de se estar ciente
Da morte que a todos traga.

Chianca sujo (por fora)
Interroga nossa sujeira (de dentro)
E assim, ficamos todos atentos.

Dialético, eclético, periférico,
De professor se fez aluno
A lembrar sua própria voz
No outro, feito mestre.

Buscava prumo o quixote vagabundo,
Ou deslizava afoito, no coito?

No seu encontro com Silvio
Disse Chianca, discreto:
"Nem eu estava, nem tu
absolutamente certo
Porque o buraco da vida
Se encerra no mesmo gesto".

Por isso caros colegas,
Presentes eles estão,
Nessa peleja sem fim,
Com retalhos de lembranças
Que se espalham sobre mim.

Chianca não escondia
Seu duplo fundamental
Ou triplo, talvez,
Nessa vida sideral.

Aluno professor
Quem sabe, também bedel
Hoje a pasturar ovelhas
Nas ribanceiras do céu.

Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 5 - Julho de 1995

Desta vez vai!

Dando cumprimento a compromissos programáticos assumidos com a comunidade docente, a Diretoria da ADUFPB/JP decidiu-se a comprar um imóvel apto à instalação de sua sede sócio-cultural. Após divulgação de notas pelos principais jornais locais e ampla distribuição de *mosquitos* no campus, convidando eventuais proprietários de imóveis postos à venda que nos apresentassem propostas para imediata operação compra-e-venda, uma comissão técnica, constituída pela Diretoria Executiva, optou pela aquisição de uma granja, nas cercanias da Ponta do Seixas, de propriedade do prof. **JÓRIO MACHADO**.

Segundo a oferta, o imóvel teria aproximadamente quatro hectares, em área margeada pelo Rio Cabelo e a poucos metros da orla-marítima, com muitas fruteiras e por demais propícia ao lazer familiar.

A referida comissão, constituída por professores do CT, fizeram os trabalhos de agrimensão e de avaliação do valor venal, constatando divergência em cerca de um hectare a menos na área total. Ainda assim, recomendou a efetivação da transação pelo valor ofertado de R\$ 100.000,00, posto que perfeitamente compatível com os preços de mercado.

Acordamos, então, sacramentar esta transação mediante uma entrada correspondente a 30% do preço concertado, enquanto se agilizavam os procedimentos legais de praxe, como forma de garantir a propriedade do imóvel, dada a urgência da contraparte na sua realização. Neste meio tempo, ante a morosidade na liberação da autorização devida, por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que bem caracteriza a forma de atuação de nosso serviço público, degradado nas suas funções clássicas, procedemos à remoção de entulhos e à limpeza da área, já na perspectiva das comemorações das festas juninas, quando se faria a inauguração da sede.

Sempre no propósito de colocar a comunidade docente convenientemente informada acerca de nossas iniciativas, divulgamos, em assembleia geral, no Boletim *AD INFORMA* e na imprensa local, a pronta inauguração de nossa sede sócio-cultural. Para surpresa geral, no entanto, de forma inopinada, o Sr. JÓRIO MACHADO comunicou-nos haver declinado da transação, salvo se acordássemos em ceder parte da área negociada, contígua a uma outra propriedade

sua, para efeito de integração de um empreendimento em andamento. Considerando que a área demandada, nos fundos da granja, era de pequena dimensão, em princípio, concordamos com o seu desmembramento. No entanto, submetemo-lo, previamente, à consideração da mencionada comissão técnica. Esta nada obsteu à concretização desta operação.

Ato seguido, fomos informados pelo órgão competente da PMJP de que a legislação municipal vigente não permitiria tal desmembramento. Considerando a empresa uma atividade de interesse público, dirigimo-nos ao Sr. Prefeito Municipal, a fim de solicitar-lhe uma solução legal, de modo a se viabilizar a concretização do projeto almejado.

Obtido o aval do chefe da Edilidade, já havíamos dado por superados todos os impedimentos formais, quando, de repente, mais que de repente, o agente imobiliário Sr. AZAMOR, em nome do proprietário, nos oferece a área a ser presumivelmente desmembrada pelo mesmo preço da remanescente, o que implicaria, num passe de mágica, a duplicação do preço da área total, conforme entendimentos celebrados. Recusamos, resolutamente, esta proposta, dispensando adjetivos.

Percebendo o *imbrolho* em que nos havíamos envolvido (ante a persistente posição do Sr. JÓRIO MACHADO em não dar prosseguimento às negociações, prontificando-se a devolver o valor adiantado), decidimo-nos, por razões de princípios, a desfazer o negócio, ao tempo em que, também, denunciar o comportamento do aludido professor.

Ressabidos e sem ressábios, partimos para a aquisição de um imóvel, à beira-mar, que venha a atender aos requisitos da proposta, para que nossos associados e seus familiares tenham um local condigno para o lazer e para a prática de atividades sócio-culturais. Neste sentido, pedimos a colaboração de todos os adufianos.

João Pessoa, 28 de junho de 1995

A DIRETORIA



Computador para associados

Os associados que tiverem necessidade de utilizar microcomputador para o desenvolvimento de seus trabalhos já podem procurar a ADUFPB-JP/SSIND. Ela adquiriu um equipamento deste tipo, exclusivamente para uso de nossos associados. Os interessados poderão dirigir-se à Secretaria da entidade, no horário normal de expediente.

Reprografia será ampliada e cópia continua em R\$ 0,05

Diretoria Executiva da ADUFPB/PB decidiu oferecer os seus serviços de reprografia a **preços de custos**. Desta forma, o preço de uma reprodução normal continua a custar R\$ 0,05.

Também serão concentrados em nossa sede os serviços de reprografia em geral comprometidos na proposta de **Centrais de Reprodução** da carta-programa da atual Diretoria. Isto se explica tanto por razões de ordem técnico-operacional, como pela conveniência de atrairmos ao nosso convívio os associados.

Apesar do aumento, a Diretoria reintera o seu propósito de colaborar, com os nossos serviços de reprografia para as atividades acadêmicas promovidas pelas diversas instâncias administrativas da UFPB, como: palestras, seminários e atividades científicas, artísticas, esportivas e culturais, mediante a reprodução de cartazes, boletins, *mosquitos* e outras modalidades de divulgação.

A decisão foi tomada para atender à demanda, sempre crescente, com eficiência e qualidade. Para isto, o setor de reprografia será dotado de meios necessários para o melhor atendimento possível.



CONAD decide reativar vários grupos de trabalho

A reativação ou reordenação de vários grupos nacionais de trabalho, a implantação de uma agência de notícias e a campanha em defesa do ensino público e gratuito, na mídia nacional, foram os principais temas de discussão do 30º CONAD da ANDES, realizado entre os dias 02 e 04 de junho, em São Luís, Maranhão. O próximo Conselho acontecerá até o final deste ano, em Salvador, Bahia.

Entre os grupos nacionais de trabalho da ANDES que necessitam de urgente reativação e reorganização de seu funcionamento, estão o de Política Agrária, o de Seguridade e o de Aposentados. O primeiro não conseguiu se reunir após o CONAD e é pedido um esforço das ADs para sua rearticulação. O mote para seu funcionamento é o seguinte: o grito da terra e a ANDES.

O entrave para o bom funcionamento do Grupo de Trabalho sobre Seguridade é a pouca participação das ADs. O de Aposentados necessita de reforço para aumentar e intensificar suas ações.

A implantação de uma agência de notícias da ANDES concentrou uma grande parte dos debates do congresso. A Diretoria da ADUFPB-JP/SSIND ainda está aguardando mais esclarecimentos sobre o assunto. Ele é polêmico e também está em pauta na próxima reunião de trabalho do GT Nacional de Artes e Comunicação, nos próximos dias

14, 15 e 16.

A campanha nacional na mídia para a defesa do ensino público e gratuito também foi destaque nas discussões do CONAD. No encontro foi repassado o valor com que cada AD deverá contribuir para o pagamento de sua produção e veiculação. A ADUFPB-JP/SSIND coube uma contribuição de R\$ 25.278,68, que foi estabelecida com base na sua quantidade de sócios.

Os delegados do CONAD também sugeriram a Central Única dos Trabalhadores, a adoção de um carimbo para divulgar o papel fundamental do servidor público para o exercício da cidadania. O slogan será o seguinte: sem servidor público não há cidadania.

O valor da cota da ADUFPB-JP/SSIND no rateio para o pagamento dos custos do evento foi de R\$ 1.685,72. No final do Conselho, os delegados aprovaram a carta de São Luís, onde se ratifica a posição da entidade contrária as políticas antinacionais Governo FHC.

O documento também reafirma solidariedade aos demais trabalhadores públicos e das estatais, na sua luta em defesa da manutenção do patrimônio público. Os docentes de todo país também voltaram a rejeitar o substitutivo da LDB do Senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) e reivindicaram a aprovação do substitutivo Cid Sabóia.

Planos de Saúde

José Rodrigues Filho

O Boletim informativo da ADUFPB-JP nº 03, "AD Informa", comenta a realização de um seminário destinado a debater saúde, seguridade e planos de saúde. Ora, é impossível num seminário de um dia, esgotar o debate de qualquer um dos tópicos acima mencionados.

Seria mais compreensível que a ADUF, antes de iniciar um debate sobre planos de saúde, discutisse a questão de saúde no país. Sabe-se que "é proibido ficar doente" e a "defesa pura e simples do Sistema Único de Saúde - SUS" - já não satisfaz a categoria de professores, uma vez que "só uma minoria busca atendimento no SUS".

Contudo, as categorias de trabalhadores mais elitizadas não deveriam buscar privilégios ou serviços de saúde diferenciados da maioria da população brasileira, antes de discutir a complexidade dos problemas de saúde no país.

No momento, nós trabalhadores, já financiamos um sistema de saúde que, devido à omissão da sociedade, presta um serviço de baixa qualidade, utilizado pela maioria das populações pobres e por uma minoria das classes mais privilegiadas.

Mas a quem serve este sistema de saúde, que já consome dos trabalhadores mais de um bilhão de dólares?

A cidade de João Pessoa hoje dispõe do maior índice de leitos por mil habitantes entre as capitais brasileiras, tornando-se a cidade brasileira mais privilegiada em termos de capacidade instalada de leitos hospitalares. Por isso mesmo é que a utilização desnecessária de serviços de saúde nesta cidade é abusiva. Somos campeões em cesarianas, esterilizações femininas e hospitalizações em unidades hospitalares de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo). Além disso, a maioria dos hospitais privados internam pacientes na chamada clínica médica (70% de todas as hospitalizações), oferecendo mais serviços hoteleiros do que serviços de saúde aos seus pacientes. Mesmo em países com sistemas de saúde mais organizados (Inglaterra e Suécia) são grandes as hospitalizações desnecessárias de pacientes com diagnóstico de clínica médica. Imaginemos, pois, em João Pessoa, onde não existe nenhum controle dos serviços prestados à população!

Já é sabido que o leito hospitalar cria a sua própria demanda. Não fosse assim, a rede hospitalar privada no Brasil não estaria no mercado, tornando a demanda por serviços de saúde insustentável. Desta forma, a maioria dos recursos financeiros do nosso sistema de saúde está sendo canalizada para um setor de prestação de assistência (rede hospitalar), que já não merece nenhum crédito devido às práticas de fraudes, serviços de baixa qualidade e de falta de respeito ao ser humano.

Num cenário desta natureza, o que significa mais um plano de saúde? No meu entender, mais recursos para um sistema fraudulento. A discussão de um plano de saúde para professores e funcionários da UFPB deveria, talvez, envolver o Hospital Universitário, até para fortalecer esta instituição, em termos de prestação de assistência médica, ensino e pesquisa. Mas isto deveria acontecer dentro do atual sistema de saúde, com o propósito de se criar uma nova modalidade de assistência com seriedade e dignidade.

Pode-se até pensar em criar privilégios para determinada classe, mas a ADUFPB-JP deverá preocupar-se com as injustiças, com as fraudes e com o desrespeito ao ser humano, ocorridas no âmbito da assistência à saúde.

Os planos de saúde são hoje defendidos pelo discurso neoliberal do FMI para os países pobres. Espera-se que o plano de saúde a ser discutido para os associados da ADUFPB não seja mais uma forma de se promover a acumulação de capital por parte de empresas ancoradas no setor de saúde, hoje ávidas de mais recursos financeiros.

Já foi dito que aqueles que defendem mais médicos, mais hospitais e mais serviços de saúde não estão preocupados com a saúde da população, mas com outros interesses. O problema de saúde no Brasil não é a falta de recursos, mas a falta de direcionamento das ações de saúde em benefício da população. A omissão da sociedade para o enfrentamento deste problema é preocupante e a busca de outros caminhos (planos de saúde) ainda mais.

* Professor do Departamento de Administração. Tem pós-doutorado em Economia da Saúde pela Universidade de Johns Hopkins (EUA). Ex-pesquisador em Administração de Saúde, pela Universidade de Harvard.

Debates foram cansativos

A forma de realização do CONAD deve ser modificada para dar ao evento condições de conseguir melhores resultados. A avaliação é da secretária geral da ADUFPB-JP/SSIND, Claudet Coelho, que representou a entidade. Ela garante que a forma dos trabalhos é, geralmente, enfadonha e as plenárias longas não permitem bom aproveitamento.

Segundo Claudet, os problemas começam pelo Caderno do CONAD, que no seu último número foi transformado "numa labirinto de reclamações e encaminhamentos repetitivos e contraditórios". Ela informou que apesar de muitos delegados terem apontarem o comparecimento representativos de 51 ADs e muitos participantes como um indicativo do interesse das entidades, existiu muita retórica e discursos sem repercussão.

O método geral de trabalho no evento, segundo a secretária, ainda é válido, mas os debates, quando chegam aos grupos, tornam-se lentos e cansativos. "O CONAD foi um desafio de resistência física. Não eram respeitados horários. O problema agravou-se durante a realização da plenária final, quando os trabalhos começaram às 15h30 e se prolongaram até às 03h30 da madrugada do outro dia.

ALERTA AOS PROFESSORES!

A ADUFPB-JP/Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba - Campus I -, preocupada em zelar pela ética e pelo profissionalismo entre seus sindicalizados, pretendendo evitar enormes prejuízos financeiros para seu corpo docente, recomenda aos professores que não se iludam com possíveis promessas de advogados "competentes" que estão prometendo recuperar as perdas salariais referentes aos 84,32% (Plano Collor), 26,06% (Plano Bresser), 26,05% (Plano Verão) e a outras questões jurídicas já encaminhadas por esta Seção Sindical aos tribunais.

Na promessa de acelerar, em diversas instâncias da Justiça, processos ajuizados pela ADUF, esses advogados trazidos à Universidade por alguns professores, que, agindo "ingenuamente", têm o objetivo declarado de desqualificar a ação dos nossos Consultores Jurídicos e da própria Diretoria Executiva. Tal comportamento não se ajusta à vida acadêmica, a não ser por interesse puramente econômico.

Neste sentido, conclamamos todos os professores para não caírem nesse "conto do vigário". A ADUFPB-JP/SSind vem acompanhando, com a devida preocupação, o andamento dos nossos processos, em Brasília e em João Pessoa. Recentemente, o Prof. Iedo Leite Fontes esteve em Brasília, juntamente com os nossos advogados, cobrando do Relator do Processo que suspendeu os 84,32%, a urgência em proceder às correções no Acórdão, publicado em maio de 1995. Fizemos essa solicitação através de um Embargo de Declaração, entregue ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) no início de junho e, somente agora, o Ministro Armando de Brito se comprometeu a remetê-lo à Seção de Dissídios Individuais do Egrégio Tribunal, para aprovação. Após o encaminhamento desse pleito, ingressaremos no Supremo Tribunal Federal (STF), com Recurso Extraordinário, para anular a decisão do TST, que julgou improcedente nossa ação, onde procuramos provar que o Juiz, Dr. Geraldo Teixeira (TRT-PB), não estava impedido de presidir a Sessão que contemplou, com os 84,32%, os professores do Campus I da UFPB.

O esforço dos nossos advogados e o da Diretoria Executiva têm sido incansáveis para obter resultados favoráveis, muitas vezes, impossíveis, ainda que o direito seja bom. Entretanto, as decisões desses tribunais são políticas.

João Pessoa, 12 de julho de 1995

Diretoria Executiva

Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 6 - Julho de 1995

PLANO DE SAÚDE

Reunião com reitor decidirá proposta

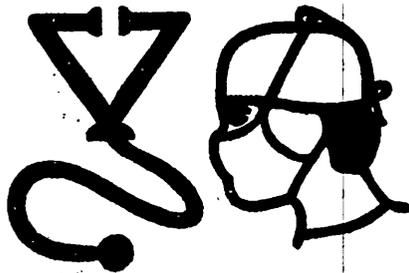
Uma reunião na próxima terça-feira (11/07), no Auditório da Reitoria, vai decidir o futuro da proposta de plano de saúde apresentada pela Diretoria da entidade ao Reitor Neroaldo Pontes, no mês passado. A proposta é de que a Universidade faça um convênio da Fundação de Seguridade Social - GEAP -, garantindo assistência médica integral para os professores e seus dependentes.

No ato de entrega do pedido de convênio, o Reitor informou que iria repassar para um comissão especialmente formada para estudar o assunto. Na reunião da próxima terça-feira, é provável que ele apresente um parecer sobre a proposta, com base na avaliação do grupo.

A busca de um plano de saúde para os professores do Campus I começou logo após a posse da atual Diretoria, quando foi constituída uma comissão para estudar o assunto e propor sugestões. Este grupo, che-

fiado pelo professor Mário Toscano, realizou um seminário reunindo representantes de todas as possibilidades de planos de saúde.

Depois do evento e depois de analisar o resultado de um questionário respondido por 143 professores, a Comissão do Plano de Saúde decidiu-se a indicar a Geap como melhor opção para a categoria. A reunião com o reitor definirá se a Universidade tem ou não condições de implantá-la.



GTPE faz lobby com parlamentares da PB

O trabalho de esclarecimento dos parlamentares das bancadas estadual e federal da Paraíba, sobre a importância da Lei de Diretrizes de Bases da Educação, é hoje um das ações mais frequentes do Grupo de Trabalho de Política Educacional. Seus membros estão-se reunindo todas as segundas-feiras, às 15 h00 e acompanham diariamente a tramitação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

O GTPE também está mantendo contatos com autoridades do Estado, da Prefeitura de João Pessoa e da Delegacia do Ministério da Educação, para solicitar-lhes uma sessão especial do Conselho Estadual de Educação, sobre a LDB. Todas as ações estão acompanhando os trabalhos do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Um dos principais trabalhos do GTPE tem sido a análise comparativa do projeto de lei da LDB 101/95 com os substitutivos Cid Sabóia e Darcy Ribeiro, tendo verificado pontos em que estes se conjugam ou apresentam maiores graus de divergências.

Um grande reforço neste trabalho foi a vinda a João Pessoa do presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Severiano Alves, para uma palestra. Ele debateu o assunto com centenas de docentes e deu uma visão de como está o andamento da LDB no Congresso.

O plano de Saúde e os Professores da UFPB

Dailton A. L. de Lacerda

O plano de saúde. - A questão é polêmica enquanto princípio político mas é quase consensual, de fato, quanto a sua necessidade para os professores. Contraria bandieras de lutas históricas do movimento docente, como a defesa do SUS, assegurado constitucionalmente desde de 1988. O SUS tem como princípio fundamental a assistência integral, gratuita, descentralizada, de boa qualidade para todo cidadão. Mas, assim como o salário mínimo, o SUS, de fato, ainda não saiu do papel (... a luta continua!).

A mercantilização banal da assistência à saúde - apesar de direito de todos e dever do Estado - , é um fato concreto. O que fazer? A assistência particular privada - de elevado custo econômico - , está fora de nos-

sa realidade salarial de docente. A assistência dos serviços de saúde - sucateada propositadamente por "interesses outros" - , não atende satisfatoriamente às nossas demandas.

Surge, então o Plano de Saúde.

Este, como prestador da assistência em "saúde coletiva", se apresenta, no momento, como alternativa para esta situação esdrúxula.

Nas universidades, é cada vez maior o número de entidades sindicais de professores e funcionários em busca de convênios com planos de saúde que assegurem o pronto atendimento a seus afiliados. Em relação à nossa situação, mais especificamente, a constatação se dá de forma evidente. A atual diretoria da ADUFPB-JP, após consultar sua categoria, encaminha, como

um dos pontos de carta programa, a implementação de um plano de saúde para os professores. Uma comissão de saúde criada para este fim, tirado no Conselho de Representantes mais a Diretoria, fica com a difícil tarefa de encaminhar o processo. E o faz. Reúne-se por diversas vezes, planeja, promove debates e levanta dados através de contatos e questionários.

Um dado interessante que ilustra bem esta situação: setenta por cento das ADs filiadas à ANDES-SN, pesquisadas pela Comissão através de correspondência, afirmam ter algum tipo de convênio com planos de saúde privados. Outro dado a considerar é que a pesquisa realizada pela mesma comissão, através de questionário próprio, junto aos professores da UFPB - Campus - I, mostra que 66% dos 143 docentes que respon-

deram ao questionário, afirmaram possuir já possuir tais planos - a maioria destes são privados - mas não estão satisfeitos com estes, tanto pelo custo - que os colegas demonstram cada vez mais dificuldades para arcar - como pelo atendimento, cada vez mais cheio de restrições e de qualidade duvidosa. Apontam, ainda, a necessidade urgente de um plano de saúde de baixo custo e ampla cobertura na assistência. É difícil, mas não é impossível.

A Comissão de Saúde está na fase de elaboração do seu relatório conclusivo, que será encaminhado nos próximos dias à Diretoria Executiva e aos professores, com a sugestão de um plano de saúde, tirado das diversas propostas que se apresentaram, e apontado pelos próprios professores.

A partir daí, cabe fazer acontecer! Vamos à luta!

*Prof. do Dept. de Fisioterapia/
Campus I e Diretor de Política Social da ADUFPB-JP/SSIND*

ADUF PARATODOS. Para todos?

Graziela de Oliveira

A organização sindical por categorias, por si só, já constituiu um limite à unificação da classe trabalhadora. A acomodação de interesses conflitivos dentro da mesma categoria também é bastante problemática. Contudo, a função da Diretoria, além de "abrir espaço para que todas as correntes possam transitar" *, é orientar e coordenar, democraticamente, o movimento, (de acordo com suas convicções políticas) e não apenas, contentar-se com o seu crescimento quantitativo.

Não pode uma diretoria que se diz antineoliberal, em lugar de discutir o complexo sócio econômico do problema da saúde, "canalizar suas forças quase exclusivamente a questões pontuais. * O SUS, excetuando alguns exemplos, não atende,

satisfatoriamente, nem os professores nem a população em geral, como é o seu dever. Por que não iniciamos uma campanha em favor do direito à saúde pública e de qualidade PARATODOS? Saúde, como sabemos, é direito do cidadão e dever do Estado. Por que então nos omitimos?

É uma pena. Uma diretoria eleita para organizar a luta sindical de forma a contribuir, com sua política de ação, para "garantir a todos os membros da sociedade a satisfação de suas necessidades básicas", * equivocadamente contribui com para as políticas neoliberais do governo, mesmo quando afirma ser "melhor esclarecer o professorado acerca do conteúdo das propostas do FHC e ir à luta para derrotá-las".

Numa atitude corpo-

rativista, deixa em segundo plano as necessidades da maioria dos assalariados e dos demais integrantes da classe trabalhadora, para buscando atender interesses de setores do movimento docente, descompromissados com a população paraibana, decidir um Plano de Saúde para a categoria, quando deveria encampar a luta pelo direito à saúde para toda a população.

Da mesma forma, em lugar de juntar-se à luta da MST e da população "sem teto", de pôr em discussão e exigir do governo as necessárias reformas agrárias e urbanas, promete para os desvalidos professores universitários solicitar ao governo do Estado a "doação de um terreno urbanizado para a construção de um condomínio

fechado". * Em troca de quê?

Para que o movimento sindical (e o movimento sindical docente, em especial) avance e cumpra o seu papel transformador da sociedade para o bem-estar geral dos trabalhadores, as práticas de diretorias passadas devem ser criticadas.

As críticas construtivas auxiliarão, dentro da diversidade, a construção de práticas democráticas, pelas quais o acesso tanto aos bens de consumo coletivos (como os que permitem o direito à saúde) como aos bens de consumo individuais (habitação) deixarão de ser privilégio de determinadas categorias de trabalhadores.

Citações a partir de documentos da Diretoria. Professora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - DE.

ADUF Para Todos: com certeza

Claudete Coelho

A visão idílica do sindicato leva a se perder a referência histórica desta forma de organização de classe. Dal se atribuir a ela responsabilidades mais atinentes ao partido, que é, sem dúvida, uma organização teórica e praticamente mais ampla. O sindicato não substitui o partido que tem, este sim, a responsabilidade de condução da classe que representa. Inverter a ordem das coisas não é o melhor caminho, nem no pensamento nem na ação. Sindicato de uma categoria deve representar a categoria toda, não só os iluminados ou os predestinados. Felizmente, no Brasil ainda é assim e ficará assim, até que o Governo não edite uma lei pluralizando. Idéia que, diga-se de passagem, tem tido apoio de sindicalistas equivocados que pensam que a pluralização refere-se a idéias plurais. O que o Governo pretende é criar as condições legais, para que existem vários sindicatos de uma mesma categoria numa mesma base territorial, e estabelecer a luta intestina entre os trabalhadores, para estes, perdendo tempo com questões administrativas, desviarem a atenção das grandes questões.

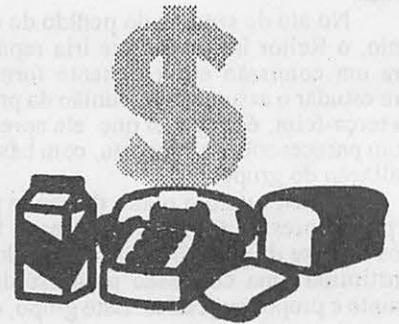
A atual Diretoria da ADUFPB-JP "Para Todos" conduziu a categoria às ruas para lutar contra a concretização, em nosso país, dos mandamentos do neoliberalismo, que nossos "boys de Chicago" travestidos de governantes insistem em levar adiante; levou a categoria às ruas, em solidariedade aos petroleiros e funcionários públicos e das estatais em greve; foi, novamente, às ruas levar solidariedade da categoria aos professores

estaduais em greve, todos por salários dignos. E fez isto porque entende que, com o fortalecimento dos sindicatos em suas lutas por objetivos específicos de cada categoria, está criando condições para lutar por objetivos mais gerais, como defesa do monopólio estatal em indústrias estratégicas, e da soberania nacional, alvos privilegiados dos ataques do novo imperialismo disfarçado de neoliberalismo.

As condições objetivas para a luta estão dadas: petróleo, gás, telecomunicações, estradas, vias fluviais, subsolo, bem como a população do país e a própria soberania ameaçados. Precisa mais? No entanto, as categorias organizadas da classe trabalhadora perdem tempo "olhando para seu próprio umbigo". As soluções para os problemas de cada um virão na solução dos problemas de todos. Isto precisa ser entendido.

No entanto, conforme o refrão popular, "enquanto descansa se carrega pedra". O que quer dizer que, paralelamente à busca de soluções aos grandes problemas, busquem-se as soluções dos corriqueiros, como: escola, moradia, saúde, alimentação, transporte, lazer, férias e outros igualmente importantes no dia-a-dia de todos nós. Não é em vão que em nossas pautas de negociação com o MEC Governo sempre incluímos o item "melhores condições de trabalho". Isto pode ser complementado com "melhores condições de vida", porque não vivemos apenas para trabalhar mas sim trabalhamos e vivemos.

Secretária geral da ADUFPB-JP



Disque Menor Preço

Os filiados da ADUFPB-JP terão prazo até o dia 30 deste mês, para utilizar um serviço de apoio para suas compras: o Disque Menor Preço. O serviço será fornecido, gratuitamente, pelo telefone 247-3244 e faz parte de uma experiência que a Diretoria está fazendo com a empresa responsável por ele.

A direção do Serviço fez uma proposta de convênio com esta entidade, mas a Diretoria resolveu fazer uma experiência: se existir demanda pelo serviço o acordo será fechado. Quem não tem tempo de visitar vários supermercados para comparar preços vai conhecer pelo Disque Menor Preço, onde os produtos estão mais baratos.

Diariamente, os empregados do Serviço visitam os estabelecimentos e coletam os preços de centenas de produtos, que são armazenados em computadores e fornecidos aos clientes, através de uma simples ligação.

Um exemplo da diferença de preços que se pode encontrar está num exemplo dado pelo Serviço. No dia 08/03/95, ela levantou preços de mais de 500 produtos e constatou que, entre os menores e os maiores valores, a diferença chegava a mais de R\$1,00.

A Diretoria Executiva da ANDIFES participou, no dia 18.07.95, às 10 horas, de reunião convocada pela SESu/MTC para discutir a política do Ministério da Educação e do Desporto referente à Educação Superior nas IFES.

Estiveram presentes, por parte da ANDIFES, os Reitores Antônio Diomário de Queiroz, Neroaldo Pontes de Azevedo, Silas Costa Pereira, Tomaz Aroldo da Mota Santos, José Henrique de Faria e o Secretário Executivo Gustavo Balduino. Como convidados da SESu, encontravam-se presentes os Reitores Efrem de Aguiar Maranhão (Presidente do CRUB) e João Claudio Todorov/UnB (Comissão de Autonomia do CRUB) e o Vice-Reitor da UFRJ, José Henrique Vilhena de Paiva.

A pauta discutida versou sobre documento a ser elaborado pelo MTC ao Senhor Presidente da República definindo a política de educação superior no Brasil, inclusive autonomia universitária.

A Diretoria Executiva informou que a agenda de discussões constante no INFORME Nº 019 da ANDIFES ainda não havia sido aprofundada pela Associação devendo sê-lo na próxima semana pela comissão temática de Autonomia e LDB, em Brasília, e na próxima reunião do Conselho Pleno, no Rio Grande do Sul, em início de agosto.

Tendo em vista deliberação do Conselho Pleno, em São Luis, a Presidência da ANDIFES entregou ofício solicitando que seja constituída a Agenda/95 sobre Autonomia para dar continuidade às discussões referentes à Autonomia das Universidades, sob a coordenação do MTC, com a participação das diversas associações de universidades (ANDIFES, ANUP, ABRUIM, etc.) e demais segmentos das IFES (ANDRS, UNP, FASUBRA), com pauta e cronograma de atividades previamente definidos.

Face à urgência manifestada pelo MTC para encaminhar seu documento à Presidência da República, os representantes da ANDIFES manifestaram-se, então, na perspectiva de explicitar os pontos de discussão consensuais, com as posições tomadas pela ANDIFES sobre autonomia.

Na reunião houve um entendimento básico de que a proposta do MART não serve aos interesses maiores das Universidades Federais. A Diretoria da ANDIFES manifestou o entendimento de que era necessário reforçar a posição do MTC, nosso interlocutor, particularmente nesta direção.

Sempre fiel às posições já discutidas no Plenário da ANDIFES, a Diretoria pôde discutir questões como autonomia plena, com orçamento global, mas com a garantia de financiamento pelo Estado. Pôde-se reafirmar que as Universidades Federais são e devem continuar sendo instituições de direito público, com ensino gratuito na graduação e pós-graduação.

Entendeu que o modelo de alocação de recursos será discutido posteriormente entre MTC e IFES, devendo haver garantia de liberação financeira regular dos duodécimos.

Ainda se discutiu a criação de um Regime Jurídico de Trabalho próprio para as IFES, respeitando-se a carreira de docentes e servidores técnico-administrativos, tendo as IFES autonomia na gestão dos Recursos Humanos das Universidades. Compreende-se que houve um avanço nas discussões e que o MTC se mostrou receptivo às ponderações feitas pela Diretoria da ANDIFES.

Para dar continuidade ao assunto, no próximo dia 25.07.95 (terça-feira), às 08h30min, a Comissão de Autonomia e LDB da ANDIFES se reunirá em Brasília, na sede do CRUB, quando o Presidente da Associação, Reitor Antônio Diomário de Queiroz, fará uma apresentação do documento AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA, elaborado pela ANDIFES, seguida de debate. Na oportunidade será discutida a Agenda Pactuada entre o MTC e a ANDIFES, sobre o mesmo assunto, bem como será elaborado documento para subsidiar o debate pelo Conselho Pleno, em sua próxima reunião.

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

No dia 19.07.95 o Presidente da ANDIFES concluiu a negociação para a implantação do Núcleo de Comunicação Social da ANDIFES, conforme deliberado pelo Conselho Pleno, em São Luis-MA.

Foram contratados os serviços de assessoria, através do Sr. Gilson Rebello.

No mesmo dia, o Reitor Antônio Diomário de Queiroz e o Secretário Executivo da ANDIFES promoveram uma reunião com a nova assessoria e os Senhores Moacir Loth e Ana Monteiro Diniz, da Comissão Coordenadora das Assessorias de Comunicação Social das IFES. Na oportunidade, os participantes definiram as formas iniciais de intercâmbio entre a ANDIFES e as ACS das IFES, bem como a estratégia de operacionalização dos serviços de comunicação.

**AGENDA DE POSIÇÕES PACTUADA ENTRE O MEC E A ANDIFES PARA A
DEFINIÇÃO DA AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS**

1. As Universidades Federais são instituições públicas estatais gratuitas;
2. Garantia da permanência do Sistema Federal de Educação Superior Pública;
3. Garantia, pelo Estado, de financiamento das Universidades Federais nas seguintes condições:
 - a. manutenção, no mínimo, dos níveis atuais (com a suplementação proposta) de alocação de recursos, de acordo com critérios previamente definidos;
 - b. alocação de recursos para expansão/desenvolvimento de acordo com projetos especiais;
 - c. esforço conjunto de captação de recursos adicionais em outras fontes;
4. Implementação da proposta de um sistema de estabilidade acadêmica, a ser definida, para os docentes e de um sistema específico para o pessoal técnico-administrativo;
5. Definição de um percentual máximo do Orçamento Global em Despesas de Pessoal em 85%;
6. Garantia de liberação financeira regular dos duodécimos;
7. Para efeito da definição do critério de rateio, do ponto de vista do Orçamento Global, desconsiderar-se-á as despesas com os inativos (garantidos os repasses às UF's, para os mesmos, do orçamento do MEC), da forma seguinte:
OG do MEC-Despesas Totais com Inativos=Orçamento a ser rateado;
8. O critério de rateio, para efeitos do OG das UF's, levará em conta o "quadro ideal" de servidores, de acordo com modelo "ad hoc";
9. Definição de parâmetros de ajuste para uma fase de transição às UF's que estejam com quadro de pessoal acima do modelo de referência;
10. Orçamento Global disponibilizado no sistema desde sua aprovação/publicação, com autorização de antecipação de créditos referentes a suplementação de recursos diretamente arrecadados e de incorporação de saldo financeiro ativo de exercício anterior;
11. Autonomia na gestão dos Recursos Humanos das UF's (quadro, distribuição da Torça de trabalho, etc).

POSIÇÕES DO MEC, COM RELAÇÃO À AUTONOMIA, PARA DISCUSSÃO

1. O ensino gratuito refere-se apenas aos cursos regulares de graduação;
2. Estabilidade para docentes vinculada à titulação de doutor, ou tempo de serviço/defesa de livre docência (ou semelhante);
3. O ensino superior deve ser diversificado. Institutos tecnológicos, escolas vocacionais, escolas técnicas, etc, podem ser Organizações Sociais (projeto do MARE);
4. Fim da aposentadoria especial por tempo de serviço para docentes de ensino superior;
5. Aposentadoria integral sem vantagens (acréscimo de 20%);
6. Instituição de um ente jurídico chamado Universidade Pública Federal, que será uma organização estatal, autônoma, etc;
7. Conceito de autonomia pressupõe a autogestão acadêmica, entendida esta como independência em relação à instituição mantenedora;
8. Criação de um regime especial de trabalho próprio de Universidade Pública;
9. Carreira docente de Universidade Pública terá um piso e um teto nacionais. Neste intervalo, cada UP define seu plano de salário;
10. Criação de um fundo de pensão próprio da UF, para complementação de aposentadoria, e de sistema próprio de atendimento à saúde, mantido com a alocação de pelo menos, 12% relativo ao desconto do servidor, o qual seria repassado à UF para este fim (esta proposta aplicar-se-ia apenas para os novos contratos, pois o objetivo é reduzir o comprometimento do pagamento dos inativos no orçamento do MEC);

ENCARTE DO BOLETIM Nº 06

DATA: 8/7/95

ADUFPB-JP / SSind PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACUMULADO DE 01 JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1995

VALORES EXPRESSOS EM R\$

1 - PATRIMÔNIO SOCIAL	
RESERVAS DE SOBRAS ACUMULADAS.....	458.039,30
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO ATIVO PERMANENTE.....	53.887,20
TOTAL.....	511.926,50
2 - RECEITAS	
CONTRIBUIÇÃO SÓCIO.....	114.517,28
REND.APLIC.FINANCEIRAS.....	39.409,08
REC. MAQUINA COPIADORA.....	2.413,52
RECEITAS DIVERSAS.....	248,27
TOTAL.....	156.588,15
3 - OBRIGAÇÕES	
SOCIAIS.....	1.912,10
TRIBUTARIAS.....	18,81
CHEQUES A COMPENSAR.....	130,00
TOTAL.....	2.060,91
4 - DESPESAS	
ADMINISTRATIVAS.....	67.546,61
C/ PESSOAL.....	25.341,54
C/ EVENTOS.....	3.591,21
FINANCEIRAS.....	343,41
CONTRIBUICOES/DOACOES.....	27.473,48
TOTAL.....	124.296,25
5 - PERMANENTE	
INVESTIMENTOS (AÇÕES TELEBRAS).....	3.400,00
IMOBILIZADO.....	161.728,64
DEPRECIACAO ACUMULADA.....	(42.540,47)
TOTAL.....	122.588,17

SALDO ((1+2+3) - (4+5))..... 423.691,14

DETALHAMENTO DO SALDO:

A - DISPONIBILIDADES	
EM CAIXA.....	42,54
EM CONTA CORRENTE.....	51,49
APLIC. MERCADO FINANCEIRO.....	423.591,29
SUBTOTAL.....	423.685,32
B - CONTAS A RECEBER	
VALORES A RECUPERAR.....	5,38
DEPOSITO VINCULADO (R.A.L.P.).....	0,44
SUBTOTAL.....	5,82

TOTAL GERAL (A + B)..... 423.691,14

JOÃO PESSOA, 17 DE ABRIL DE 1995

M & M Contadores e Associados
Av. Epitácio Paz, 105 - 1º andar - 5115
Expediente - CAC nº 3.101
FONE: 244-1383

ADUF PB - JP / SSInd PRESTAÇÃO DE CONTAS

**ACUMULADO DE 01 JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1995
RESUMO ANALITICO/ATIVO PERMANENTE E CONTRIBUIÇÕES**

1 - PERMANENTE

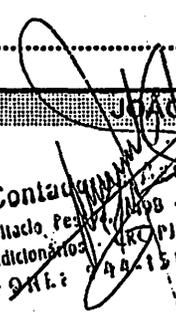
VALORES EXPRESSOS EM R\$

INVESTIMENTOS (AÇÕES TELEBRAS).....	3.400,00
IMOBILIZADO.....	161.728,64
SEDE SOCIAL (GRANJA).....	30.000,00
COMPUTADORES E PERIFERICOS.....	26.151,76
MOVEIS E UTENSILIOS.....	28.645,07
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS.....	58.901,87
INSTALAÇÕES.....	9.657,27
PROGRAMAS E SOFTWARES.....	8.372,67
DEPRECIACAO ACUMULADA.....	(42.540,47)
COMPUTADORES E PERIFERICOS.....	19.985,00
MOVEIS E UTENSILIOS.....	8.214,81
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS.....	8.386,75
INSTALAÇÕES.....	2.018,89
PROGRAMAS E SOFTWARES.....	3.935,02
TOTAL.....	122.588,17

CONTRIBUIÇÕES E DOACOES

CONTRIBUIÇÃO C.U.T.....	3.597,44
CONTRIBUIÇÃO ANDES.....	19.759,43
CONTRIBUIÇÃO DCE.....	350,00
CONTRIBUIÇÃO DIEESE	357,66
DIVERSAS.....	3.408,95
TOTAL.....	27.473,48

JOÃO PESSOA 17 DE ABRIL DE 1995


M & M Contadores
 Av. Epitácio Pessoa, 77 - 5º andar - 5116
 Expedicionários (RCP) 3.101
 FONE: 44-1582

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



Boletim ADUEP-PB-JP

INFORMATIVO DA ADUEP-PB/JSSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 7 - Agosto de 1995

EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Sessão na Assembléia lançará campanha dia 11 de setembro

Uma sessão especial da Assembléia Legislativa, no próximo dia 11 de setembro, às 15h00, marcará a abertura de uma campanha estadual em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade e da soberania nacional, promovida pela ADUEP-PB-JP. A campanha prevê um acompanhamento completo das votações da proposta de reforma administrativa do Governo Federal, no Congresso.

Para o evento estão sendo convidados senadores e deputados federais. A intenção desta Diretoria é a de apresentar aos parlamentares um completo painel sobre a crise da Universidade brasileira hoje, além de demonstrar como a reforma administrativa pode trazer prejuízos à educação pública.

A proposta de sessão especial foi apresentada pelo deputado estadual Inaldo Leitão (PMDB). O evento contará com a participação de representantes de sindicatos, movimentos populares, vereadores, secretários de educação, entidades estudantis e professores da Universidade. A Assembléia também convidará representantes da OAB e do Poder Judiciário e do Poder Executivo.

Junto com a realização da sessão especial, a campanha também será levada à mídia de todo Esta-

do, através de anúncios institucionais que mostrem à população a importância de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. A ADUEP-PB-JP também pretende comercializar, a preço de custo, camisas, adesivos e botons.

Segundo o presidente da entidade, Iêdo Fontes, o lançamento da campanha, neste momento, é justificado, pelos perigos que a política neoliberal do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso traz para a sobrevivência da Universidade pública, o qual apresenta várias propostas de sua privatização.

Iêdo Fontes lembra que uma das primeiras consequências para um Estado pobre como a Paraíba - se isto acontecer - será a redução do número de estudantes da UFPB em mais 50%. Segundo o presidente da ADUEP-PB-JP, esta situação foi gerada pela redução dos investimentos destinados às universidades, nas últimas décadas.

Estas reduções promovidas pelos últimos governos federais impediram as universidades de prestar serviços de qualidade à sociedade. Iêdo lembra que a falta de autonomia não é a causa desta crise.

SEDE SOCIAL

Diretoria compra casa no Cabo Branco

Até o final deste mês, a Diretoria da ADUEP-PB-JP comprará, em definitivo, a sede social da Entidade. Ela está negociando uma casa na Rua Flávio Muribeca, 88, no Cabo Branco, a menos de 100 metros da praia. O preço definido é o de R\$ 240 mil. A compra é considerada por especialistas no mercado imobiliário um excelente negócio.

A casa possui piscina, um bom salão para festas, ampla cozinha, 1 banheiro social, 4 quartos (sendo 3 suítes), local para estacionamento interno de veículos e dependência para empregados.

Toda a negociação está sendo realizada com o Banco Bamerindus, que recebeu o imóvel de um grande comerciante como pagamen-

to de dívidas. Ele está em bom estado de conservação, não sendo necessários a realização de pintura, nem reparos e nem serviços de limpeza.

Além de sua localização privilegiada, no bairro do Cabo Branco, ele também possui a tranquilidade de uma rua totalmente residencial. Na sua entrada, situa-se a sede do Jangada Clube e, na praia, várias barracas especializadas na venda de bebidas e de tiragostos.

A casa possui espaço para a realização de festas, mas também possibilidade de servir, com eficiência, para atividades culturais, como vídeo clube, exposições de artes plásticas e apresentações musicais

ASSEMBLÉIA GERAL

PAUTA:

- 1) Informes; 2) Avaliação Política e Encaminhamentos contra a Reforma Administrativa (Projeto Bresser); 3) Plano de Saúde

DIA
30/08 **AUDITÓRIO**
4ª Feira **DA REITORIA**

Coluna do GTPE

Contra a privatização da Universidade

Damião Ramos Cavalcanti

1 O GT participou no dia 09, como convidado, de debate sobre a LDB no Curso de Formação Sindical e Neoliberalismo, do Sintesp. Os conferencistas foram os professores Alexandre Náder e Severina Ilza.

2 Está sendo preparado o Seminário de Avaliação Institucional da UFPB para o qual serão convidados cinco expositores, além do reitor Neroaldo Pontes. O evento ainda não dispõe de data definida. Também será convidado um especialista sobre avaliação. Para isto estão sendo efetuados contatos com a UNB, UFMG, UFSC e Fundação Educacional do DF.

3 A professora Maria Salete van der Poel participou da 3ª Feira Latino-Americana de Alfabetização, promovida pela RAAAB (Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil) e realizada em Brasília, no período de 27 a 29 de julho passado. Ela é Cornelis Joannes van der Poel foram eleitos membros do colegiado da entidade, por dois anos.

O professor Cornelis foi indicado para representar a RAAAB na entrega do prêmio Flamengo, que foi concedido a entidade, na Bélgica. Na ocasião, ele realizará contatos e palestras em vários países da Europa.

4 O GTPE participa ativamente das atividades de organização da sessão especial da Assembleia Legislativa com os parlamentares estaduais e federais, na UFPB, para discutir o projeto neoliberal de FHC e as implicações de suas reformas para a Universidade.

5 Através da professora Severina Ilza do Nascimento, o GTPE vem participando do Coletivo de Formação da CUT, com reuniões quinzenais e presença nos encontros de formação sindical. O professor Marcos Montenegro também participa pelo GT Sindical.

6 O GTPE está trabalhando para aumentar seu número de participantes, considerando a grande quantidade de tarefas que o momento está exigindo contra as investidas do neoliberalismo na educação. As reuniões acontecem sempre as segundas-feiras às 15h00, na sede da ADUFPB-JP. O grupo solicita reforço para o bom desempenho das ações de política educacional.

7 As inscrições para o I Simpósio Internacional Sobre Pensamento Pedagógico, Educacional y Cultura Latinoamericana serão encerradas no dia 10 de dezembro, deste ano. O evento está marcado para acontecer entre 7 e 10 de fevereiro de 96, em Matanzas, Cuba. Mais informações com os membros do GTPE.

Estamos a viver uma crise generalizada que atinge a política, a economia, as instituições e não se poderia evitar, nesse contexto, a inclusão do ensino tanto público como privado, que são partes de um mesmo universo. No entanto, é o ensino público que se torna alvo predileto, quando ele se faz premissa para as insunuações de se privatizar a escola pública. Esse discurso sobre Universidade pública e gratuita não é de hoje, é, em todos os sentidos, um tema bumerangue, arremessado desde a década de 1960, e que vai e volta, em vãos altos e rasantés, de acordo com a necessidade política da ameaça.

Há governos que até se estimulam com a idéia, mas recuam diante das vozes daqueles que têm exercido uma permanente e eficiente vigilância a essas investidas. E o fazem, ainda, no fundo, quando percebem que a Universidade, ao deixar de ser pública, no que

se refere aos recursos do Estado, obterá absoluta autonomia e, isso acontecendo, escaparia do seu eventual controle jurídico-administrativo. Há razões mais essenciais e nobres que argumentam para que a Universidade continue pública e gratuita: a democratização do saber, contribuindo para o desenvolvimento da Educação e a não-elitização do ensino; o seu reconhecido papel social; igualdade de oportunidades aos filhos de todas as camadas sociais.

A contra-argumentação é financeira. A Universidade tem sobrevivido com poucos recursos. Notadamente, a partir de 1990, através da lentidão de repasses e da inflação, provocou-se uma substantiva redução de recursos para a Universidade Pública. Isso em nada contribuiu para melhorar o orçamento. Qualquer explicação que está na privatização da Universidade Pública como caminho para desafogar o or-

çamento público é falaciosa. Para que se tenha uma idéia e se conheçam as proporções, a evasão fiscal, sobretudo, partindo dos que poderiam pagar imposto, equivale, aproximadamente, a quarenta e nove vezes os recursos destinados ao ensino superior no país. Portanto, quase uma centena de bilhões de dólares escapa pelo ralo, quando se pretende recuperar tais recursos perseguindo a Universidade Pública.

Existe a crise que não preconiza um mau desfecho. Sairemos dela e com a imprescindível contribuição da Universidade Pública, que antes de ser submetida a uma avaliação social, deve receber, externa e internamente, as condições para o seu desempenho.

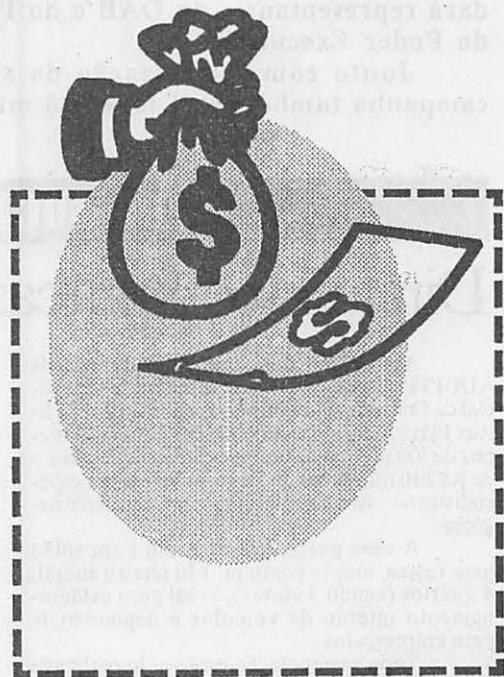
Professor do Centro de Educação e do Centro de Ciências Jurídicas/UFPB

ADUFPB-JP fica em dia com o Imposto de Renda

A ADUFPB-JP já está em dia com a Receita Federal. A Diretoria da Entidade regularizou no dia 30 de junho passado, todas as suas declarações de imposto de renda atrasadas. Elas não vinham sendo entregues há 5 anos, de modo que o atraso poderia levar o Ministério da Fazenda a cancelar o C. G. C. da seção sindical, considerando-a uma entidade fantasma.

A Tesoureira da Entidade, Héliida Valério, disse desconher as razões que levaram as diretorias anteriores a omitirem as declarações. "Apesar de os Sindicatos serem isentos, eles são obrigados a declarar", explica. Ela diz que o preenchimento da declaração é fácil e o pré-requisito básico é o balancete patrimonial.

Segundo a Tesoureira da ADUFPB-JP, para regularizar a situação financeira da Entidade, é preciso realizar os Balanços Patrimoniais, possuir livros Diários e Razão e preparar a Declaração de isenção do imposto de renda. Héliida Valério ressalta, ainda, que a ADUFPB-JP - desde a sua criação - nunca prestou contas de sua situação financeira com tanta assiduidade aos seus filiados.



ADUFPB-JP/SSind

Gestão ADUF PARATODOS

ADUFPB-JP/SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN - Filial da CUT

João Pessoa, 10 de agosto de 1995

Ofício Circular nº 045/95

Da: Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind

Para: Sindicalizados

Assunto: Comunicação (faz)

Caros Colegas,

Felizmente estamos nos aproximando da assinatura do Convênio Saúde com o Grupo de Assistência Patronal - **GEAP** - Fundação de Seguridade Social, ao qual terão acesso, voluntariamente, todos os servidores da UFPB.

Independente das informações que prestaremos em Assembléia Geral, a ser convocada nos próximos dias, já se encontram à disposição de interessados, na sede de nossa AD, documentos informativos sobre a GEAP, tais como:

- Caderno de Prestadores de Serviço do Estado da Paraíba;
- Caderno de Prestadores de Serviço do Estado de Sergipe;
- Livro do Assistido;
- Relatório de Internação dez/93 - jun/95;
- Estatuto;
- Regulamento Básico;
- Papéis relativos ao Convênio com a Universidade de Alagoas e Sergipe;
- Outros documentos concernentes.

Adiantamos, ainda, a seguir, algumas informações básicas sobre a proposta que enviamos ao Reitor, dia 8/08/95, e outras sobre a GEAP e seu funcionamento:

O Grupo Executivo de Assistência Patronal é, desde 1990, sucessor da Patronal da Previdência Social, originada em 1945, no extinto IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, para atendimento dos servidores deste Instituto e seus familiares. A partir de 1949, o governo restringiu as despesas da Patronal da Previdência Social a 3% da dotação orçamentária de pessoal em cada exercício. Com a unificação dos Institutos Previdenciários, em 1966, o atendimento da Patronal foi estendido a todos os servidores do INPS. A partir de 1973, foi estabelecida a contribuição de 2% dos servidores, com o que a Patronal passa a ser contributiva. Também em 1973 foi constituído o FAP - Fundo de Assistência Patronal -, para dar cobertura ao Plano de Saúde e Assistência Social. Em 1990, a GEAP passou a denominar-se GEAP - Fundação de Seguridade Social, como entidade fechada de previdência privada. Em 1992, foi firmado convênio entre esta entidade e o Ministério da Justiça passando a atender outras entidades, além das originárias instituidoras.

ADUFPB-JP NA DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil - Tel. (083) 224.3801 FAX (083) 2248375

ADUFPB-JP/SSind

Gestão ADUF PARATODOS

ADUFPB-JP/SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN - Filial à CUT

Atualmente, tem convênio com a GEAP 26 instituições governamentais como: Ministério do Trabalho; Departamento de Imprensa Nacional; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Federal; Universidades Federais de Alagoas e Sergipe, entre outros.

Os titulares da GEAP totalizam no País, cerca de setenta e cinco mil pessoas, que, somadas a seus dependentes congregam cerca de 860 mil pessoas, as quais são atendidas por um plantel de 13.800 médicos e 8.000 dentistas conveniados, em aproximadamente 1500 hospitais e 1500 laboratórios, nos 27 Estados da Federação.

A GEAP somente assina convênio com Instituições Públicas. Por isso, recorreremos à direção superior da UFPB, através do Magnífico Reitor, Professor Neroaldo Pontes de Azevedo, objetivando concretizar a implementação de nosso plano, preparado conscienciosamente pela Comissão de Professores do CCS e sócios da ADUFPB-JP, para assessorar a Diretoria e o Conselho de Representantes. Remetemos o Ofício nº 147/95, datado de 7/8/95, solicitando providências para que a celebração do Convênio entre UFPB-GEAP se dê o mais urgente possível.

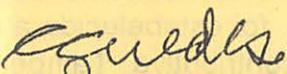
A parceria com a Reitoria implica em certa demora da assinatura do convênio, já que, segundo nosso entendimento, a administração da UFPB, em princípio, não se mostrava interessada em encaminhar o plano. No entanto, este problema foi superado quando o Reitor anunciou diante da Diretoria da ADUFPB-JP/Sind e de Representantes da Comissão de Saúde da entidade, de dirigentes do SINTESPB e do Representante da GEAP, no dia 4 último, que encaminharia a tramitação do Convênio e o assinaria desde que houvesse solicitação das organizações sindicais da UFPB.

Esta solicitação está consubstanciada no Ofício 147/95, já citado anteriormente.

Há o entendimento, porém, que isto não basta para que seja firmado o convênio. Necessário se faz, ademais, conversar com conselheiros do CONSUNI e Conselho Curador, a fim de que solicitem **urgência urgentíssima** para a tramitação do Convênio, sob pena de não vingar os nossos propósitos.

Pelas razões expostas esperamos que cada colega dê sua contribuição para a concreção do convênio Saúde de nossa AD porque o merecemos.

Saudações Sindicais e universitárias


121 Prof. Ademir Alves de Melo
Vice-Presidente

ADUFPB-JP NA DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil - Tel. (083) 224.3801 FAX (083) 2248375

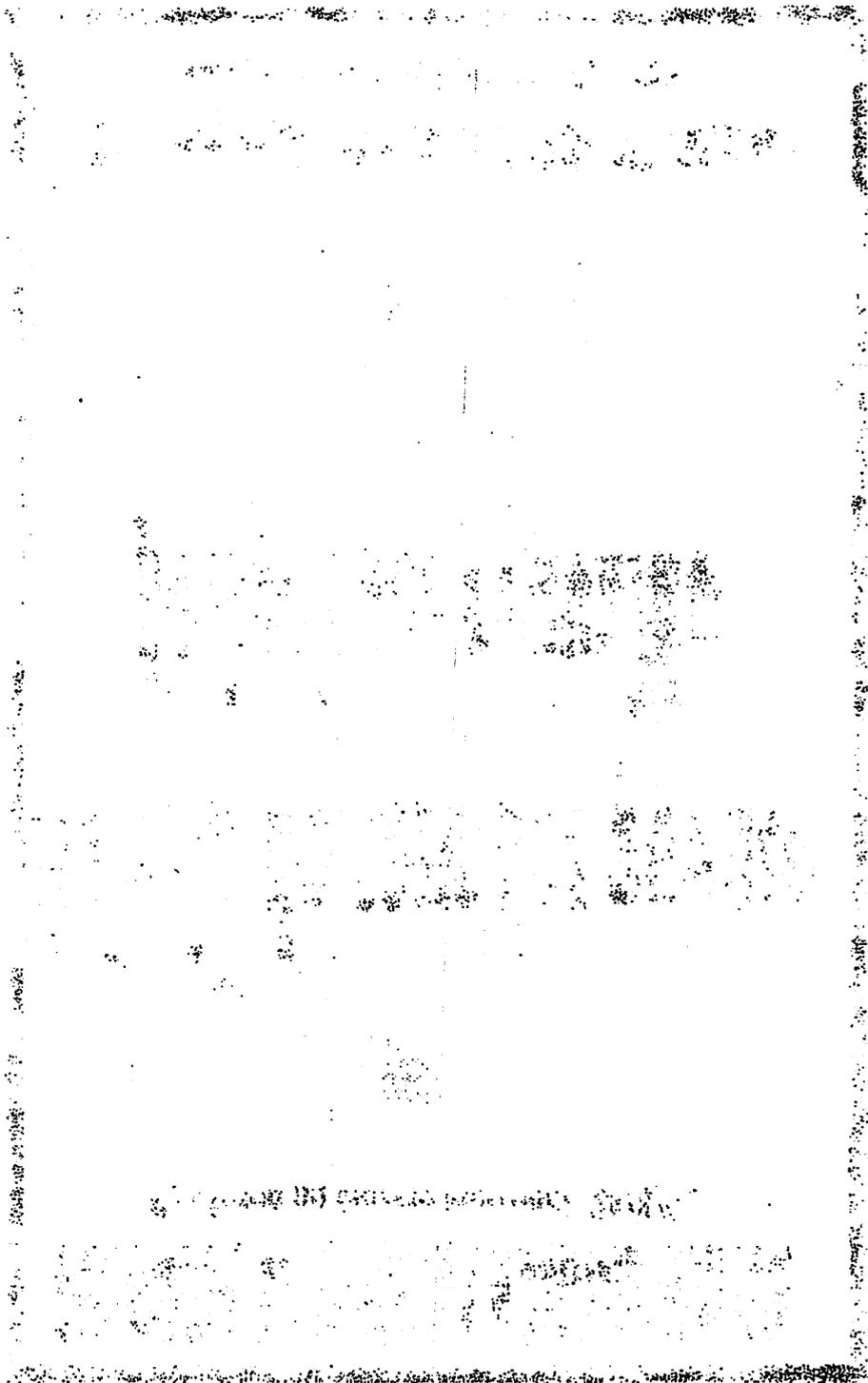
PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA

Publicado na Gazeta Mercantil, 24/8/95



**Salário de servidor público
poderá ser reduzido**

**Divulgação da ADUFPB-JP/SSind
Gestão ADUF PARATODOS**



SALÁRIO DE SERVIDOR PÚBLICO PODERÁ SER REDUZIDO

Eis a íntegra da Exposição de Motivos que acompanha a proposta de reforma administrativa.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a proposta em anexo de emenda constitucional relativa às disposições que regem a administração pública, o regime jurídico e a disciplina da estabilidade dos servidores públicos civis.

Esta proposta se complementa com a emenda relativa às prerrogativas dos Poderes para a organização administrativa e para a fixação de vencimentos de seus servidores auxiliares.

Considerações Gerais

A crise do Estado está na raiz do período de prolongada estagnação econômica que o Brasil experimentou nos últimos quinze anos. Nas suas múltiplas facetas, esta crise se manifestou como crise fiscal, crise do modo de intervenção do Estado na economia e crise do próprio aparelho estatal. No que diz respeito a esta última dimensão, a capacidade de ação administrativa do Estado se deteriorou, enquanto prevalecia um enfoque equivocado que levou ao desmonte do aparelho estatal e ao desprestígio de sua burocracia.

Para este governo, a reforma administrativa é componente indissociável do conjunto das mudanças constitucionais que está propondo à sociedade. São mudanças que conduzirão à reestruturação do Estado e à redefinição do seu papel e da sua forma de atuação, para que se possa alcançar um equacionamento consistente e duradouro da crise.

O revigoramento da capacidade de gestão, de formulação e de implementação de políticas nos aparatos estatais será determinante para a retomada do desenvolvimento econômico e o atendimento às demandas da cidadania por um serviço público de melhor qualidade. Além disso, o aumento da eficiência do aparelho do Estado é essencial para a superação definitiva da crise fiscal.

A revisão de dispositivos constitucionais não esgota a reforma administrativa, mas representa etapa imprescindível ao seu sucesso, promovendo a atualização de normas, concomitante à remoção de constrangimentos legais que hoje entravam a implantação de novos princípios, modelos e técnicas de gestão.

No difícil contexto do retorno à democracia, que, em nosso País foi simultâneo à crise financeira do Estado, a Constituição de 1988 corporificou uma concepção de administração pública verticalizada, hierárquica, rígida, que favoreceu a proliferação de controles muitas vezes desnecessários. Cumpre agora reavaliar algumas das opções e modelos adotados, assimilando novos conceitos que reorientem a ação estatal em direção à eficiência e à qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

A revisão de dispositivos constitucionais e inúmeras outras mudanças na esfera jurídico-legal que a acompanharão estão direcionadas para o delineamento de condições propícias à implantação de novos formatos organizacionais e institucionais à revisão de rotinas e procedimentos e à substituição dos controles formais pela avaliação permanente de resultados.

Coerente com estes propósitos, Sr. Presidente, acreditamos que as emendas constitucionais ora apresentadas venham a contribuir decisivamente para o revigoramento da administração pública, com impactos positivos sobre o conjunto da ação governamental e sobre a sociedade. Como resultados esperados da reforma administrativa, vale destacar o seguinte:

- incorporar a dimensão da eficiência na administração pública: o aparelho de Estado deverá, se revelar apto a gerar mais benefícios, na forma de prestação de serviços à sociedade, com os recursos disponíveis, em respeito ao cidadão contribuinte;

contribuir para o equilíbrio das contas públicas: as esferas do Governo que enfrentam o desequilíbrio das contas públicas disporão de maior liberdade para a adoção de medidas efetivas de redução de seus quadros de pessoal, obedecidos critérios que evitem a utilização abusiva ou persecutória de tais dispositivos;

■ viabilizar o federalismo administrativo: a introdução de novos formatos institucionais para a gestão em regime de cooperação dos serviços públicos, envolvendo a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e a remoção de obstáculos legais à transferência de bens, e de pessoal, aprofundarão a aplicação dos preceitos do federalismo na administração pública, particularmente no que tange à descentralização dos serviços públicos;

■ romper com formatos jurídicos e institucionais rígidos e uniformizadores: a reforma constitucional permitirá a implantação de um novo desenho estrutural na Administração Pública brasileira que contemplará a diferenciação e a inovação no tratamento de estruturas, formas jurídicas e métodos de gestão e de controle, particularmente no que tange ao regime jurídico dos servidores, aos mecanismos de recrutamento de quadros e à política remuneratória;

■ enfatizar a qualidade e o desempenho nos serviços públicos: a assimilação pelo serviço público da centralidade do cidadão e da importância da contínua superação de metas de desempenho, conjugada com a retirada de controles e obstruções legais desnecessários, repercutirá na melhoria dos serviços públicos.

Em relação ao servidor público, não se pretende penalizá-lo ou suprimir direitos, mas atualizar dispositivos legais, remover excessos e, sobretudo, propiciar condições à introdução de novas formas de gestão que valorizem a sua profissionalização. Nesse sentido, ressaltam-se os seguintes resultados esperados:

■ recuperar o respeito e a imagem do servidor perante a sociedade: a flexibilização da estabilidade, a introdução de mecanismos de avaliação e a possibilidade de equacionamento das situações de excesso de quadros deverão contribuir para o

revigoramento da imagem do servidor público perante a opinião pública e para a assimilação de uma nova postura profissional;

- estimular o desenvolvimento profissional dos servidores: a permissão da reserva de vagas nos concursos e processos seletivos repercutirá na motivação dos servidores e facilitará o seu adequado reposicionamento dentro da administração;
- melhorar as condições de trabalho: as flexibilizações introduzidas propiciarão a assimilação de novos métodos e técnicas de gestão, criando condições para substancial melhoria dos padrões gerenciais no serviço público, beneficiando os próprios servidores.

A Emenda

Os dispositivos abrangidos por esta emenda constitucional têm como ênfase a revisão dos princípios e normas que regem a administração pública e o regime jurídico dos servidores, com a finalidade de remover constrangimentos legais e rever procedimentos relativos à admissão de pessoal, política remuneratória, estabilidade e descentralização de funções e serviços para estados e municípios.

Mudanças conduzirão à reestruturação de Estado e à redefinição de seu papel

No que tange à revisão das disposições gerais que afetam a administração pública, fica autorizada a suspensão da exigência de nacionalidade brasileira como requisito para o acesso a cargos, empregos e funções públicas, nos casos a serem definidos em lei. A medida beneficiará, em particular, as instituições de ensino e de pesquisa, que se ressentem das amarras constitucionais que hoje impossibilitam a atração de profissionais estrangeiros especializados para a ocupação de funções permanentes.

Os procedimentos do concurso público poderão ser redefinidos e melhor adaptados aos casos de recrutamento para admissão em emprego público, com a introdução, no texto constitucional, do "processo seletivo público". Os procedimentos inerentes ao concurso têm se revelado demasiadamente lentos e rígidos para o recrutamento de empregados que não contam com a prerrogativa da estabilidade, ou nas situações em que há necessidade de perfis profissionais altamente especializados, ou com experiência e qualificação muito específica. Cumpre observar, entretanto, que a figura do processo seletivo deverá propiciar a simplificação de rotinas e a redução de prazos, mantida expressamente a impessoalidade nos procedimentos de seleção e o seu caráter público.

Poderão ser destinadas até vinte por cento das vagas nos concursos ou processos seletivos aos servidores que sejam detentores de cargos efetivos ou empregos. A reserva de vagas para os servidores públicos, de forma limitada e rigorosamente regulamentada, passa a ser admitida com o propósito de oferecer uma motivação ao desenvolvimento profissional dos servidores.

Em relação à política remuneratória, foi acrescentado aos princípios aplicáveis à administração pública dispositivo relativo à obrigatoriedade de aprovação, mediante projeto de lei específico, de qualquer modalidade de reajuste, aumento ou concessão de vantagens aos servidores. A medida impossibilitará a concessão de vantagens pela via de resoluções administrativas, conferindo maior transparência e uniformidade de procedimentos no tratamento das remunerações no setor público.

A aplicação dos tetos de remuneração dos servidores públicos previstos no atual texto constitucional passa a alcançar, de forma mandatória, os inativos. É proposta disposição transitória que enquadra os proventos e pensões aos limites de remuneração aplicados aos servidores ativos. Será viabilizada, dessa forma, a imediata reversão de inúmeras e onerosas situações de percepção de remuneração acima do teto constitucional.

Com o objetivo de agilizar a reorganização das empresas públicas e sociedades de economia mista com vistas à implementação do Programa Nacional de Desestatização, foi removida a exigência de aprovação legislativa para a criação de empresas estatais, exclusivamente nas situações em que as circunstâncias da privatização recomendem o desmembramento daquelas já existentes. Considera-se que o controle previsto no texto constitucional é desnecessário e enrijecedor quando aplicado aos processos de privatização em curso.

Ainda em relação à gestão das empresas estatais, a supressão da exigência de autorização legislativa para a criação de subsidiárias de empresa pública e sociedade de economia mista vem conferir maior autonomia e agilidade para o bom desempenho nas condições de mercado. Essa flexibilização, contudo, só se aplicará às situações em que a subsidiária tenha como finalidade o desenvolvimento de atividades econômicas similares às da empresa matriz.

Como disposição geral a ser incluída no texto constitucional e posteriormente regulamentada em lei complementar, prevê-se a adoção de diferentes formas de cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para a organização e gestão de funções e serviços. De particular importância será a permissão da incorporação ou cessão, entre as esferas de governo, de quadros de pessoal, bens e instalações, mediante convênios para transferência total ou parcial de encargos e serviços. A implantação de todas as modalidades de cooperação propostas dependerá sempre da voluntária adesão das partes envolvidas, respeitando-se a autonomia das unidades da federação.

O dispositivo agilizará, através da remoção de empecilhos legais, o processo de redefinição de encargos e responsabilidades entre as esferas federal, estadual e municipal. No caso específico da União, será possível negociar a transferência de atividades, pessoal e patrimônio afetados pela descentralização da gestão de serviços públicos. Ao mesmo tempo, proporcionará aos Estados e Municípios a possibilidade de imediato acesso aos recursos humanos, imóveis e

equipamentos indispensáveis à continuidade dos serviços transferidos.

Foi revista a previsão constitucional relativa à adoção compulsória de regime jurídico único para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações. Quando de sua implantação, o regime único representou uma tentativa de restabelecer o controle sobre a gestão dos recursos humanos no serviço público. A proliferação de entidades na administração indireta, em paralelo com uma variedade e superposição de regimes jurídicos e situações funcionais entre os servidores, demandava uma ampla ação no sentido da reorganização dos quadros do Estado.

A opção adotada na Constituição de 1988, contudo, se caracterizou pela ênfase num formato uniformizador, rígido e centralista, representando verdadeira reversão em relação às estratégias descentralizadoras que, no passado, haviam inspirado a adoção, pela administração pública, das figuras jurídicas da autarquia e da fundação.

A implantação do regime jurídico único, nesse sentido, impôs pesada restrição legal à autonomia e flexibilidade de gestão imprescindíveis à administração indireta, realimentando as tendências no sentido de um tratamento indiferenciado em relação à administração direta. Além disso, estendeu a Estados e Municípios o mandamento centralizador e uniformizante, retirando-lhes a possibilidade de encontrar soluções próprias e diferenciadas para a organização de seus quadros.

A diversidade de regimes jurídicos para os servidores públicos é requisito que em muito facilitará a implantação de uma nova arquitetura jurídico-institucional que possibilite à administração pública brasileira a sua reorganização em sintonia com as modernas técnicas e conceitos no campo da administração.

Esta nova arquitetura tem como diretriz básica o resgate da autonomia e da flexibilidade de gestão nas áreas responsáveis pela prestação de serviços públicos. Pretende-se que, a partir das modificações promovidas no texto constitucional, seja possível a definição de regimes jurídicos

diferenciados para os servidores, conforme a natureza do órgão ou entidade a que se vinculem.

Dessa forma, as autarquias e fundações poderão contar com regimes específicos de trabalho, que atendam à necessidade de maior agilidade no recrutamento e na dispensa de quadros, mantidas as devidas garantias e a impessoalidade e legalidade próprios do serviço público. Além disso, a critério de cada esfera de governo, poder-se-á adotar o regime celetista, nas situações em que for julgado mais conveniente.

Também dentro do mesmo propósito de ampliar margens de autonomia gerencial, é removida do texto constitucional a referência à obrigatoriedade de adoção de um regime jurídico único abrangendo todas as instituições de ensino mantidas pela União.

A referência à isonomia de vencimentos entre servidores foi suprimida do texto constitucional. Pretende-se que o tema venha a merecer adequado e oportuno equacionamento como componente inerente a uma consistente política de recursos humanos e não como direito subjetivo do servidor, que sujeita a administração a todo tipo de pressões e demandas por equiparação de vencimentos.

A abertura da possibilidade de adoção de requisitos de idade para admissão ao serviço público vem facultar à administração, no interesse da maior eficiência e racionalidade de custos, inibir o ingresso de quadros envelhecidos que permanecerão pouco tempo no serviço do Estado, fazendo jus, entretanto, a todos os direitos inerentes à aposentadoria do servidor público. Ressalte-se que as restrições de idade não serão obrigatórias, podendo ser utilizadas em função das características de cada cargo ou área de atividade.

Outra importante modificação sugerida ao texto constitucional refere-se à flexibilização da estabilidade do servidor público. Historicamente, o instituto da estabilidade representou uma inovação da administração burocrática com o propósito de combater a administração patrimonialista e o uso da demissão como instrumento político.

Concursos terão 20% de suas vagas reservadas ao funcionalismo

Como qualquer norma legal, as características desse instituto carecem hoje de uma atualização que o compatibilize com a necessidade de implantação de técnicas de gestão voltadas para a eficiência e o desempenho. Além disso, a própria modernização política e social concorreu para a consolidação da distinção entre as esferas pública e privada e para tornar mais acurada a fiscalização pela sociedade contra eventuais abusos.

A moldura legal vigente permitiu a generalizada e indiscriminada atribuição de rígida estabilidade a todos os servidores, na administração direta, nas autarquias e nas fundações. A flexibilização desse instituto, nos termos em que está sendo proposta, permitirá a sua aplicação diferenciada e graduada conforme as características institucionais e de gestão de cada segmento da administração. Será, também, instrumento adequado para, atendido o interesse público, equacionar situações em que se verifique excesso de quadros.

Não se propugna, portanto, a extinção da estabilidade. Entende-se como suficiente a sua regulamentação em dois níveis; de forma rígida, para as categorias que desenvolvem funções exclusivas de Estado e de forma flexível, para os demais funcionários. A estabilidade rígida permitirá a dispensa do servidor por falta grave ou por insuficiência de desempenho, mediante processo administrativo ou judicial. A estabilidade flexível comportará, além das hipóteses anteriores, a possibilidade de desligamento do servidor por necessidade da administração, decorrente de excesso de quadros ou de processo de reestruturação organizacional.

O novo tratamento conferido à estabilidade terá ainda como conseqüência a generalização, nas legislações que vierem a regulamentar os dispositivos modificados, da implantação de mecanismos de avaliação de desempenho dos servidores, contemplando a previsão da hipótese de afastamento do cargo naqueles casos de comprovada e contumaz ineficiência.

Em relação ao desligamento por necessidade administrativa, ele poderá ser motivado com vistas à redução ou reestruturação de quadros, ou para atendimento aos limites de despesas com pessoal determinados pelo art. 169 da Constituição e recentemente regulamentados na Lei Complementar nº 82/95. Cumpre observar, a propósito, que o ônus representado pelos gastos com pessoal face às receitas disponíveis afeta hoje, com extrema gravidade, a muitos Estados e Municípios que se vêem impossibilitados de implementar seus programas de governo.

A concessão desta nova prerrogativa ao administrador será acompanhada de limitações ao seu uso abusivo ou persecutório. Assim, o cargo ocupado pelo servidor desligado será automaticamente extinto e lei complementar poderá estipular critérios e salvaguardas adicionais. Ademais, será assegurada indenização ao servidor, conforme graduação e critérios a serem detalhados em lei, nos casos de desligamento por necessidade da administração ou por insuficiência de desempenho.

Ficou expressamente ressalvada, entretanto, a aplicação dos dispositivos relativos à perda do cargo por necessidade administrativa no caso dos servidores estáveis ocupantes de cargo efetivo, que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, conforme vierem a ser definidas na legislação.

O instituto da disponibilidade remunerada foi revisto, prevendo-se expressamente a percepção de remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o reaproveitamento do servidor em cargo de mesma natureza atributiva. A readequação proposta visa reforçar a sua viabilidade como instrumento destinado a facilitar processos de reorganização administrativa, podendo ser empregado alternativamente ao desligamento do servidor.

Também em relação aos requisitos para a concessão da estabilidade procurou-se uma mais clara e determinante vinculação a mecanismos de avaliação, com a exigência de realização de avaliação do servidor por comissão específica. O prazo de estágio probatório foi estendido para cinco anos e a aquisição da estabilidade, ao seu final, fica condicionada à

avaliação do servidor por comissão instituída com esta finalidade.

São estas medidas, Sr. Presidente, que constituem parte do conjunto proposto de mudanças constitucionais que visam transformar a administração pública brasileira em poderoso instrumento do desenvolvimento econômico e social, consoante as diretrizes e objetivos do programa de governo.

Respeitosamente,

Nelson Jobim

Ministro de Estado da Justiça

Reinhold Stephanes

Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

Luiz Carlos Bresser Pereira

Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado

Pedro Sampaio Malan

Ministro de Estado da Fazenda

Paulo Renato Souza

Ministro de Estado da Educação e Desporto

José Serra

Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento

REMUNERAÇÃO TERÁ LEI ESPECÍFICA

Eis a íntegra do projeto de reforma administrativa, enviada ontem pelo governo ao Congresso Nacional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Modifica o Capítulo da Administração Pública, acrescenta normas às Disposições Constitucionais Gerais e estabelece normas de transição.

Art. 1º - É acrescentada, no Inciso I do art.37, da Constituição Federal, após a palavra "lei", a expressão "assim como aos estrangeiros na hipótese de autorização legal específica", passando o dispositivo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37.....

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros na hipótese de autorização legal específica; "

Art. 2º - É dada nova redação ao inciso II do art.37 da Constituição Federal, nos seguintes termos:

"Art. 37.....

.....
II - a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos e a admissão em emprego público depende de aprovação em processo seletivo público, regulado em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; "

Art. 3º - São acrescentados ao art. 37 da Constituição Federal, após o inciso XXI, dois incisos, com a seguinte redação:

"Art. 37.....
.....

XXII - lei complementar poderá permitir, nos concursos e processos seletivos públicos, a reserva de até vinte por cento das vagas para preenchimento, na mesma seleção, por ocupantes de cargos efetivos ou empregos no serviço público;"

XXIII - somente mediante lei específica poderá ser elevada ou reajustada a remuneração, o vencimento, o soldo, o provento, a pensão, as gratificações ou quaisquer vantagens pecuniárias percebidas por ocupantes de cargos, empregos ou funções da administração direta, das autarquias e das fundações públicas;"

Art. 4º - É substituído, no "caput" do art.39 da Constituição Federal, o vocábulo "instituirão" pela expressão "poderão adotar", assim como a expressão "regime jurídico único" pela expressão "regimes jurídicos diferenciados para os seus servidores", e é acrescentado, após esta última expressão, o vocábulo "instituirão", passando o dispositivo a ter a seguinte redação:

"Art. 39 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão adotar, no âmbito de sua competência, regimes jurídicos diferenciados para os seus servidores e instituirão planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas".

Art. 5º - É suprimido o § 1º do art.39.

Art. 6º - É acrescentada ao § 2º do art.39, da Constituição Federal, após o vocábulo "servidores", a expressão "titulares de cargos e funções públicas"; é suprimida a remissão ao inciso VI do art.7º, assim como é acrescentada, na parte final do dispositivo, após a remissão ao inciso XXX do art.7º, a expressão "ressalvada, neste último, a vedação ao estabelecimento de critérios de admissão por motivo de idade", passando o dispositivo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39.....
.....

§ 2º - Aplica-se aos servidores titulares de cargos e funções públicas o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXIII e XXX, ressalvada, neste último, a vedação ao estabelecimento de critérios de admissão por motivo de idade”.

Art. 7º - É suprimida, no Inciso V do art.206, da Constituição Federal, após a palavra “público”, a expressão “de provas e títulos, assegurado regime jurídico único” para todas as instituições mantidas pela União”, passando o dispositivo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 206....

.....
V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, pelo plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público ou processo seletivo público;”

Art. 8º - É alterado o art. 41, da Constituição Federal, e nele inseridos novos parágrafos e incisos, passando o artigo a ter a seguinte redação, com as remunerações necessárias:

“Art. 41 - São estáveis após cinco anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo em virtude de concurso público, só podendo ocorrer a perda de cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - por desídia, improbidade ou qualquer outra falta grave, apurada mediante processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa;

III - por insuficiência de desempenho no exercício de suas funções, apurada mediante processo administrativo específico em que seja assegurado o contraditório e ampla defesa;

IV - por necessidade da administração pública, visando a redução ou reestruturação de quadros, bem como a adequação destes aos limites fixados com base no art. 169, observados os critérios de desligamento estabelecidos em lei complementar.

Fim do regime jurídico único na administração pública

§ 1º - Ao servidor estável desligado do serviço público por força do disposto nos incisos III e IV será assegurada indenização na forma e gradação prevista em lei.

§ 2º - Quando o desligamento do servidor ocorrer com fundamento no inciso IV, o cargo respectivo será considerado extinto, ficando vedada a criação de novo cargo para as mesmas funções durante o período de quatro anos.

§ 3º - Ao servidor público estável que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividades exclusivas de Estado, definidas em lei complementar, cujo exercício exija garantias especiais contra a perda do cargo, não se aplica o disposto no inciso IV.

§ 4º - É obrigatório antes de completado o estágio probatório, como condição para a aquisição de estabilidade, a submissão do servidor nomeado para cargo efetivo a avaliação periódica e específica de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

§ 5º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 6º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, e não tendo sido aplicado o disposto no inciso IV, o servidor estável ficará em disponibilidade, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, com remuneração proporcional ao tempo de serviço”;

Art. 9º - São acrescentados ao Título das Disposições Constitucionais Gerais, após o art. 246, três artigos, com a seguinte redação:

"Art. 247 - Para o fim de implementar de modo coordenado funções e serviços, a União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer entre si:

I - consórcios públicos para a gestão associada de um ou mais serviços, inclusive mediante a instituição de órgãos e entidades intergovernamentais;

II - convênios de cooperação para execução de suas leis, serviços ou funções;

III - convênios para transferência total ou parcial de encargos e serviços, estabelecendo a lei complementar critérios para incorporação, remuneração ou cessão de pessoal, bens e instalações essenciais à continuidade dos serviços transferidos."

"Art. 248 - As exigências previstas nos incisos XIX e XX de art. 37 não se aplicam à criação de empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias, quando decorrentes de processos de cisão, fusão ou incorporação realizada no âmbito do Programa Nacional de Desestatização."

"Art. 249 - O inciso XX do art.37 não se aplica à criação de subsidiária de empresa pública e sociedade de economia mista cuja finalidade seja o desempenho de atividades diretamente relacionadas com as atividades da empresa matriz."

"Art. 250 - Ninguém poderá receber remuneração, provento da inatividade ou pensão dos cofres públicos superior, a qualquer título, à remuneração fixada em espécie para o Presidente da República, na forma do inciso VII do art.49."

Art. 10 - Ficam acrescentados ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, após o art. 73, dois artigos, com a seguinte redação:

"Art. 74 - Na ausência de norma legal específica, até que seja promulgada a lei a que se refere o inciso II do art.37, os processos seletivos públicos poderão ser de provas, de títulos ou de provas e títulos, aplicando-se, no que couber, as regras de procedimento dos concursos públicos"

"Art. 75 - Em nenhuma hipótese os proventos da inatividade dos agentes públicos ou as pensões que lhes forem correspondentes poderão exceder a remuneração

percebida pelos agentes públicos em atividade, aplicando-se aos proventos e pensões os limites mencionados nos incisos XI e XII do art.37, não se admitindo a percepção ou manutenção de excesso a qualquer título.”

Art. 11 - É assegurado aos servidores nomeados para cargos de provimento efetivo em virtude de concurso público, em exercício à data da promulgação desta Emenda, o estágio probatório de dois anos para a aquisição da estabilidade.

Art. 12 - Aos servidores públicos federais que, à data da promulgação desta Emenda, desenvolvam atividades transferidas pela União a seus ex-territórios não se aplica o inciso IV do art.41.

Art. 13 - Os servidores públicos federais que, à data da promulgação desta Emenda desenvolvam atividades transferidas pela União a seus ex-territórios poderão ser incorporados aos quadros do respectivo Estado, mediante o convênio referido no inciso III do art.247 das Disposições Constitucionais Gerais.

Art. 14 - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 1995.

"Melhor capacidade de gestão"

Eis a íntegra do projeto que muda a organização dos poderes e faz parte da proposta de reforma administrativa:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Modifica disposições do Título "Da Organização dos Poderes". As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art.60 da Constituição promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º- É suprimido, no inciso XI do art.48, na alínea "e" do inciso 11 do § 1º do art.61 e no art. 88, da Constituição Federal, o vocábulo "estruturação", passando estes dispositivos a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48.....

XI - criação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;"

"Art. 61.....

§ 1º

II -

e) criação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

"Art. 88. A lei disporá sobre a criação e atribuições dos Ministérios."

Art. 2º- É acrescentada ao inciso VI do art.84, da Constituição Federal, após o vocábulo "funcionamento", a expressão "e estruturação dos órgãos da administração federal", passando o dispositivo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 84.....

VI - dispor sobre a organização, funcionamento e estruturação dos órgãos da administração federal;"

Art. 3º - É acrescentada ao inciso XXV do art.84, da Constituição Federal, após o vocábulo "extinguir", a expressão "e transformar, sem aumento de despesa e alteração da natureza jurídica do cargo, os cargos públicos

federais, na forma da lei", passando o dispositivo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 84.....

XXV - prover, extinguir e transformar, sem aumento de despesa e alteração da natureza jurídica do cargo, os cargos públicos federais, na forma da lei;"

Art. 4º. Ao art. 48 é acrescentado o inciso XV, com a seguinte redação:

"Art. 48.....

XV - fixação da remuneração dos cargos, empregos e funções dos serviços auxiliares, técnicos e administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;"

Art. 5º. É suprimida, na parte final do inciso IV do art.51 e do inciso XIII do art.52, da Constituição Federal, a expressão "e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias", passando os dispositivos a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51.....

IV - dispor sobre a organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços;"

"Art. 52 - ...

XIII - dispor sobre a organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços."

Art. 6º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1995

Sanções preocupam relator

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) apresentará na próxima quarta-feira, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, seu parecer sobre o projeto de lei das patentes com mais de cem modificações em relação ao que já foi aprovado na Câmara dos Deputados em 1993 e ao relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, em maio.

Ontem, Bezerra informou ao chanceler Luiz Felipe Lampreia sobre o teor de seu projeto. O ministro, segundo o senador, manifestou preocupação com a demora na aprovação da lei. Em outubro, o governo norte-americano deverá impor sanções comerciais ao Brasil, caso o projeto não seja aprovado no Senado.

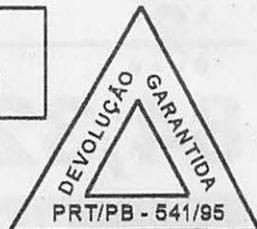
As posições de Bezerra coincidem, em geral, com as do governo e se chocam em vários pontos com as de Suassuna. Uma das diferenças principais se relaciona às formas de exploração da patente. O governo é taxativo e recomenda que a patente somente possa ser explorada se for por meio da fabricação local dos produtos farmacêuticos. Suassuna e o projeto da Câmara defendem a mesma posição. Bezerra disse a este jornal que encontrou um mecanismo engenhoso e diferente: a fabricação local deve ocorrer, "*preferencialmente*", para estimular os investimentos no Brasil, mas se não houver escala econômica que torne a atividade rentável seria permitido explorar a patente mediante importações. Neste caso, haveria também a possibilidade de importação paralela, ou seja, o detentor da patente teria que concorrer com o mesmo produto vindo de fora sem a sua autorização. "*Isso vai induzir o empresário à fabricação local*", explica o senador. Se houver

abuso do poder econômico e desasbastecimento de mercado seria aplicada a licença compulsória de exploração em favor de um terceiro.

Com relação ao *"pipeline"* (garantia à patente de um produto ainda em fase de teste no laboratório pelo prazo de proteção que restar no país onde ela foi primeiro depositada), Bezerra diz que sua posição é semelhante à do governo: a proteção ao *"pipeline"* não se estende aos produtos já comercializados no Brasil e no exterior. A diferença está na ênfase: *"Digo claramente no texto que não haverá qualquer prejuízo para a indústria nacional porque não existe retroatividade ou obrigatoriedade de pagamento de royalties a produtos que já estão no mercado"*.

O parecer de Bezerra sobre o *"pipeline"* se opõe frontalmente ao da Câmara dos Deputados - que autoriza a proteção aos produtos em desenvolvimento no laboratório cujas patentes ainda não foram concedidas - e ao de Suassuna, que dá apenas a proteção garantida no acordo sobre propriedade intelectual (*"Trips"*) da Organização Mundial de Comércio (OMC), ou seja, nenhuma. O *"Trips"* reconhece o princípio da novidade para produtos cuja patente foi solicitada a partir de 1º de janeiro de 1995 e possível *"exclusividade de comercialização"* por um máximo de cinco anos ao que não chega a ser proteção da patente *"pipeline"*.

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95

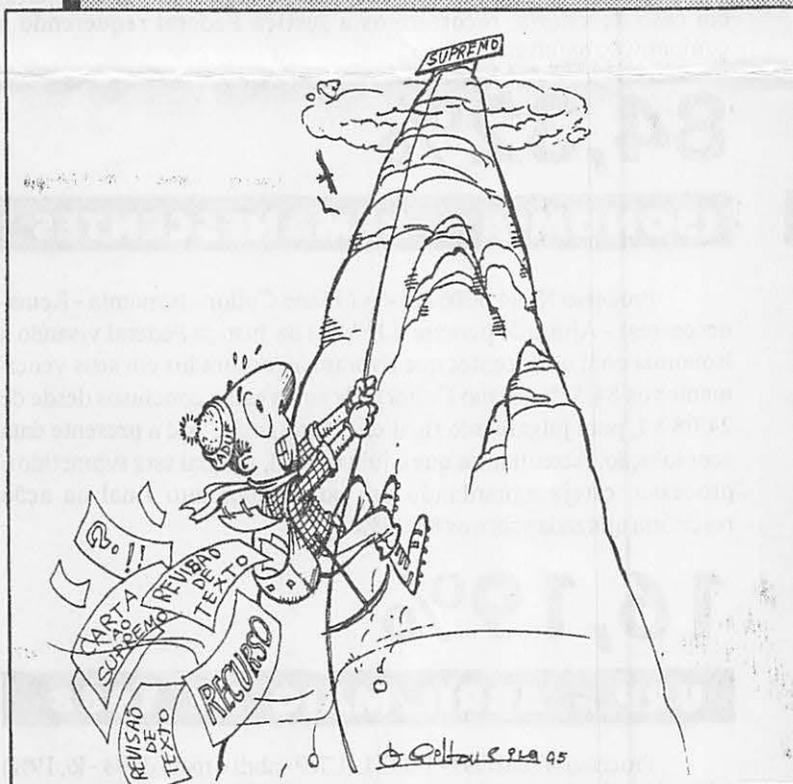


Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 8 - Setembro de 1995

84,32%

Recurso ao Supremo pode demorar até noventa dias



A ADUFPB-JP poderá ser obrigada a aguardar até 90 dias para entrar com um recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal, para tentar conseguir a volta dos 84,32% para seus filiados. A previsão é dos advogados da entidade, em Brasília, Roberto Caldas e Marcelo Ribeiro.

O prazo foi dado com base no atual estágio do processo que, ainda encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho. A razão da demora está no pedido de revisão do texto da sentença dada pelo TST, publicada no Diário da Justiça. Ele omite dados que serão importantes para o recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal e deve ser corrigido.

A ação no STF será para anular a decisão do TST, que considerou irregular o julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, que deu ganho de causa para a incorporação dos 84,32%. O Tribunal julgou que a participação do juiz Geraldo Teixeira, que também é professor da UFPB, na decisão prejudicou a sentença final.

Desde do dia 28 de abril deste ano, os advogados da ADUFPB-JP entraram com um pedido de revisão (embargo de declaração) e até agora ele não foi julgado pela Sessão de Dissídios Individuais. O Ministério Público do Trabalho também deu entrada com um pedido semelhante, no dia 15 de maio.

O processo foi liberado pelo ministro relator, Armando Brito, para o julgamento dos embargos no dia 15 de agosto. Segundo as previsões dos advogados, a demora pode ter como causa o fato do ministro não mais trabalhar na Sessão de Dissídios Individuais.

Para que o julgamento seja realizado ele ser convocado em dia especial, em que também serão apreciados outros processos pendentes. O último relatório de Roberto Caldas e Marcelo Ribeiro para a Diretoria da entidade foi entregue no mês passado. Eles também representam a ANDES, em Brasília.

28,87%

ISONOMIA MILITARES

Processo Nº 940006193-0 - (Isonomia militares - 28,87%) - Ação ordinária ajuizada perante a 2ª Vara da Justiça Federal, visando a incorporação do percentual de 28,87%, concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como a s diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação. Também encontra-se aguardando julgamento pelo juiz de 1º instância.

26,05%

PLANO VERÃO

Processo Nº 355/92 - 4ª J.C.J. - (Plano Verão - 26,05%) - Em fase de execução. Não foi possível ser enviado o precatório no ano passado, em virtude de não ter sido julgado o agravo de instrumento que visa destrancar recurso de revista da UFPB. Estamos aguardando o retorno dos autos do agravo, para que se possa enviar o precatório.



84,32%

PLANO COLLOR

Processo Nº 1155/91-4ª J.C.J. (Plano Collor -84,32%) - Em fase de execução. O Processo encontra-se na 4ª J.C.J. com execução suspensa, face o julgamento da ação rescisória (ROAR -105.570/94.0), que anulou o julgamento do processo principal. Os cálculos já foram apresentados em 10.06.94. Aguarda-se a publicação do acórdão do TST para a interposição de Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. O andamento da execução dependerá do julgamento final da ação rescisória.

26,06%

PLANO BRESSER

Processo Nº 974/91-1ª J.C.J. - (Plano Bresser -26,06%) - Em fase de execução, já tendo sido enviado o devido precatório. A UFPB entrou com ação rescisória perante o TRT da 13ª Região e paralelamente, com uma medida cautelar inominada, requerendo a suspensão da execução até o julgamento final da rescisória. O juiz Paulo Montenegro Pires do TRT da 13ª Região, concedeu liminar na medida cautelar intentada, e determinou a suspensão da execução do feito. Entramos com um agravo regimental contra o ato do juiz do TRT, o qual foi rejeitado pelo pleno do Tribunal. A ação rescisória foi julgada pelo pleno do Tribunal, tendo havido sustentação oral da assessoria jurídica da ADUFPB-JP, no entanto, perdemos por 3 votos contra 2 a favor. Aguardamos a publicação do acórdão para interposição de recurso para o TST.

28,87%

ISONOMIA MILITARES

Processo Nº 94.00555-5 - (Isonomia militares - 28,87%) - Ação ordinária ajuizada perante a 2ª Vara da Justiça Federal, visando a incorporação do percentual de 28,87% concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação e seus reflexos. O Processo foi contestado. Em seguida, nos foi concedido prazo para impugnar a contestação. Feita a impugnação, os autos estão conclusos para julgamento.

FGTS

DIFERENÇAS

Processo Nº 95.4372-6 - (FGTS - Diferenças) - Ação ordinária ajuizada perante a 1ª Vara da Justiça Federal, cobrando diferenças de FGTS decorrentes da não aplicação de índices corretos de atualização pelos bancos gestores das contas vinculadas. O juiz da 1ª Vara Federal determinou a suspensão do processo até o julgamento do processo nº 95.1859-4, que é uma ação civil pública com o mesmo objeto do processo em destaque, ajuizada pela Procuradoria da República no Estado da Paraíba, cujos efeitos se estenderão a todos os trabalhadores.



ADUFJP-PB assina convênio com a ECT

A Diretoria da ADUFPB-JP assinou um convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de prestação de serviços. Pelo acordo, a entidade poderá enviar todas as suas correspondências apenas colocando nos seus impressos os símbolos identificando os convênios.

Os custos da postagem também foram sensivelmente reduzidos com o convênio.

Pelo Acordo, qualquer correspondência que não for possível ser entregue será devolvida. Isto evitará os atropelos causados pela mudança de endereço de qualquer professor. O custo total do convênio foi

de R\$ 30,00, por toda correspondência da ADUFPB-JP até o final do ano.

Segundo a secretária geral da entidade, Claudet Coelho, o serviço dará rapidez e eficiência para o sindicato enviar boletins, jornais e qualquer outro tipo de correspondência para seus associados.

84,32%

ISONOMIA - REMANESCENTES

Processo Nº MS- 93.13709-3 - (Plano Collor - Isonomia - Remanescentes) - Ajuizado perante a 1ª Vara da Justiça Federal visando a isonomia dos docentes que tiveram incorporados em seus vencimentos os 84,32% (Plano Collor). O processo foi extinto sem apreciação de mérito, por entender a juíza de 1º grau que havia defeito de representação. Interpusemos apelação cabível. O processo foi remetido ao Tribunal Regional Federal, que apreciará a apelação.

84,32%

REMANESCENTES

Processo Nº 843/93 - 4ª J.C.J. - (Plano Collor - remanescentes) - Em fase de recurso. A 4ª J.C.J. de João Pessoa julgou a ação improcedente. Foi interposto recurso ordinário em 23/01/94, para o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Foi negado o provimento ao recurso ordinário interposto. Foram interpostos embargos de declaração em 04/10/94. Foram julgados os embargos de declaração, no entanto, não recorremos desta decisão. A matéria relativa aos 84,32% está pacificada em todos os tribunais. É inútil recorrer-se ao TST. Achamos melhor aguardar o posicionamento relativo a ação rescisória movida sobre o processo 1155/91 para, em caso de vitória, recorrermos a Justiça Federal requerendo a equiparação salarial.

84,32%

ISONOMIA - REMANESCENTES

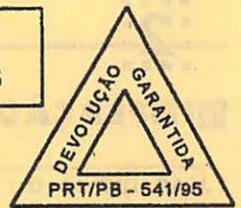
Processo Nº 94.0006223-0 - (Plano Collor - Isonomia - Remanescentes) - Ajuizado perante a 1ª Vara da Justiça Federal visando a isonomia com os docentes que tiveram incorporados em seus vencimentos os 84,32% (Plano Collor). Os autos estão conclusos desde de 24/08/94, para julgamento final em 1ª instância. Até a presente data sem solução. Acreditamos que o juiz federal, ao qual esta submetido o processo, esteja aguardando um posicionamento final na ação rescisória ajuizada sobre os 84,32%.

16,19%

URP - ABRIL/MAIO DE 1988

Processo Nº 2630/91-1ª J.C.J. (URP - abril e maio de 88 - 16,19%) - Em fase de execução, através de carta de sentença. Os custos do agravo de instrumento que se encontrava pendente, já retornaram a 1ª Junta. Estamos aguardando o envio do precatório.

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 9 - Setembro de 1995

Saiba como
a *Veja*
manipulou
matéria
contra
doutorado
de Física
da UFPB



A manipulação das informações com fins pré-determinados por jornais e revistas não é novidade para ninguém. A imagem de empresas que se preocupam com a verdade dos fatos que muitos jornais e revistas tentam passar para o público não resiste, em muitos casos, a uma avaliação superficial.

Este boletim especial da ADUFPB-JP traz um exemplo deste comportamento pouco ético dos meios de comunicação no Brasil, mostrando um texto do professor aposentado da UFPB, José Flávio da Silva.

Ele foi citado, numa matéria da edição de 28 de junho passado, como exemplo de docente relaxado, que teria levado 12 anos para concluir seu doutorado. Segundo o professor, a matéria da revista demonstra a falta de ética do jornalista a quem ele passou informações e como a reportagem da *Veja* foi encomendada para ajudar na aprovação das propostas de reforma constitucional da Educação e as leis que modificam o ensino público superior no Brasil.

A demora na publicação dos esclarecimentos do professor José Flávio não tira a sua importância, já que a campanha contra a Universidade pública, gratuita e de qualidade pode ser considerada crime inafiançável e imprescritível.

INFLAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES

José Flávio da Silva

A comunidade universitária brasileira foi surpreendida pela reportagem da Revista Veja, publicada na edição do dia 28 de junho último, sob o título "Inflação de Mestres e Doutores". Particularmente, atingiu a UFPB em dois momentos: no primeiro, fez referência ao doutorado em Física ao afirmar que "há quinze anos, lidera a lista dos piores cursos, na avaliação do MEC". No segundo, atingiu-me, inflacionariamente, com inverdades, numa demonstração sem ética ante a conceituação de que goza aquela Revista, perante o povo brasileiro.

Como o acesso ao direito de resposta, na mesma Revista, demanda, a positividade do direito, alguns advogados estão empenhados na objetividade da matéria. Isto requer estudo para tal envergadura. Desta forma, proponho-me esclarecer os pontos nevrálgicos que a Revista insinuou à minha pessoa. Mesmo que não atinja o grande público leitor dela, chegarei a uma parcela desse público, que é a comunidade universitária, através desta publicação que a ADUFPB-JP se propõe efetuar.

Algumas pessoas perguntam-me como foi que a Veja chegou às minhas informa-

ções ali expostas. Recordo que, no dia cinco de maio passado, um senhor de nome Manoel Fernandes telefonou para minha residência dizendo que era jornalista da Revista Veja, Sucursal do Recife, e que, esteve no Mestrado em Filosofia da UFPE, manteve contato com minha dissertação. Afirmou-me que gostaria de fazer uma entrevista a respeito dela. Aceitei. Conversamos uns quarenta minutos, aproximadamente, sobre a dissertação. Durante a entrevista, ele fez algumas perguntas que se relacionavam com a dissertação e com a minha vida pessoal. Terminou dizendo que,

no outro dia, o fotógrafo Haures Regis viria até minha residência para fotografar-me. Esta é a história.

Na base dessa história, há pessoas que me consideram ingênuo por ter eu aceito a publicação da entrevista; outras afirmam que a vaidade subiu-me à cabeça e ofuscou o raciocínio. A armadilha foi elaborada e a confiança na Revista foi grande, por ser este veículo de comunicação nacionalmente tida como séria. Ingenuidade e vaidade são elementos intrínsecos no homem, como também a perspicácia indutiva, muito utilizada pela raposa. A raposa

sabe usá-la; foi isto o que aconteceu por parte do Sr. Manoel Fernandes. Não atentei para o detalhe. Confiei na integridade ética do jornalista. Isto, porque tenho como filosofia de vida acreditar nas pessoas. Ora, vivemos em comunidade humana: se não acreditamos uns nos outros, em quem haveríamos de acreditar? Sempre lutei pela lealdade e pela sinceridade, o que está sendo constatado pela solidariedade e pela receptividade das pessoas, nos lugares onde passei, de alunos, funcionários, órgãos deliberativos (como o Departamento de Filosofia, Coordenação

do Curso de Graduação em Filosofia, Conselho de Centro do CCHLA, CONSEPE) até o CONSUNI.

O primeiro impacto local após a chegada da Revista às bancas, isto é, na terça-feira, foi a impressão de que eu tinha me aproveitado da minha aposentadoria para falar mal da UFPB. Esta visão ainda não se dissipou: alguns professores da UFPB continuam presos a esta informação. Eu, a vítima, tomei-me algoz da Universidade.

O espírito maquiavélico, onde o que interessa é o fim, está

presente à reportagem da Revista. O meio para se chegar lá é apenas meio. Não interessa que alguém seja atingido desumanamente e que a ética não seja o ponto de referência. Não há ética nesse momento. Quem ficou pra trás que agüente as consequências. Isto é o que se constata na reportagem da Veja. Neste sentido, a Revista não tem escrúpulo. Em entrevista concedida pelo filósofo José Arthur Giannotti, e plagiou outra entrevista dada pelo filósofo ao Caderno Mais! da Folha de São Paulo. A Revista IstoÉ publicou: "sob o título Veja cozinha a Folha sem citar a fonte, o jornal Folha de São Paulo, de sexta-feira, 30, afirma que a revista Veja simplesmente copiou, na sua edição de 14 de junho, deste ano, uma entrevista que o filósofo e presidente do Centro

Brasileiro de Análise e Planejamento, José Arthur Giannotti, deu ao Caderno Mais!, do dia 2 de abril." (IstoÉ, de 5/7/95).

Em consonância com esta postura sem ética, não há como acreditar na reportagem em tela, a qual está cheia de inverdades como apresentarei a seguir. Para tanto, elaborei um quadro demonstrativo, onde, de um lado estão as afirmativas da Revista Veja e, de outro, trechos das cartas publicadas na própria Revista. Além das cartas, foi incluída uma notícia do Jornal Correio da Paraíba, dada a sua relevância para a matéria aqui exposta.

"Confiei na integridade ética do jornalista"

Inflação de mestres

É necessário acabar com a estabilidade precoce dos professores, que é um estímulo à acomodação Paulo Renato Souza

A má qualidade alcança da pirâmide do ensino, o gasta muito dinheiro e se produz pouco conhecimento

Uma providência e excesso de regulamentação e dar mais autonomia às universidades Emílio Durban

INFLAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES

Passo a passo, as contradições da Revista

VEJA

1) "O doutorado em Física da Universidade Federal da Paraíba, por exemplo, desde a sua criação, há quinze anos, lidera a lista dos piores cursos, na avaliação do MEC. Nesses quinze anos, foram defendidas apenas 3 teses. Lá trabalham 33 professores, que dão aula para três alunos".

2) "Conceito A não significa que o curso seja excelente, mas apenas tem condições mínimas para funcionar, esclarece o presidente da CAPES, Abílio Afonso Baeta Neves. Dai para baixo, com exceção de um ou outro curso de conceito B, todos os cursos são muito ruins".

3) "Não se imagina que os casos escabrosos não ocorrem nas universidades mais renomadas. Na relação de cursos de conceitos ruins da CAPES, aparecem os de biologia da Unicamp".

4) "Izquierdo é professor titular e coordenador da Pós-Graduação da UFRGS ..."

5) "Os piores do Brasil. Quais são os cursos de doutorado com pior classificação na última avaliação do Ministério da Educação, por área de conhecimento (numa escala de A a B). : Área - Universidade- conceito: Filosofia - Universidade Gama Filho - E".

6) "Um caso exemplar é o trabalho do professor paraibano José Flávio da Silva. Sua tese de mestrado em Filosofia era tão ruim que os integrantes da banca examinadora até hoje se arrependem de tê-la aprovado. "Um dos pecados da minha juventude foi aprovar a tese daquele professor", lamenta Alfredo Antunes, adjunto de Browns na Coordenação. A tese, trabalho chamado Ideologia e subordinação, sobre os canavieiros da Zona da Mata Pernambucana, tinha erros de português, raciocínio tortuoso e falhas de metodologia. A tese do professor Flávio levou doze anos para ficar pronta. "Tive dificuldade de executar meu trabalho. E, por isso, demorei", justifica ele. "Aprovamos a tese para nos livrar dele", admite o professor Alfredo Antunes. No ano passado, José Flávio da Silva se aposentou, aos 52 anos de idade, com um salário mensal de 2.400 reais, graças ao artigo da Constituição que dá aos professores aposentadorias aos 25 anos de serviço. Metade desse tempo ele passou fazendo sua tese de mestrado em Pernambuco".

CARTAS

1) "É inverossímil que os 33 professores alocados em nossa Instituição se destinam ao ensino de 3 alunos do Curso de Doutorado. Esse número de professores corresponde ao efetivo de Física da UFPB, que serve ao Mestrado, com 20 alunos, e cerca de 1.300 alunos, distribuídos em, pelo menos, 25 disciplinas dos cursos básicos e profissionalizantes do Centro de Ciências Exatas e da Natureza e do Centro de Tecnologia da UFPB.

Sérgio Duarte, coordenação da pós-graduação em Física, João Pessoa, PB.

2) "O professor Abílio Baeta, presidente da CAPES - Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior -, comunicou ontem ao reitor Neroaldo Pontes, da UFPB, que jamais disse a qualquer repórter da revista Veja o que foi publicado e a ele atribuído na matéria "Inflação de Mestres e Doutores". O Comunicado de Baeta chegou à Reitoria, via fax, pela manhã... No fax enviado ao reitor da UFPB, o presidente da CAPES garante: "Esta é uma afirmação que eu jamais fiz ou faria. A minha vinculação à matéria feita se resumiu a uma rápida entrevista por telefone para um jornalista da Revista sobre vários temas, inclusive o da avaliação dos cursos de pós-graduação. Não tive qualquer possibilidade de conferir o que a jornalista anotou (...)" "Baeta se diz frustrado e surpreso com a reportagem e observa que a referência ao seu depoimento é totalmente descabida e tendenciosa".

(Correio da Paraíba, 30/06/95).

3) "Não é verdadeira a informação de que somente os cursos de nível A têm condições mínimas para funcionar. Na verdade, o sistema CAPES, que trouxe enormes benefícios ao ensino superior, considera os casos de nível A e B como bons. A excelência é sempre um atributo que deve ser conferido a poucos cursos. O sistema pode ser muito bom, mas poucos tendo excelência. Isso é assim em todas as atividades humanas".

Hermógenes de Freitas L. Filho,
pró-reitor de pós-graduação Unicamp.

4) "Sobre o quadro "o campeão da pesquisa", referente a mim, gostaria de esclarecer que nunca fui coordenador da pós-graduação. Sou mais um professor.

Ivan Izquierdo, Porto Alegre, RS.

5) "Na nossa recusa à avaliação da CAPES, embora relativa aos anos 1992 e 1993, do Curso de Doutorado em Filosofia, a Universidade Gama Filho, com programas de pós-graduação em mais quatro áreas, todas bem conceituadas e recomendadas pela própria CAPES, recorreu àquele órgão do MEC, solicitando inclusive a visita de uma comissão. Um curso cujo quadro docente é composto somente de doutores (quinze ao todo) com 52,3% em tempo integral, tendo contribuído para o conhecimento filosófico com 46 teses defendidas, não pode aceitar um julgamento equivocado."

Manoel Tubino, vice-reitor acadêmico.

INFLAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES

Jornalista confunde e manipula conceitos e fatos

A referência à minha dissertação (página 3, item 6), individualizando-a como "tão ruim que os integrantes da banca examinadora até hoje se arrependem de tê-la aprovado", carece de ser esclarecida. Examinemos o texto ponto a ponto.

1) Não é verdade que a banca examinadora acompanha a assertiva do prof. Alfredo Antunes. O prof. Elimar Nascimento, orientador, não comunga com o prof. Alfredo Antunes.

2) A jornalista Neusa Sanches confunde os conceitos de "dissertação" com o de "tese" - o que dificulta precisar o tipo de trabalho elaborado para a dissertação com Ideologia e Subordinação, a qual trata das ligas camponesas e não apenas da Zona da Mata Pernambucana, onde há distorções conceituais por parte da articulista. A dificuldade alegada re-

feriu-se ao acervo bibliográfico. Como tratei das ligas camponesas, a censura, até a abertura para a democracia não permitia publicações sobre o tema. Era fundamental a bibliografia sobre o assunto a fim de eu concluir minha dissertação. Aliás, Renato Mezan, em artigo publicado no Mais! da Folha de S. Paulo, em 16 de julho último, sob o título "A Universidade minimalista", relata a dificuldade de realizar mestrado em Ciências Humanas, principalmente em Filosofia, segundo ele, o tempo precisa ser mais bem avaliado.

3) A jornalista apresenta falhas

quanto ao português utilizado no raciocínio e à metodologia empregada. Isto é uma apresentação vazia e generalizada. Em momento algum ela faz qualquer referência à dissertação onde mostre falhas. Jogou palavras aleatoriamente, sem qualquer conteúdo. No que se refere aos erros de português, a dissertação foi acompanhada por uma professora de português desta universidade, experiente na correção de trabalhos científicos e de pós-graduação. Quanto às outras falhas apresentadas, era de competência da banca examinadora opinar sobre a argumentação metodológica, no momento

da defesa. Por isso receberam, com um mês de antecedência, cópias da dissertação.

4) A jornalista invoca o artigo 40 da Constituição Federal, que na letra "b" diz: "(...) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais". A jornalista leu e não entendeu que só professoras em efetivo exercício da função de magistério aposentam-se aos vinte e cinco anos. Ao contrário, aposentei-me aos trinta e cinco anos de serviço público, de acordo com o mesmo artigo na letra "a".

12 anos de trabalho e estudo

5) Não é verdade que passei doze anos dedicado exclusivamente ao mestrado, como insinua a articulista. Isto é tão claro, que a Diretoria do CCHLA reagiu a esta afirmativa, ao enviar o ofício CCHLA/Nº 025/95 de 27/06/95, cujo conteúdo é o seguinte: "Magnífico reitor: a respeito da solicitação feita a esta direção, a fim de esclarecer o que foi veiculado pela revista Veja, edição de Nº 1398, data de 28 de junho de 1995, sobre o curso de pós-graduação, realizado pelo professor aposentado deste centro, José Flávio da Silva, encaminho as informações que se seguem:

1. O professor ingressou no Mestrado em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, em março de 1979, época em que era professor colaborador, não estando, e nem podendo estar, portanto, liberado de suas atividades didáticas.

2. Em maio de 1985, já como professor do quadro, transferiu-se como estudante, para o curso de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, também sem liberação, conciliando as aulas do Mestrado com suas atividades docentes na UFPB - graças à proximidade entre as cidades de João Pessoa-PB e Recife-PE.

3) O professor só teve liberação de suas atividades docentes nesta Universidade no período de 1º de

fevereiro a 31 de julho de 1987 (cinco meses), para finalizar sua tese, defendida em dezembro de 1991.

4) Durante a realização de sua pós-graduação, como pode ser constatado, o professor desenvolveu suas atividades docentes - com exceção dos cinco meses referidos -, exercendo também as seguintes funções administrativas:

a) chefe do Departamento de Filosofia (fevereiro e março de 1992);

b) Coordenador do Curso de Graduação em Filosofia (abril de 1989 a dezembro de 1944);

c) membro do Conselho do CCHLA junto ao CONSUNI (por seis meses, a partir de 29 de maio de 1991);

d) representante suplente do CCHLA junto ao CONSEPE (julho de 1993 a dezembro de 1994);

e) representante titular do CCHLA junto ao CONSEPE (julho de 1993 a dezembro de 1994). Vale ressaltar que, no exercício dessas funções, o professor demonstrou responsabilidade, zelo e seriedade. Esperando ter atendido à solicitação de vossa magnificência, coloco-me à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários. Atenciosamente, Maria Angela Silônio Wanderley, - Diretora do CCHLA.



"Não tenho dúvida de que a matéria foi encomendada"

Finalmente, diante do exposto, há vários elementos conclusivos sobre a matéria. Apontarei alguns. O leitor, certamente, concordará ou não com eles; poderá, inclusive, indicar outros.

1) A entrevista foi realizada em 5 de maio e só veio a ser publicada no dia 28 de junho, tudo do corrente ano. Pergunto por que? Respondo: há uma intenção maquiavélica aí de modo que, no final da matéria, há um trecho que diz: "nas próximas semanas, o governo enviará ao Congresso um pacote de leis e emendas constitucionais que mexem com a Universidade".

2) A referência insinua aos doze anos dedi-

cados ao mestrado, quer mostrar que eu e outros colegas professores gozamos de 12 anos fora das atividades do Magistério, usufruindo o dinheiro do contribuinte. Isto, porque a legislação permite e a autonomia universitária contribui para esse status quo, o que não é verdade;

3) A matéria é uma tentativa de dividir a opinião pública, desestabilizar a unidade docente reinante no movimento docente brasileiro, em que se luta em prol do ensino público, gratuito e de qualidade;

4) Não tenho dúvida de que a matéria foi encomendada, dada a proximidade da publicação e o envio de emendas e leis, alterando o sistema universitário na

ADUF PB - JP / SSind PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACUMULADO DE 01 JANEIRO A 30 DE SETEMBRO DE 1995

VALORES EXPRESSOS EM R\$

1 - PATRIMÔNIO SOCIAL				
	RESERVAS DE SOBRAS ACUMULADAS.....			458.039,30
	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO ATIVO PERMANENTE.....			53.887,20
	TOTAL.....			511.926,50
2 - RECEITAS				
	CONTRIBUIÇÃO SÓCIO.....			309.812,69
	REND.APLIC.FINANCEIRAS.....			117.446,37
	REC. MAQUINA COPIADORA.....			11.037,60
	RECEITAS DIVERSAS.....			3.205,78
	TOTAL.....			441.502,44
3 - OBRIGAÇÕES				
	SOCIAIS.....			433,63
	TRIBUTARIAS.....			18,81
	TOTAL.....			452,44
4 - DESPESAS				
	ADMINISTRATIVAS.....			210.379,86
	C/ PESSOAL.....			74.892,80
	C/ EVENTOS.....			6.562,85
	FINANCEIRAS.....			932,76
	CONTRIBUICOES/DOACOES.....			107.460,82
	DESPESAS COM SEDE SOCIAL CABO BRANCO.....			2.358,98
	TOTAL.....			402.588,07
5 - PERMANENTE				
	INVESTIMENTOS (AÇÕES TELEBRAS).....			3.400,00
	SEDE SOCIAL (CABO BRANCO).....			240.000,00
	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES.....			136.288,64
	DEPRECIACAO ACUMULADA.....			(42.540,47)
	TOTAL.....			337.148,17

SALDO ((1 + 2 + 3) - (4 + 5))..... 214.145,14

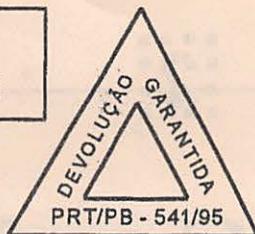
DETALHAMENTO DO SALDO:

A - DISPONIBILIDADES				
	EM CAIXA.....			348,25
	EM CONTA CORRENTE.....			1,49
	APLIC. MERCADO FINANCEIRO.....			202.953,99
	SUBTOTAL.....			203.303,73
B - CONTAS A RECEBER				
	VALORES A RECUPERAR.....			10.840,97
	DEPOSITO VINCULADO (R A L P).....			0,44
	SUBTOTAL.....			10.841,41

TOTAL GERAL (A + B)..... 214.145,14

JOÃO PESSOA, 20 DE NOVEMBRO DE 1995

M & M Contadores Associados
 Av. Adalberto Pereira, 1498 - St. 10
 Cajazeiras - PB - 57011-900
 FONE: 244-1363



Baletim ADUF PB-JP

INFORMATIVO DA ADUF PB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 10 - Novembro de 1995

Estabilidade corre risco de acabar

O Governo Federal venceu, na terça-feira (31/10) da semana passada, a primeira batalha para acabar com a estabilidade no emprego dos servidores públicos. Seus parlamentares conseguiram aprovar, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a emenda com esta proposta. O texto também traz várias mudanças danosas para a categoria.

Apesar de os partidos de esquerda terem tentado obstruir as votações e alterar o máximo possível das propostas governistas, a maior parte do que o Governo quer modificar na Consti-

tuição foi aprovada. Ele só teve de abrir mão de alguns itens relacionados com as demissões por excesso de quadro.

O próximo passo na tramitação da emenda será a sua avaliação por uma comissão especial do Congresso, composta de 30 membros. O relator da Comissão é o deputado federal pelo Rio de Janeiro, Moreira Franco (PMDB). Com a emenda aprovada pela CCJ, o Governo conseguiu derrubar, de uma só vez, a estabilidade, o regime jurídico único e a exigência do concurso público como forma de ingresso no serviço público.

Reprodução/Folha de S. Paulo

COMO FICA A EMENDA DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Estabilidade

- Os servidores terão que trabalhar por cinco anos, e não dois anos, para obter estabilidade no emprego. Mesmo assim, eles poderão ser demitidos por:
 - 1) Desídia (preguiça), improbidade ou qualquer falta grave
 - 2) Insuficiência de desempenho, com direito a indenização
 - 3) Excesso de quadro, com direito a indenização. O cargo do servidor será considerado extinto por, no mínimo, quatro anos
- O servidores das chamadas atividades exclusivas de Estado, como policiais, fiscais, diplomatas e juizes, não podem ser demitidos por excesso de quadro
- Acordo fechado entre governo e lideranças definiu que na comissão especial serão incluídas as seguintes ressalvas para demissão por excesso de quadro:
 - 1) União, Estados e municípios só poderão demitir caso as despesas com o pagamento do funcionalismo ultrapassem o teto legal de 60% das receitas
 - 2) As demissões só poderão ocorrer até 31 de dezembro de 1998
 - 3) As exonerações seguirão uma ordem: comprovado excesso de quadro em uma determinada área, primeiro serão demitidos os que não tenham estabilidade ou que estejam em estágio probatório. Os estáveis serão os últimos

Avaliação

Para conseguir a estabilidade, o servidor terá de, obrigatoriamente, se submeter a avaliação de desempenho

Disponibilidade

O servidor estável que for colocado em disponibilidade receberá remuneração proporcional ao tempo de serviço

Vencimentos

Aumentos de salários, gratificações e pensões somente poderão ser feitos por lei, com possibilidade de veto do presidente da República

Teto salarial

Ninguém poderá receber remuneração, aposentadoria ou pensão dos cofres públicos superior ao salário do presidente da República, que hoje é de R\$ 8.500

Aposentadorias

Em nenhuma hipótese os aposentados ou pensionistas poderão ganhar mais do que os trabalhadores públicos da ativa

Isonomia

Acaba a isonomia de vencimentos - salários iguais para funções semelhantes do Executivo, Legislativo e Judiciário

Regime Jurídico Único

União, Estados e municípios poderão instituir regimes jurídicos diferenciados para os servidores

Processo seletivo

Além do concurso público, é criada a figura do processo seletivo público, uma forma simplificada de contratação de servidores. Lei posterior fixará as regras do processo

Estrangeiros

Estrangeiros poderão trabalhar na administração pública, desde que haja autorização legal específica

Consórcios

União, Estados e municípios poderão firmar consórcios e convênios para gestão de serviços e cessão de pessoal

O QUE FOI DERRUBADO NA CCJ

Ex-territórios

O governo propunha que poderiam ser incorporados aos quadros estaduais os servidores públicos federais que desenvolvem atividades transferidas a ex-territórios. O presidente do Senado José Sarney (PMDB-AP) pressionou e os governistas rejeitaram o dispositivo em votação simbólica

Privatizações

Foi considerado inconstitucional o dispositivo que retirava do Congresso o poder de autorizar processos de cisão, fusão ou incorporação de estatais aptas a serem privatizadas

Subsidiárias

Foi considerado inconstitucional o artigo que retirava do Congresso o poder de autorizar a criação de subsidiárias de estatais

Reserva de vagas

Foi considerado inconstitucional o dispositivo que estabelecia reserva de até 20% das vagas dos concursos públicos para servidores que já trabalhassem na administração pública

Critério de idade

Foi considerado inconstitucional a possibilidade de estabelecer critérios de idade para admissão no serviço público

GEAP

Convênio pode ser assinado em 30 dias

Em cerca de 30 dias, o convênio entre a UFPB e o Grupo Executivo de Assistência Patronal poderá estar pronto para ser assinado. A previsão é do superintendente estadual do GEAP, Marcus Aranha, com base no andamento do processo de análise do pedido, na Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Assistência e Previdência Social.

Depois que foi aprovado pelo Conselho Universitário, no dia 22 do mês passado, o pedido de convênio foi encaminhado à Superintendência Estadual

do GEAP e, em seguida, à direção nacional daquele Grupo Executivo. Hoje, o documento encontra-se em análise, na Secretaria da Previdência Complementar do Ministério.

A aprovação do pedido de convênio com o GEAP aconteceu por unanimidade dos membros do CONSUNI. Segundo o presidente da ADUFPB-JP, Iêdo Fontes, "a decisão foi uma vitória da Associação e os professores estavam na expectativa pela sua aprovação. Com a assinatura do Convênio, não só os docentes serão beneficiados,

mas muitos funcionários, que hoje possuem um plano de saúde privado, poderão aderir ao GEAP".

A proposta de convênio com o GEAP, feita pela ADUFPB-JP, fora apresentada à Reitoria no mês de junho, depois que uma comissão formada pela Entidade realizará um seminário sobre o assunto e aplicado um questionário na categoria, para identificar o melhor plano de saúde disponível no mercado. Esta Diretoria também havia organizado um abaixo assinado, que foi entregue ao

reitor Neroaldo Pontes, reivindicando agilidade na avaliação do pedido.

A adesão ao GEAP será voluntária e a contribuição mensal para cada professor será de 6% de seu salário bruto. Com ela o associado, além de beneficiar seu companheiro ou companheira e filhos, também poderá inserir seus pais. Convênios semelhantes ao que a Universidade assinará com o GEAP já estão em funcionamento na UFSE e na UFAL, onde os professores estão satisfeitos com a assistência que recebem.

SIAPE gera transtornos nos contracheques

O produção dos contracheques dos professores da UFPB através do Sistema de Administração de Pessoal do Ministério da Administração continua gerando transtornos e prejuízos para os docentes. Dezenas de associados tiveram cortes em seus salários do mês passado. A única saída possível para o problema é a solicitação de correção à Superintendência de Recursos Humanos.

A Diretoria da ADUFPB-JP enviou, no mês passado, um ofício à SRH, pedindo esclarecimentos e a resolução do problema, recebendo informações de que o Reitor Neroaldo Pontes já havia alertado que a adesão ao SIAPE poderia provocar erros nos contracheques.

Uma das principais reclamações dos professores se refere ao desconto do imposto de renda. Sem informação antecipada sobre o assunto, a categoria estranhou a forma como ele estava sendo realizado e muitos docentes chegaram a pensar que o percentual tinha sido aumentado.

Segundo o superintendente de recursos humanos da UFPB, Francisco de Assis, as reduções e os cortes de gratificações aconteceram por-

que muitos professores estão com seus cadastros no SIAPE incompletos. Por exemplo: existem docentes que possuem curso de doutorado, mas lá consta apenas título de mestre.

Além de enviar ofício à SRH pedindo explicações, esta Diretoria organizou uma comissão de professores para falar com o Reitor Neroaldo Pontes sobre o assunto, no dia 18 de outubro passado. Dela participaram a secretária geral da Entidade, Claudet Coelho e os associados Roland Lazarte e Aparecida Ramos.

No encontro, o Reitor informou que a taxa de erros do SIAPE para a UFPB está em torno de 6%, enquanto, no sistema anterior, ela não ultrapassava 1%. Na avaliação da Diretoria da ADUFPB-JP, o controle dos contracheques, feito diretamente pelo Ministério da Administração também representa a possibilidade de qualquer desconto que o Governo Federal quiser realizar para punir os servidores. "O sistema tirou a tranquilidade dos professores, pois ninguém sabe se será ou não prejudicado em cada final de mês", lembrou Claudet Coelho.

Assembléia decide para 6 de dezembro

A eleição para a nova Diretoria da ADUFPB-JP acontecerá no próximo dia 06 de dezembro. A decisão foi tomada na última assembléia geral da Entidade, realizada quarta-feira passada, no Auditório da Reitoria. Os participantes também aprovaram a formação de uma comissão eleitoral e decidiram a data da posse da chapa vencedora acontecerá no próximo do dia 12 do mesmo mês.

O prazo final para a inscrição de chapas será o dia 22 deste. Seguindo o regimento interno da ADUFPB-JP, a Diretoria da Entidade já indicou o professor Rui Macedo como um de seus membros para participar dos trabalhos da Comissão Eleitoral. A professora Vera Amaral também foi eleita pela assembléia para integrar o grupo como representante da base da categoria.

O último membro da Comissão será indicado pelo Conselho de Representantes, nos próximos dias. A nova Diretoria vai dirigir a ADUFPB-JP por um ano



ADUFPB-JP abrirá acervo

Todo o acervo da pequena biblioteca da ADUFPB-JP estará à disposição de seus sócios, no início do próximo mês. Ela dispõe de 480 títulos, entre livros, brochuras e coleções, além de assinaturas de revistas e jornais. O acervo está sendo classificado. Atualmente, o acesso dos sócios ao material acontece com as consultas ao material apenas na sede, mas poderá evo-

luir para os empréstimos a domicílio. Depois que for totalmente classificado, o acervo será copiado em disquete, para facilitar seu controle pela Diretoria. A intenção da Entidade com a reestruturação deste setor é de tornar a biblioteca, futuramente, especializada em sindicalismo e assuntos correlatos.



AULA EXTRA

Dia 10/11/95 - Sexta-feira

18h00 - "Bar Aula Extra"

20h00 - Encerramento da Exposição: Integração da América Latina (Homenagem a José Martí pelo Centenário de sua morte).

21h00 - Música ao vivo com Dário Júnior (Voz e Violão)

Dia 11/11/95 - Sábado

20h00 - Lançamento do livro: "Aqueles Criaturas Tão Estranhas" - Contos -, do professor da UFPB, Geraldo Maciel.

Sede Sócio-Cultural da ADUFPB-JP/SSInd
Rua Gilvan Muribeca, 88 - Cabo Branco
(ao lado do Jangada Clube)



EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filial à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Iêdo Leite Fontes
Vice-presidente: Ademir Alves de Melo
Secretário Geral: Claudet Coelho Guedes
Tesoureiro: Hêlida Cristina C. Valério
Diretor de Política Sindical: Wilma M. de Mendonça
Diretor de Política Social: Dailton A. L. de Lacerda
Diretor de Política Edu. e Cient.: Rui Oliveira Macêdo

Diretor Cultural: Marcos Montenegro
Diretor de Imprensa e Divulgação: Laerte Pereira da Silva
Suplente de Secretária: Josemar Pereira dos Santos
Suplente de Tesouraria: José Gonçalves de Almeida

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 623

Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 11 - Dezembro de 1995

ADUF entrará com mandado para garantir abono pecuniário

A Diretoria da ADUFPB-JP entrará com um mandado de segurança para garantir o direito ao abono pecuniário. A decisão foi tomada na última assembléia geral da categoria, realizada na última quarta-feira (13/12). Na quinta-feira (14/12), o Supremo Tribunal Federal decidiu que os servidores que até a data da publicação da Medida Provisória (1.195), que suspendeu o pagamento, requereram o benefício poderão recebê-lo. A decisão foi provocada por processo dos funcionários do STF, mas abre condições de ser estendida aos demais servidores federais.

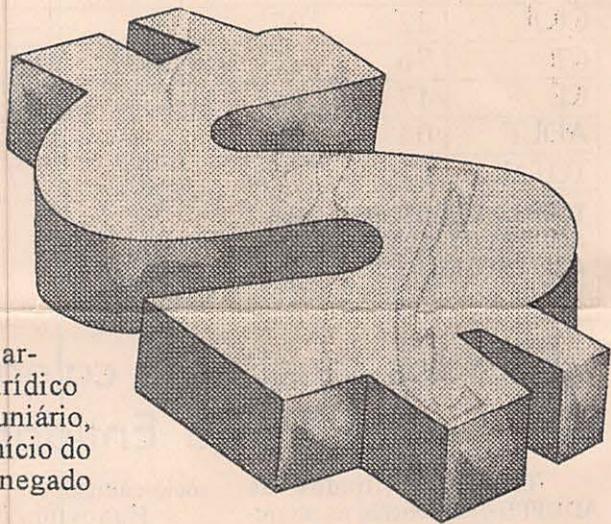
Segunda-feira (18/12), a Assessoria Jurídica da ANDES entrou com um mandado de segurança nacional contra o ato do Ministro Bresser Pereira ou do Secretário de Recursos Humanos do Mare, na tentativa de obter uma liminar favorável a todos os professores.

O reitor Neroaldo Pontes garantiu a Diretoria da ADUFPB-JP que a Universidade não tem condições de afetar o pagamento administrativamente, já que não dispõe de recursos para esta finalidade.

A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP lembra um texto comentado pelo jurista Ivan Barbosa Igoлин sobre o Regime Jurídico Único que diz que o abono pecuniário, se requerido 60 dias antes do início do período de férias não pode ser negado pela administração.

O comentário também lembra que o acréscimo de 1/3 para as férias dos servidores públicos em nada interfere no abono pecuniário. Quando vende 15 dos 45 dias a que tem direito, o professor recebe o dinheiro também baseado no critério de 1/3.

A Diretoria da ADUFPB-JP di-



vulgou sua avaliação no campus, no dia 06 passado, considerando a Medida Provisória 1.195 mais um atropelo aos legítimos interesses dos servidores, promovido pelo Governo Federal. Segundo o texto, ele, que age sem medir esforços para socorrer bancos quebrados, abandona os trabalhadores.

Precatória do Plano Bresser (26,06%) não será pago este ano

Os professores da UFPB não terão direito a receber nenhum pagamento dos precatórios previstos para este ano. O anúncio foi feito oficialmente pelo Informativo da UFPB, na sexta-feira (15/12). A Reitoria diz que não pode pagar os atrasados referentes ao Plano Bresser, porque o Tribunal Regional do Trabalho deu ganho de causa a sua contestação da decisão do que a obrigava a pagar.

A ADUFPB-JP recorreu da decisão do TRT, mas seu pedido foi rejeitado e a assessoria jurídica da entidade recorreu no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. Até que o TST decida em definitivo o assunto, o pagamento por precatório dos 26,06%, referente ao Plano

Bresser está suspenso.

Na quinta-feira (14/12) pela manhã, a Diretoria da ADUFPB-JP se reuniu com o reitor Neroaldo Pontes, para saber a situação do precatório para este ano. Inicialmente foi informada de que o valor anunciado pela ANDES para os precatórios que deveriam ser pagos até o final de 95 tinha caído de cerca de R\$ 10 milhões para cerca de R\$ 2 milhões, pois vários precatórios tinham sido desconstituídos através de recursos da Reitoria.

Na sexta-feira de manhã, a Diretoria da ADUFPB-JP confirmou oficialmente que nenhum professor do Campus I da UFPB terá direito a receber dinheiro de precatórios este ano.

EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA

15º Congresso da ANDES será em fevereiro

Educação, trabalho e Cidadania. Este é o tema principal do 15º Congresso da ANDES-SN, previsto para acontecer entre os dias 01 e 06 de fevereiro de 96, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. A assembléia geral da ADUFPB-JP, na quarta-feira passada, foram escolhidos 10 delegados da Entidade para o evento e 2 suplentes.

A proposta de pauta que está sendo submetida a avaliação de todas as seções sindicais é a seguinte: Seminário - Crise no Sindicalismo e Movimento Docente. Temário Geral: educação, trabalho e cidadania. Tema 1 - Movimento docente e conjuntura. Tema 2 - reestruturação produtiva e políticas sociais. Tema 3 - proposta da ANDES-SN para a universidade

brasileira. Tema 4 - organizativas e financeiras.

Foram eleitos como delegados Iêdo Leite Fontes, Dailton Lacerda, Vilma Mendonça, Claudet Coelho, Derval Golzio, Lenilma B. de Araújo, Janne Maria Batista, Antonio Luís A. Gomes, José Milton e Rui Macêdo. Como suplentes foram escolhidos Flávio Lúcio Rodrigues e Marcos Montenegro.

O Congresso da ANDES é a instância máxima da entidade e tem o objetivo de estabelecer diretrizes para a sua atuação. Nele podem ser decididas alterações no Estatuto, contribuições financeiras dos sindicalizados, homologação de novas ADs-SSINDs, além da elaboração do regimento para a Diretoria.

Nova diretoria assume dia 20

A posse na nova diretoria da ADUFPB-JP acontecerá numa assembléia geral no dia 20 (quarta-feira), no Auditório do CCHLA, às 10h00. No mesmo dia, às 20h00, haverá uma confraternização festiva na sede social da entidade, no Cabo Branco.

Convites para todos os sindicatos, associações comunitárias, federações de trabalhadores, Governo do Estado, Prefeitura e entidades civis já estão sendo enviados. A assembléia geral de posse

será presidida pelo atual presidente, Iedo Fontes, que transmitirá o cargo para o presidente da Chapa ADUF PARATODOS, Jaldes Reis de Meneses.

A confraternização na sede sócio-cultural também servirá para a categoria realizar seu encontro de final de ano. A chapa ADUF PARATODOS venceu as eleições disputando com a chapa Resgatando a Luta. A diferença entre elas foi de 576 a 398, para um total de 1010.

CENTROS	Chapa 1	Chapa 2	Branco	Nulos	Total
CCHLA	101	110	013	09	233
CCEN	83	78	01	02	164
CCS	165	80	-----	01	246
CCSA	78	17	-----	-----	95
CCJ	22	07	01	-----	30
CT	76	37	01	02	116
CE	47	64	03	03	117
ADUF	04	05	-----	-----	09
TOTAL	576	398	019	17	1010

TOTAL DE ELEITORES: 1846
AFASTADOS (20%): 369
ABSTENÇÕES: 467
TOTAL DE VOTANTES: 1010 = 68,38%

Filiados receberão calendário e agenda da Entidade

Todos os filiados da ADUFPB-JP receberão na assembléia geral de posse da nova Diretoria um calendário para o ano de 96 produzido pela entidade. Durante o recesso escolar, será distribuída a agenda do professor.

Aqueles professores que não forem a posse, poderão receber o calendário, na confraternização festiva, que acontecerá na quarta-feira, às 20h00, na sede

sócio-cultural.

Para os filiados que mesmo assim não conseguirem receber o brinde, a Diretoria da ADUFPB-JP enviará o calendário através de correspondência.

A produção da agenda do professor foi uma decisão da Diretoria, atendendo a solicitações de filiados e a constatação do sucesso que este instrumento de trabalho teve entre os docentes.

Aerogramas contra MP 1.195

Os deputados federais e senadores da Paraíba já estão recebendo centenas de aerogramas pedindo que se eles votem contra a Medida Provisória 1.195. Ela suspendeu o pagamento do abono pecuniário, garantido a todos os servidores federais.

Os aerogramas estão sendo distribuídos entre os professores pela Diretoria da ADUFPB-JP,

com um texto padrão, onde aparece os motivos do pedido, além de um pequeno parecer do jurista Ivan Barbosa Igolin sobre o artigo do Regime Jurídico Único.

Os aerogramas foram distribuídos em todos os Centros, mas aqueles professores que ainda não receberam pode passar pela sede da ADUFPB-JP e apanhar o seu

Aposentados poderão ter GT

Um grupo de professores e a Diretoria de Políticas Sociais da ADUFPB-JP e ASIP estão articulando a criação de um Grupo de Trabalho sobre Aposentados. Ele será uma nova forma de reflexão e de luta pelos interesses desta parte da categoria. Em outras seções sindicais este instrumento já está funcionando.

A proposta de criação do GT partiu do diretor de políticas sociais, Dailton Lacerda, e foi apresentada pela primeira vez durante uma reunião de aposentados e representantes das Diretorias da ADUFPB-JP e da Associação dos Aposentados da UFPPB, realizada no dia 1º deste mês, na sede sócio-cultural.

Segundo Dailton Lacerda o grupo que discute a criação de um GT de Aposentados estuda como ele será criado, pois na ANDES ele faz parte do GT de Segurança Social, com a denominação de Encarregatura de Aposentados. Em algumas seções sindicais, o este setor funciona de maneira independente de outras áreas, discutindo suas questões específicas. Exemplos estão na ADURN, ADUFPE e ADUPEL.

A reunião entre os membros da ADUFPB-JP e da ASIP serviu para estreitar os compromissos das duas entidades em benefício dos aposentados. Nela foram escolhidos para participar do Encontro Extraordinário de Aposentados, que se realizou em Brasília, nos dias 12 e 13 deste mês, os professores Josimar Viana e Helena Uema. Depois que o Congresso passou a ter caráter apenas de mobilização, a Diretoria da ADUFPB-JP optou por não mais enviar os professores.

Segundo Dailton Lacerda, a parceria entre a ADUFPB-JP e ASIP representa a tentativa de unir aposentados e sócios das duas entidades na luta contra as manobras políticas do Governo Fernando Henrique Cardoso, para extinguir as conquistas sociais da Constituição de 88.

A reunião entre os aposentados e representantes da ADUFPB-JP e ASIP reuniu cerca de 20 pessoas e contou com a presença dos então candidatos a presidente da AD, Jaldes Meneses e Rubens Freire.

Composição da nova Diretoria

Presidente
Jaldes Reis de Meneses CCHLA
Vice-presidente
Maria das Graças Toscano CCS
Secretário-geral
Dailton Lacerda - CCS
Tesoureira
Hélida Cristina C. Valério CCSA
Diretor de Política Sindical
José Jonas Duarte CCHLA
Diretor de Políticas Sociais
Marcos Montenegro 2º Grau (COEX/PRAC)
Diretor Sócio-Cultural
Jozemar Pereira dos Santos CCEN
Diretor de Política Educacional e Científica
Luis Tadeu Dias de Medeiros CT
Diretor de Imprensa e Divulgação
Derval Golzio - CCHLA
2º Secretário
Giovani Luiz de Carvalho Bezerra - CCSA
2º Tesoureiro
Judy Mauria Guérios Rosas - CE

NOVOS CONSELHEIROS

CCHLA - Eduardo de Oliveira Nóbrega; Paulo César; Francisco Sales de Gaudêncio; Sandoval Moreno de Oliveira; Juan Cortez; Francisco Xavier da S. Neto; Laerte Pereira da Silva; Elio Chaves Flores; Maria de Fátima S. de Araújo; Eliana Manteiro Moreira - CCS - Alba Lins Pessoa; Ana Maria Cavalcante Lopes; Maria Djair Dias; Aurilene J. Catexo; José Antonio de Almeida; Euripedes Sebastião M. de Souza; Maria Socorro de Soares; João Batista da Silva; Suriano S. Lima; Luiz Alberto Fernandes Régis; Carmelino Figueiredo de Oliveira; Maria Aparecida B. Quirino; Benonias R. Torres - CE - Maria Auxiliadora Figueiredo; Auta de Souza Costa Severino Bezerra da Silva; Virginia Magliana de Moraes - CT - Hélio Cavalcanti da Silva; Marcos Marinho - CCJ - Lincoln da Costa Eloy José Ronald Farias

EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT. Centro de Vivência - UFPPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Iêdo Leite Fontes
Vice-presidente: Ademir Alves de Melo
Secretário Geral: Claudet Coelho Guedes
Tesoureira: Hélida Cristina C. Valério
Diretor de Política Sindical: Wilma M. de Mendonça
Diretor de Política Social: Dailton A. L. de Lacerda
Diretor de Política Educ. e Cient.: Rui Oliveira Macêdo

Diretor Cultural: Marcos Montenegro
Diretor de Imprensa e Divulgação: Laerte Pereira da Silva
Suplente de Secretaria: Jozemar Pereira dos Santos
Suplente de Tesouraria: José Gonçalves de Almeida

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 623

MÍDIA
Assessoria de Comunicação
Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

PLANO BRESSER - 26,06% **ELES SE LOCUPLETAM, E NÓS TOP! TOP !**

Conforme anunciamos no **BOLETIM** nº 8, de setembro p.passado, a Primeira Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho deu ganho de causa à ação impetrada pela ADUFPB/JP, que reclama o pagamento do percentual de 26,06% referente ao Plano Bresser. Em prosseguimento ao rito processual, foi enviado à UFPB precatório determinando o pagamento dos valores reclamados aos docentes do Campus I.

Contrariando essas instruções, a Reitoria da UFPB achou por bem interpor ação rescisória perante o TRT da 13ª Região, seguida de medida cautelar inominada requerendo a suspensão da execução até o julgamento final da rescisória.

Segundo os nossos advogados, a Reitoria poderia haver dispensado essas medidas acionadas, cumprindo, liminarmente, a determinação judicial, a exemplo do ocorrido com outras universidades, onde o feito ajustou-se ao Direito. No nosso caso, não cabia a desculpa da inexistência de recursos, pois estes havia, e mais do que suficientes, caso a administração superior da instituição houvesse utilizado para este fim os R\$ 7 milhões, de origem duvidosa, e que foram redistribuídos num arrumadinho cupulista.

Recorremos da decisão ao TRT, onde perdemos por 3 x 2. Imediatamente, ingressamos com recurso judicial junto ao TST, de onde aguardamos o julgamento definitivo.

Abominável atropelo aos direitos dos trabalhadores ! Repudiamos a postura dócil de nossos dirigentes universitários que se curvam solenemente ante o arbítrio institucionalizado na República. Apressam-se eles em sobrepor a obediência incontestada aos propósitos de reordenamento do Estado, segundo a lógica dos credores e dos interesses privatistas das elites dominantes, em detrimento dos que fazem este País. Procedem como escudeiros da nova ordem que o neoliberalismo quer impor em sacrifício do povo e da Nação.

Enquanto isso, estouram na imprensa, a cada semana, novas notícias de corrupção grossa, envolvendo bilhões de reais, descaradamente surrupiados do Erário Público. Felizmente, temos um Governo decidido: promete punir com rigor todos os servidores desleais e inconvenientes que divulgaram documentos sigilosos, revelando a

podridão nos círculos do poder! A par disso, as medidas de políticas governamentais voltadas para o setor público, pouco a pouco, como num jogo estratégico de conquista de terreno inimigo, maquina um esquema para o desmonte do Estado em suas funções essenciais.

Invocam restrições financeiras e o espectro do fracasso do Plano Real para transferir renda dos assalariados para os cofres da União. Recursos, no entanto, não faltam nem para cobrir rombos em bancos arditamente quebrados, nem mesmo para o pagamento, este mês, de R\$ 28.000,00 aos nobres deputados, que amealham, anualmente, quinze polpudos salários, tão generosos quanto os que percebem os parcimoniosos Ministros e a plutocracia assenhorada no poder, fora renda preexistente ao exercício do mandato.

Como se não bastasse, a Medida Provisória nº 1.195/95 extingue o abono pecuniário. O Reitor alega que o benefício concedido aos docentes foi suplantado com o novo instrumento legal, não havendo possibilidade de a UFPB efetuar o pagamento administrativamente pois, para tanto ... faltam recursos ! Sobre esta questão temos notícias que há universidade que oficiou ao MARE dizendo da impossibilidade de cumprir tal determinação.

A violência a estes dois direitos da categoria está a exigir da Administração superior atitude condizente com uma direção que se considera integrante do movimento docente. Cabe ao conjunto da categoria o devido julgamento.

Resta-nos acionar a Justiça para que seja assegurada a concessão do abono pecuniário e apelar para a mobilização de todos os docentes, no sentido de criarmos condições favoráveis ao reconhecimento da estabilidade nas regras para o respeito à decência e ao funcionamento do Estado de Direito.

Prezado colega, ao término de nossa gestão, aproveitamos o ensejo para desejar-lhe um Feliz Natal e um ano de 1996 mais combativo e menos cruel. O povo unido jamais será vencido !

João Pessoa, 18 de dezembro de 1995
DIRETORIA EXECUTIVA DA ADUFPB-JP/SSind